

# PARTE I

## EMERGÊNCIA DA TECNOBUROCRACIA

“Se continuarmos a acreditar que os objetivos do sistema industrial — a expansão da produção, o aumento associado de consumo, o avanço tecnológico e as imagens públicas que o sustentam — estão coordenados com a vida, então tudo em nossa vida ficará a serviço desses objetivos.”

JOHN KENNETH GALBRAITH

“Não se trata mais então de fazer desaparecer o homem, mas de levá-lo à composição, de levá-lo a enquadrar-se na técnica ... E' preciso então que a técnica prevaleça sobre o homem; é uma questão de vida ou de morte. E' preciso que a técnica reduza o homem a ser um animal técnico, rei dos escravos técnicos.”

JACQUES ELLUL

## I

### *As Etapas da História: Uma Crítica*

O HOMEM, NESTE SÉCULO, MULTIPLICOU MUITAS VEZES seu conhecimento e seu poder sobre a natureza e sobre os sistemas sociais, e ao mesmo tempo, multiplicou igualmente seu grau de incerteza e dúvida a respeito de seu próprio destino, a respeito de seus valores e crenças fundamentais. Por um lado, elevou a alturas nunca antes atingidas o racionalismo e o humanismo. Por outro, envolveu-se nas guerras mais sangüinárias e irracionais, e utilizou meios de extermínio em massa, desde a guerra bacteriológica até a guerra química, guerra nuclear e a câmara de gás. Desenvolveu uma concepção democrática do mundo, baseado na liberdade, no respeito aos direitos individuais básicos e na representatividade política, mas estabeleceu regimes abertamente ditatoriais e totalitários em quase todos os países do mundo. Lutou por um socialismo democrático e aberto, que seria marcado pela igualdade de oportunidade e pela plena realização das potencialidades humanas, e em seu lugar estabeleceu regimes burocratizados e fechados. Alcançou índices de desenvolvimento econômico e técnico jamais imaginados, e não obstante mantém dois terços da população do mundo em estado de miséria. Pregou a cooperação e a igualdade entre as nações, criou a Liga das Nações e a ONU, mas continuou a pautar as relações internacionais pelos conflitos entre superpotências, em nome de

prestígio e poder nacional, e pelo imperialismo aberto ou disfarçado.

Neste mundo racional e irracional a um só tempo as teses mais desencontradas encontram guarida. O racionalismo do mundo ocidental, iniciado pelos gregos, marcado pelo cristianismo e por sua perspectiva tomista; reavivado e ganhando impulso com a Renascença e a emergência da burguesia e do capitalismo comercial; vitorioso com o iluminismo, o liberalismo e a Revolução Industrial; confirmado tanto pelas teses socialistas quanto pelo cientificismo do século XIX; retratado no capitalismo corporativo ocidental e no capitalismo de estado rotulado de socialismo do mundo soviético; definido pelo domínio crescente, tanto em um como em outro sistema, de uma tecnocracia ou tecnoburocracia totalitária e abrangente; pautado pelo princípio da eficiência, mas mergulhado no desperdício e no consumismo — esse racionalismo sem razão levou o mundo a uma crise e a um estado de revolução.

Neste livro vamos discutir alguns aspectos dessa crise e dessa revolução. Nesta primeira parte, além de uma colocação geral do problema, examinaremos em particular a emergência da tecnocracia, que também chamaremos, indiferentemente, de tecnoburocracia, e faremos uma rápida incursão pela contracultura, que pretende negar a denominação tecnocrática.

Utilizaremos, em todo o transcorrer deste livro, o método histórico e dialético. O processo social é eminentemente dinâmico. O mundo em que vivemos hoje é resultado do que aconteceu anteriormente. A história muda na medida em que a tecnologia evolui, que os meios de produção e de comunicação ganham novas formas.

Os meios de produção são essenciais na compreensão do processo histórico na medida em que permitem ao homem trabalhar mais produtivamente. Ora, o trabalho, a atividade econômica, é o centro de toda ação humana. E' ele que permite ao homem atingir a maioria de seus

objetivos, desde o bem-estar e a saúde, até o prestígio, o poder e a segurança. Nesses termos, o desenvolvimento tecnológico, ao aperfeiçoar o sistema econômico, tem um papel histórico fundamental. O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação tem também um papel decisivo na história, não só na medida em que também são eles meios de produção, mas porque proporcionam aos homens, diretamente, uma nova percepção do mundo.

O desenvolvimento tecnológico dos meios de produção é um fato novo, que obriga o homem a reorganizar seu sistema de produção. Nova tecnologia implica em nova organização de produção, em novos sistemas de mando e subordinação. Em conseqüência todo o sistema social e político se transforma. A organização social e as instituições se modificam. Surgem novos sistemas de dominação, e surge a necessidade de novos valores e crenças, de novas ideologias que legitimem a posição dos novos detentores do poder.

O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, desde a criação da linguagem e do alfabeto até a dos meios eletrônicos de comunicação em massa — o cinema, o rádio e a televisão — e dos meios de comunicação para decisão — o computador — permitem uma difusão sempre crescente do conhecimento e da informação. Esse fenômeno não só confirma a importância da tecnologia na definição do processo histórico, mas também possibilita uma modificação das potencialidades de controle social, seja ao nível da sociedade global, seja ao nível das organizações burocráticas, aumentando muito mais que proporcionalmente a relação de poder em favor dos grupos dominantes, que controlam os meios de comunicação.

O controle destes meios e dos meios de produção são interdependentes. Quem controla estes, controla aqueles. E o caráter básico da estrutura social será definido pelo tipo de fator de produção que for historicamente estratégico em face ao desenvolvimento tecnológico. O poder político e a natureza do sistema de dominação serão definidos em função do controle dos meios estratégicos de produção.

Esta tese relativa à função fator estratégico na definição da estrutura social e política foi recentemente definida por John K. Galbraith.<sup>1</sup> O caráter estratégico do fator de produção depende de sua escassez relativa, seja ela provocada ou natural. Conforme afirma Galbraith:

«Está claro agora o que concede poder a um fator de produção ou àqueles que o possuem ou controlam. O poder vai para o fator que é mais difícil de obter ou substituir. Em linguagem precisa, adere àquele que possui maior inelasticidade de oferta na margem.»<sup>2</sup>

Esta é uma outra forma, não ortodoxa, de expressar a tese marxista de que o desenvolvimento tecnológico determina as relações de produção, ou seja, as relações de poder em uma sociedade. O fator é estratégico ou não, dependendo do grau de desenvolvimento das forças produtivas. Quando o desenvolvimento tecnológico resulta em modificação na importância relativa dos fatores de produção, ocorre concomitante modificação nas relações de produção existentes na sociedade. Ora, na medida em que toda a sociedade é regida pelo princípio econômico da escassez, as relações de produção dominam e determinam as demais relações sociais, inclusive as relações de poder. A modificação no fator estratégico de produção implica, assim, em mudança no sistema de poder da sociedade. A história entra em uma nova etapa. Novos são os senhores, novas as instituições, novas as ideologias.

Esta análise macrossocial é inclusive coerente com os princípios da psicologia social relativos à dinâmica de grupo e ao processo de liderança. A melhor definição de liderança que os autores que estudam essa matéria encontraram afirma que líder é aquele que dispõe dos meios para satisfazer as necessidades dos membros de seu grupo. Não é necessário que ele utilize esses meios sempre em benefício de seus seguidores. Muitas vezes ele os usará principalmente em benefício próprio. Os mem-

<sup>1</sup> GALBRAITH, John K., *O Novo Estado Industrial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, Capítulo V. Primeira edição norte-americana: 1967.

<sup>2</sup> *Idem*, p. 65.

bros do grupo, porém, dependem do líder para satisfazer suas necessidades.

Transposto o problema para o plano macrosocial, a propriedade ou o controle do fator estratégico de produção concede poder a seus detentores, na medida em que os fatores de produção são o meio por excelência de satisfação das necessidades humanas.

Este problema ganha ainda mais força na medida em que as mesmas pessoas e grupos sociais tendem a controlar os meios de comunicação em massa. O controle da imprensa, do rádio e da televisão garante uma homogeneidade de valores e crenças, um conformismo com o sistema de poder vigente, que complementa o poder conferido pelo controle dos fatores de produção.

E' claro que o desenvolvimento tecnológico dos fatores de produção e dos meios de comunicação não se limita a modificar as relações de poder existentes na sociedade. O processo histórico é um processo global e interdependente. Novos métodos de produção e novos meios de comunicação significam novos padrões de vida, novos hábitos de consumo, novas organizações sociais, novas concepções do mundo, novos valores e crenças, novas ideologias políticas, roupagem nova para as religiões, novos mitos, novas utopias. E toda essa superestrutura, fundamentalmente condicionada pela infra-estrutura tecnológica e pelas respectivas relações de poder existentes, sobre estas se reflete, ora legitimando-as, ora contradizendo-as, sempre influenciando-as.

O novo está sempre em contradição com o velho. A história tem um sentido e um contra-sentido. E' um processo permanentemente contraditório e portanto dialético. O momento presente não é mais que o resultado das contradições que se processaram no passado e que continuam a ocorrer a cada instante. Analisar um fenômeno social fora do seu contexto histórico e dialético, imobilizar os fenômenos sociais no tempo, como o fazem legitimamente as ciências físico-matemáticas, constitui uma violência contra os fatos. Devemos não só reconhecer esse caráter histórico e dialético do processo social, mas utilizar um método histórico e dialético para estudá-lo.

A inspiração no materialismo histórico do que estamos propondo é evidente. Da mesma forma que Galbraith, porém, não pretendemos observar qualquer ortodoxia a respeito. Muito pelo contrário. Se em relação ao método de análise, estamos próximos do pensamento marxista, na medida em que os problemas de métodos são relativamente independentes do momento histórico em que foram formulados, em relação à análise histórica e política realizada com ajuda daquele método veremos que a distância é muito grande. Não só mais de cem anos separam uma análise da outra, fazendo com que o objeto de estudo se tenha modificado profundamente, como muito diversas são as influências ideológicas e as condicionantes sociais a que estão submetidas as respectivas análises.

Na análise do processo histórico que a humanidade tem percorrido uma primeira necessidade que temos é de dividi-lo em etapas ou fases. O processo histórico não é linear, não se realiza através de um *continuum*. A visão vitoriana de um mundo harmônico e equilibrado, evoluindo sempre através de transformações graduais, sob a égide da lei natural e de uma racionalidade inerente a tudo o que nos cerca, não tem hoje qualquer sentido. A história jamais teve essa tranqüilidade. O mundo foi sempre marcado pelas guerras, pelas revoluções, por violentas contradições de interesses e por transformações tecnológicas cada vez mais rápidas e revolucionárias. Em certos momentos as contradições geradas pela mudança tecnológica, pela luta pelo poder, pelos interesses de classes e de grupos sócio-econômicos se agudizavam de tal forma que a história entrava em uma nova etapa.

Marx, dentro dessa perspectiva, afirmava que a história da humanidade podia ser dividida em seis grandes fases: comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo e comunismo. A passagem do comunismo primitivo, das sociedades tribais ou de clã para o escravismo foi possível quando as técnicas de produção

agrícola e pecuária permitiram a criação de um mínimo de excedente econômico, de forma que um trabalhador fosse capaz de produzir mais do que o necessário para sua sobrevivência. Nesse momento o escravo tornava-se um bem econômico. Era melhor escravizar do que matar os prisioneiros de guerra. O fator estratégico de produção era o trabalho humano. Quem dispusesse de armas ou terras para controlar o trabalho, mantendo escravos, constituir-se-ia na classe dominante.

Na medida, porém, em que as técnicas agrícolas vão se desenvolvendo, que as melhores terras vão sendo ocupadas e que a produção vai dependendo cada vez mais de um mínimo de motivação por parte dos trabalhadores, surge o feudalismo. Não só o fator estratégico de produção, escasso na margem, não é mais o trabalho e sim a terra, mas também o trabalho escravo deixa de ser economicamente interessante e é substituído pelo sistema de servidão. A posse da terra era agora a fonte por excelência de poder e de riqueza.

E' a partir daí que Galbraith faz sua análise. O poder conferido aos proprietários de terra atravessa toda a Idade Média e se faz presente ainda por um longo período na Idade Moderna. Conforme diz Galbraith:

«No Novo Mundo, assim como no Velho, presumia-se que o poder pertencia, como um direito, aos homens que possuíam terras. A democracia, em seu significado moderno, começou com um sistema que dava o direito de voto àqueles que provaram seu valor pela aquisição de propriedades imobiliárias e a nenhum outro.»<sup>3</sup>

Mas já no fim da Idade Média estavam surgindo uma nova classe e um novo sistema econômico que mudariam a face do mundo: respectivamente a burguesia e o capitalismo. O desenvolvimento tecnológico era agora incorporado de forma crescente em meios de produção criados pelo próprio homem. O processo de acumulação de capital começava a tornar-se decisivo. Inicialmente é o desenvolvimento da tecnologia dos transportes que vai

<sup>3</sup> *Op. cit.*, p. 61.

permitir o desenvolvimento do capitalismo comercial. O novo sistema, porém, só se torna dominante na Europa Ocidental e nos Estados Unidos a partir do século XIX, com a Revolução Industrial.

Esta, iniciada na Inglaterra em meados do século anterior, e estendendo-se em seguida à França, aos Estados Unidos, à Bélgica, e à Alemanha, representa uma das evidências mais dramáticas de que a história não é um processo contínuo e gradativo de evolução. A Revolução Industrial revoluciona efetivamente toda a história do mundo. Com a introdução da produção mecanizada, a produtividade do trabalho se multiplica muitas vezes. Da mesma forma que o trabalho escravo fora substituído pelo trabalho servil, este é agora substituído pelo trabalho assalariado. O fator estratégico de produção deixa de ser a terra. O setor secundário da economia vai ganhando preeminência sobre o setor agrícola e extrativo em termos de repartição da renda nacional. Além disso, enquanto a produção primária está dividida entre um sem-número de proprietários de terra, a produção industrial está concentrada em um número relativamente pequeno de empresários capitalistas, que controlam as fábricas e os equipamentos industriais. O fator estratégico de produção não é mais a terra, passou para o capital. O poder político foi transferido da aristocracia latifundiária para a burguesia industrial. Estamos na fase do capitalismo. Este, no plano político, tende a adotar a fórmula da democracia burguesa, que garante ao mesmo tempo um razoável grau de liberdade aos indivíduos e de flexibilidade ao sistema político, e mantém o poder político firmemente nas mãos da classe capitalista.

Enquanto descrevia o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo, Marx estava fazendo história, e ainda que possamos criticar o excessivo grau de abstração em que sua análise era realizada, é indiscutível seu acerto básico. Na verdade trata-se de uma análise genial pela sua grande simplicidade e imensa capacidade explicativa. O único perigo que apresenta é o de levar analistas apressados a imaginar de que se trata de um modelo universal e necessário, de forma que

todos os países do mundo deverão passar necessariamente pelas mesmas etapas. Especialmente depois que o mundo passou por um processo de integração econômica, no século passado, como resultado, precisamente, da Revolução Industrial, a história dos países subdesenvolvidos passou a ser decisivamente influenciada pelos países desenvolvidos através da divisão internacional do trabalho e do imperialismo. Nesses termos os países subdesenvolvidos vêm passando por etapas diversas daquelas por que passaram os países hoje desenvolvidos.

Evitado esse erro grosseiro, todavia, a análise dividindo a história em etapas — comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo — é sem dúvida notável. Até aí, porém, Marx estava apenas analisando o passado. Quando, porém, define também como etapas históricas o socialismo e o comunismo, já não estava mais fazendo análise da história passada e sim previsão do futuro. E suas previsões, embora parcialmente fiéis ao método empregado e dotadas de lógica interna, estavam também profundamente marcadas pela generosidade daqueles que se dedicam a construir utopias.

Na *Crítica ao Programa de Gotha* Marx previu que a sociedade comunista, que sucederia ao capitalismo, seria, efetivamente, dividida em duas etapas. A primeira seria a socialista, ou simplesmente primeira fase do comunismo, como prefere Marx, iniciada com a tomada do poder pelo proletariado, a extinção da propriedade privada dos meios de produção e a instauração da ditadura do proletariado. O Estado e o Direito ainda subsistiram, na medida em que continuariam a existir interesses e valores burgueses a serem controlados. Os salários ainda seriam pagos de acordo com a produtividade do trabalho, não só porque não havia ainda abundância, como também porque permaneciam hábitos burgueses arraigados. Prevalece nesta fase a igualdade, definida pelo fato de que cada um recebe de acordo com o que produziu. Mas essa igualdade é injusta, segundo Marx, porque os homens não são iguais entre si: uns são mais fortes, uns mais capazes, outros menos, uns têm mais filhos do

que outros e, desta forma, o resultado final da igualdade nos salários é a desigualdade.

Esta fase seria substituída, dentro de um prazo não definido, pelo comunismo, que seria marcado pela abundância, pela ausência de Estado, pela liberdade e plena realização das potencialidades humanas, pela remuneração de acordo com as necessidades de cada um. Nas palavras de Marx:

«Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiverem desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho, e com ela a oposição entre o trabalho intelectual e o manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida mas se tornar a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, tiverem crescido também as forças produtivas e estiverem então fluindo em toda a sua plenitude os mananciais da riqueza coletiva, somente então o estreito horizonte do Direito burguês poderá ser completamente ultrapassado e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: 'De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades'».<sup>4</sup>

Neste parágrafo está a síntese da utopia marxista. A distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, base fundamental das distinções de classe, agora desaparece. A outra base, a propriedade privada dos meios de produção, já havia desaparecido durante o socialismo. O desenvolvimento econômico teria sido de tal ordem que chegamos à época da abundância. O trabalho continua necessário, mas, mais do que uma necessidade social, ele é uma necessidade individual, é um meio por excelência de realização pessoal de cada um. O Estado e o Direito irão perdendo importância até desaparecer, substituídos pelo autocontrole de cada um. O homem, cuja natureza é essencialmente boa (Marx, a esse respeito, está claramente na linha de Rousseau de que o homem é essencialmente bom, conflitando assim com o conceito oposto, imortalizado por Hobbes na frase: *homo lupus homini*), estará realizando todas as suas potencialidades. Prevalecerá a verdadeira igualdade, definida pela divisão do produto social de acordo com as necessidades

<sup>4</sup> MARX, Karl, *Crítica ao Programa de Gotha*, em Karl Marx, *Selected Writings in Sociology and Social Philosophy*, editado por T. B. Bottomore e Maximilien Rubel, Penguin Books, 1970, Harmondsworth, p. 263.

de cada um. O desaparecimento do Estado garantirá finalmente a liberdade. Liberdade e Estado são incompatíveis. A própria democracia é uma forma de governo em que a liberdade é limitada pela existência do Estado. Este desaparecendo, haverá liberdade. E o desaparecimento do Estado ocorrerá graças ao autocontrole exercido por cada um, possível pela abundância reinante, pelo desaparecimento das classes sociais e pelo desvencilhamento dos hábitos individualistas e egoístas das épocas anteriores.

Não é possível afirmar categoricamente que Marx errou quanto à sua previsão sobre o comunismo. E' um sonho otimista e será sempre possível dizer que ainda não chegou o seu tempo. A história destes últimos cem anos sem dúvida não autoriza esse otimismo. A visão orwelliana de 1948, ou de Huxley em *Admirável Mundo Novo*, ou do mais recente *Colossus*, de O. F. Jones, com toda a sua carga de pessimismo, parecem bem próximos da realidade.

Entretanto, se resta sempre a possibilidade de afirmar que ainda não chegou o tempo do comunismo, o mesmo não se pode afirmar em relação ao socialismo. Para Marx o socialismo sucederia diretamente ao capitalismo. Foi esta perspectiva que levou à revolução bolchevique de 1917 e às demais revoluções comunistas deste século. E em nenhum dos países em que foi extinta a propriedade privada dos meios de produção instalou-se o socialismo previsto por Marx, ainda que os novos governantes pretendessem seguir suas idéias. A sociedade sem classes, a remuneração segundo os méritos de cada um, o domínio da classe operária, ou mesmo dos «soldados, operários e camponeses», a tendência de uma liberdade cada vez maior — nada disto ocorreu. Muito pelo contrário, tomando-se como modelo a União Soviética, o que ocorreu foi a instalação de um sistema totalitário de governo, em que as liberdades mais elementares dos indivíduos são negadas, foi o estabelecimento de um sistema econômico quase tão baseado nos privilégios quanto o capitalista, foi o domínio político e econômico de uma tecnoburocracia, apoiada no Partido Comunista e na alta administração pública e das empresas estatais,

a qual é um dramático e vivo testemunho de que o socialismo não é a etapa histórica imediatamente posterior ao capitalismo.

Ao invés de socialismo, o que vemos em todo mundo hoje, seja nos países que ainda mantêm a propriedade privada dos meios de produção, seja naqueles que já a aboliram, é o poder político e econômico ir-se concentrando em um novo grupo sócio-econômico — o grupo dos tecnoburocratas ou simplesmente tecnocratas — e assim ir surgindo em novo sistema político e econômico: a tecnocracia, ou tecnoburocracia, ou tecno-estrutura, ou tecnocratismo, termos para nós sinônimos, ainda que possam ter conotações algo diversas. Nesses termos, a etapa imediatamente posterior ao capitalismo é a tecnoburocracia. A história do mundo hoje é a da transição do capitalismo para a tecnoburocracia e não para o socialismo. Este, em termos muito diversos dos previstos por Marx, provavelmente ainda deverá ocorrer, mas no momento assistimos em todo o mundo à tomada do poder não pelos operários, mas por técnicos, burocratas e militares. Da mesma forma que em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX presenciávamos a ascensão ao poder da burguesia, vemos hoje, ainda que de formas muito diversas, de acordo com os diversos países do mundo, a emergência dos tecnoburocratas ao controle do sistema econômico e da organização política.

Marx falhou em sua previsão sobre o advento do socialismo porque não foi plenamente fiel ao seu próprio método de análise da história. Por outro lado, em seu método deu excessiva ênfase à luta de classes e não distinguiu a luta de classes partindo de um grupo externo ao sistema econômico e social, da luta de classes inter-

nas ao sistema. A essência da metodologia marxista está no relacionamento dialético entre o desenvolvimento tecnológico e a organização da produção em termos de propriedade, ou, em outras palavras, entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. É também essencial a relação dialética entre a infra e superestrutura social. A esse núcleo básico, porém, adiciona-se um elemento ao qual Marx, provavelmente por motivos políticos, deu excessiva importância: a luta de classes. É foi principalmente baseado neste último aspecto que Marx previu o advento do socialismo.

Marx certamente deve ter sido influenciado pelas lutas operárias que, em meados do século passado, ganhavam particular importância, não só devido à exploração a que estava submetida a classe operária, mas também devido ao fato de que só nessa época os operários começavam a se organizar sindicalmente. Na verdade, porém, a luta de classes, embora deva ser considerada um componente importante da história, está longe de ser seu principal motor. Este papel deve ser reservado ao desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, ao desenvolvimento tecnológico.

Além disso, Marx não levou em conta que, historicamente, jamais a classe dominada transformou-se na classe dominante no sistema econômico subsequente. Em outras palavras, a luta de classes «interna» ao sistema não chega a ser revolucionária. Os escravos não se tornaram os senhores depois do feudalismo, muito menos os servos tornaram-se os empresários do sistema capitalista. Seria portanto estranho que os operários do sistema capitalista se tornassem o grupo dominante do sistema econômico imediatamente posterior. O novo grupo dominante surge, em geral, do grupo dominado. Mas surge como um grupo à parte, que conseguiu diferenciar-se do resto da classe dominada e aos poucos foi assumindo o controle do novo fator estratégico de produção que o desenvolvimento tecnológico estava no momento determinando. Em outras palavras, a nova classe, que irá disputar o poder com a classe dominante para afinal assumi-lo não é a classe dominada, mas um subgrupo, historicamente dela origi-

nário, mas que foi diferenciando-se através dos tempos, de forma a constituir em um grupo totalmente distinto da classe dominada. Na medida em que esse novo grupo estiver assumindo o controle do novo fator estratégico que os novos avanços tecnológicos estiverem determinando, esse grupo tenderá a assumir o poder econômico e político, dando surgimento a um novo tipo de sistema econômico, e, portanto, a uma nova etapa histórica. A luta de classes torna-se, portanto, historicamente revolucionária quando for «externa», quando partir de um grupo externo ao sistema.

Foi o que aconteceu na passagem do feudalismo para o capitalismo. A burguesia provavelmente tivera origens ligadas aos servos da gleba, que constituíam a classe dominada por excelência do sistema feudal. Em plena Idade Média, porém, a burguesia diferenciou-se dos servos, constituiu-se em um grupo sócio-econômico diferenciado, adotou valores e crenças, hábitos e padrões de comportamento próprios, definiu uma área própria dentro da estrutura de produção, constituiu-se em um grupo intermediário entre a classe dominante e a dominada. E durante séculos esta situação se manteve. A burguesia não era a classe dominante, mas estava longe de ser a classe dominada. Servia à aristocracia, ao mesmo tempo em que se fortalecia econômica e politicamente. A influência econômica naturalmente precedeu a política, mas afinal ambas tornaram-se dominantes. Uma luta de classes sem dúvida teve lugar entre a burguesia emergente e a aristocracia decadente, mas nem sempre essa luta foi clara e definida. Em muitas ocasiões, a burguesia cooperou ativamente com a aristocracia, ou com os setores da mesma, na medida em que essa cooperação lhe era interessante. O caso mais evidente, nesse sentido, foi o do grande apoio que as monarquias absolutas dos séculos XVII e XVIII receberam da burguesia, em sua luta contra os privilégios feudais.

Outra característica correlata do processo histórico de substituição de elites dominantes ou de modificação nas relações de produção é o de que a classe dominada é parte integrante do sistema vigente, crescendo e entrando em declínio juntamente com a respectiva elite, enquanto que a nova classe que vai assumir o poder representa uma inovação ou uma ruptura dentro do sistema. Assim, no caso da passagem do feudalismo para o capitalismo, os servos constituíam parte integrante do sistema feudal. As figuras do servo da gleba e mesmo do artesão surgem e desaparecem com o surgimento e o desaparecimento do feudalismo. Por muito tempo sobram vestígios deles, mas não há dúvida de que a decadência da aristocracia feudal corresponde a decadência dos servos e das corporações de ofício, da mesma forma que a decadência dos senhores de escravos da antiguidade correspondeu ao desaparecimento do escravo.

O mesmo fenômeno ocorre hoje quando o capitalismo entra em declínio e tende a ser substituído pelo tecnocratismo. A classe operária, o proletariado urbano dedicado a trabalhos manuais na indústria tende também, paulatinamente, ao desaparecimento. A classe operária foi fruto específico do capitalismo industrial. A emergência da burguesia industrial ao poder correspondeu o surgimento da classe operária, que imediatamente assumiu o papel de classe dominada por excelência, ficando marginalizados do novo sistema os trabalhadores rurais e camponeses. No momento em que o capitalismo começa a ser superado por um novo sistema, que tem como uma de suas características essenciais a automação, o número de trabalhadores manuais não especializados na indústria começa a diminuir não só em termos relativos como também absolutos, principalmente em países desenvolvidos, mas também em países subdesenvolvidos, nos quais essa redução tende a ocorrer apenas em termos relativos.

Em um excelente estudo a respeito Gláucio Dillon Soares mostra que, nos Estados Unidos, a participação dos trabalhadores manuais não qualificados das cidades

na força de trabalho total aumentou de 9% em 1870 para 14,2% em 1910, baixando em seguida para 8,3% em 1950.<sup>5</sup> Esta forma curvilínea da participação dos operários não qualificados na força do trabalho foi verificada também em países subdesenvolvidos. Se tomarmos também os operários semiqualeificados, observamos o mesmo fenômeno, apenas com uma defasagem no tempo, de forma que a redução da sua participação na força do trabalho começa a ocorrer um pouco mais tarde do que a dos operários não qualificados.

Na própria América Latina esta tendência ao declínio da classe operária como um todo, incluindo operários qualificados, já é notória. Em 1930 a participação dos trabalhadores industriais no setor não-agrícola era de 10,5%; aumentou para 11,6% em 1935; 14,9% em 1945. Em 1950 já havia caído para 14,8% e em 1955 para 14,2%.<sup>6</sup>

Nesses termos, da mesma forma que os servos e os artesões tenderam a desaparecer, à medida em que a sociedade tradicional ia sendo substituída pelo capitalismo, agora também assistimos ao ocaso da classe operária, à medida que o capitalismo vai sendo substituído por um outro sistema econômico e político. Nas palavras de Gláucio Dillon Soares

«o destino da classe operária não parece muito mais promissor do que o da classe artesanal. Um *post-scriptum* da história da classe operária industrial pode enfatizar seu curto significado, seja ele numérico, político ou qualquer outro.»<sup>7</sup>

Não bastasse tudo isto, temos ainda a constatar que a classe operária, na medida em que se constitui em parte integrante do sistema capitalista, acabou partilhando dos benefícios do sistema. Este fenômeno não ocorreu desde

<sup>5</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon, Desenvolvimento Econômico e Estrutura de Classes, em *Dados* 6 (1969) 99, baseado em Joseph Kahl, *The American Class Structure*.

<sup>6</sup> *Idem*, p. 102.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 103.

o início do capitalismo. Até o fim da Revolução Industrial, em cada um dos países capitalistas, o aumento da taxa de acumulação de capital para mais de 15% da renda, necessário ao estabelecimento do capitalismo industrial, foi possível graças a decidida exploração dos trabalhadores manuais pela classe empresarial emergente, e, conseqüentemente, graças a uma forte concentração de renda nas mãos dessa classe, deixando os operários urbanos marginalizados de todos os benefícios do sistema. Em muitos casos chegou mesmo a ocorrer uma deterioração do padrão de vida da população que, de um trabalho saudável e de condições de vida razoáveis nos campos, passava para condições sub-humanas de trabalho nas cidades, com mulheres e crianças trabalhando 16 horas por dia.

Entretanto, terminada a Revolução Industrial em cada um dos países hoje desenvolvidos, o subseqüente desenvolvimento econômico desses países passou a depender de forma crescente do aumento do poder aquisitivo da classe operária. Por outro lado, esta organizou-se em sindicatos poderosos. O resultado foi que a classe operária passou a ver seus salários e seu padrão de vida crescerem à medida em que as economias capitalistas se desenvolviam e aumentavam sua produtividade. Torna-se, assim, beneficiária do sistema, e entrava em um processo de acomodamento político, que lhe retirava qualquer possibilidade revolucionária.

Temos, portanto, três motivos para que não se confirmassem as previsões de Marx de que ao capitalismo sucederia o socialismo. Sua previsão estava baseada na idéia da luta de classes e na tomada do poder pela classe operária, pelo proletariado urbano. Ora, conforme acabamos de ver, (a) a classe dominada em um sistema econômico jamais se torna a classe dominante do sistema subseqüente, cabendo a um grupo externo, diferenciado da classe dominada, o papel revolucionário; (b) a classe dominada, dentro de um sistema econômico, surge e tende a desaparecer dentro desse sistema, como aconteceu com os artesões, e agora está acontecendo com os operários;

e (c) a classe operária tornou-se beneficiária do sistema capitalista e a ele se acomodou politicamente.

Não pretendemos, com isto, fazer o epitáfio do socialismo. Estamos apenas constatando que, nos termos previstos por Marx, ele não tinha condições de ocorrer. Terá que ser profundamente reformulado, principalmente no capítulo de sua inevitabilidade, e no da liderança da classe operária.

E' preciso não esquecer, porém, que, neste último século e meio da história da humanidade, as aspirações mais generosas e moralmente mais legítimas de um grande número de jovens, de intelectuais, e mesmo de operários, estão diretamente relacionadas com a causa do socialismo. E ainda hoje, como veremos mais adiante neste livro, a idéia do socialismo está longe de estar morta. Ela se encontra impregnada profundamente em todos os movimentos contestatórios da ordem estabelecida existente hoje no mundo. De uma forma ou de outra, a contracultura é socialista, os estudantes em revolta e a parte da Igreja em revolução são socialistas. Trata-se, porém, de um socialismo muito diverso daquele previsto por Marx e absolutamente oposto ao socialismo pretendidamente praticado na União Soviética.

E' verdade que ainda muitos jovens e intelectuais, principalmente nos países subdesenvolvidos e na Europa, continuam a raciocinar em termos clássicos de esquerda e direita, identificando a esquerda com a classe operária, a qual seria supostamente revolucionária. Entretanto, este tipo de confusão, ao qual não escaparam os próprios jovens de maio de 1968, na França, tende aos poucos a desaparecer. Quando isto ocorrer de forma generalizada, a reformulação do socialismo, em termos de segunda metade do século XX e da contracultura antitecnocrática que nele desponta, estará transformando-se em realidade.

## II

### *Técnica o Novo Fator Estratégico*

**S**E MARX TIVESSE SIDO FIEL AO CERNE DE SEU MÉTODO histórico, e não a um aspecto relativamente secundário dele, como é a luta interna de classes, provavelmente não faria a previsão de que a classe operária derrotaria a burguesia e implantaria no mundo o socialismo. Dificilmente, porém, teria podido prever que, durante o século XX, o capitalismo tenderia a ser substituído pela tecnoburocracia. Muito menos poderia imaginar que esse fenômeno ocorreria de forma mais rápida nos países em que uma revolução socialista-marxista fosse tentada. Ele não poderia fazer esta previsão porque, no seu tempo, não dispunha de dados de que hoje dispomos. Se deles dispusesse, é bem provável que suas previsões teriam sido muito diferentes e muito menos otimistas.

Para nós, hoje, é relativamente fácil constatar a ascensão da tecnoburocracia ao poder. Trata-se de um fenômeno histórico que está ocorrendo nos nossos dias e que pode ser objeto de simples constatação. Além disso, se Marx dispusesse de dados a respeito do processo tecnológico que ocorreria neste último século, e, ao mesmo tempo, se se mantivesse fiel ao seu próprio método histórico-dialético, teria que concluir que seria o tecnocratismo ou simplesmente a tecnoburocracia o novo sistema econômico e político que substituiria o capitalismo. Não obstante, como veremos mais adiante, é a confusão do método

histórico-dialético com a análise marxista dos fenômenos políticos e sociais de seu tempo que leva grande parte da esquerda, em todo o mundo, a negar a emergência da tecnoburocracia.

Não é por outro motivo que a aplicação do método marxista para chegar à constatação do surgimento da tecnocracia teve que ser feita por um intelectual que, embora altamente influenciado por Marx, é estritamente heterodoxo em relação ao marxismo.

Já nos referimos ao conceito de Galbraith, relativo ao fator estratégico de produção. Aplicando esse conceito, Galbraith mostrou que o capitalismo tornou-se o sistema dominante no mundo quando, com a revolução industrial, o capital substituiu a terra como fator estratégico de produção. Mais recentemente, devido ao imenso progresso tecnológico que vem ocorrendo, o conhecimento técnico-burocrático começou a substituir o capital no papel de fator estratégico de produção. E com a mudança do fator estratégico muda também o sistema econômico e político. O capitalismo vai sendo substituído pela tecnoestrutura ou tecnoburocracia. Inicialmente Galbraith mostra porque o capital foi perdendo seu caráter estratégico:

«O último capítulo mostrou que no sistema industrial, embora o capital seja usado em grandes quantias, é, pelo menos em tempo de paz, mais abundantemente oferecido. A tendência a um excesso de poupanças e a necessidade de uma estratégia de compensação por parte do Estado é um aspecto firmado e bem conhecido da economia keynesiana. As poupanças, já vimos, são fornecidas a si mesmas pelas empresas industriais como parte de seu planejamento. Há um alto grau de certeza quanto à sua disponibilidade, porque este é o propósito do planejamento.»<sup>8</sup>

A relativa abundância de capital nos países desenvolvidos decorre, portanto, em primeiro lugar, da tendência dos investimentos (ou seja, a procura de capital) não cobri-

<sup>8</sup> *Op. cit.*, p. 66.

rem plenamente a poupança (ou seja, a oferta de capital). Esta tendência não é meramente conjuntural, como um analista apressado da obra de Keynes poderia concluir, mas é uma tendência intrínseca ao sistema econômico capitalista. E ocorre mesmo em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil ou da Argentina, em que já tenha surgido um subsistema capitalista relativamente integrado. Sua causa fundamental está relacionada com a tendência à concentração de renda, ou seja, ao aumento da participação dos lucros na renda mais que proporcional ao dos salários, que se acentua sempre que o sistema capitalista está passando pela fase ascensional do ciclo econômico. A própria distribuição desigual da renda, sempre presente dentro do sistema, independentemente da fase do ciclo econômico em que nos encontremos, dificulta a perfeita absorção do grande excedente econômico produzido pela economia industrial, tornando relativamente abundante o capital disponível na sociedade.

Em segundo lugar, o acesso ao capital está perfeitamente sob o controle das próprias empresas. Ao contrário do que pressupunha toda a teoria econômica ortodoxa (tanto neoclássica como keynesiana), o mercado de capitais tem importância secundária na capitalização das empresas. Em geral, mais de três quartos do capital utilizado pelas empresas provém de seus próprios lucros, é resultado de autofinanciamento. Nesses termos, as empresas não só dispõem de capital em relativa abundância e sob controle de suas administrações, como também os acionistas perdem grande parte de sua importância como supridores de capital.

Um terceiro argumento poderia ter sido adicionado por Galbraith para justificar a relativa abundância do capital na sociedade industrial moderna: as inovações poupadoras de capital. As inovações tecnológicas não são simplesmente poupadoras de mão-de-obra por produto produzido. Grande parte delas são também poupadoras de capital por produto físico produzido. Muitas máquinas modernas não só poupam mão-de-obra, mas em adição ainda apresentam uma relação produto físico/custo da máquina, ou seja, uma relação produto-capital mais alta.

Em casos extremos, mas não raros, a alta sofisticação tecnológica incorporada na nova máquina permite que sua produção aumente enquanto que seu custo se reduz em termos absolutos. Foi o que ocorreu, por exemplo, com os computadores eletrônicos de terceira geração, em comparação com os de segunda geração.

Nesses termos, seja porque a poupança tende a ser maior que os investimentos, só se equalizando *a posteriori*, seja porque a grande maioria do capital das empresas é resultado de autofinanciamento, seja porque as inovações tecnológicas vão adquirindo caráter crescentemente poupador de capital, este vai perdendo seu caráter estratégico e os capitalistas vão perdendo importância e poder dentro do sistema.

A perda de importância de capital, porém, é necessariamente um fenômeno relativo. Só faz sentido na medida em que um outro fator de produção começa a se tornar estratégico. Ora, o surgimento de um novo fator estratégico, que vem ganhando uma importância crescente no processo de produção das chamadas sociedades industriais modernas, é um dos fenômenos mais significativos do século XX. Este novo fator estratégico é o *conhecimento técnico e organizacional*. Hoje, sem dúvida, ele já supera em importância ao capital (o qual vai deixando, portanto, de ser estratégico, não obstante continue sendo essencial, como também o são a terra e o trabalho não qualificado). Galbraith chama esse novo fator estratégico de «talentos especializados» e «informação organizada»:

«Ao mesmo tempo (em que o capital perdia importância) as exigências da tecnologia e do planejamento aumentaram grandemente a necessidade que tem a empresa industrial de talentos especializados e da organização destes. Em geral o sistema industrial tem de suprir-se desses talentos em fontes externas. Diferentemente do capital isso não é algo que a firma possa fornecer a si mesma. Para serem eficientes esses talentos também precisam ser colocados numa associação eficiente com eles

próprios, ou seja, devem formar uma organização. Fornecida uma organização competente, o capital hoje se acha disponível. A mera posse de capital, contudo, não é mais uma garantia de que os talentos exigidos possam ser obtidos e organizados. Pela experiência passada, pode-se esperar descobrir uma nova deslocação de poder na empresa industrial, esta agora do capital para a informação organizada. E pode-se esperar ainda que esta mudança se reflita no deslocamento do poder dentro da sociedade em geral.»<sup>9</sup>

Galbraith utiliza a expressão «esperar» porque está utilizando o método histórico, cuja conclusão lógica é a que está apresentando. De forma que, logo em seguida, ele passa para a constatação do fato:

«Na verdade, isto já aconteceu. E' uma deslocação de poder semelhante às ocorridas entre os fatores de produção e que se iguala àquela que se iniciou duzentos anos atrás, da terra para o capital, nos países desenvolvidos. E' um acontecimento dos últimos cinquenta anos e ainda está ocorrendo.»<sup>10</sup>

Como evidências de sua tese, Galbraith cita a perda de poder dos acionistas, o caráter inexpugnável das diretorias de administradores profissionais das grandes empresas norte-americanas, a perda de prestígio dos grandes capitalistas e de Wall Street, a crescente procura de talentos para as indústrias, e o crescente prestígio da educação e dos educadores.<sup>11</sup>

Galbraith está, evidentemente, tomando como modelo de sua análise a sociedade capitalista norte-americana em processo de transformação. O fenômeno do surgimento de um novo fator estratégico de produção, porém, é mais geral. Inclui todos os países em que, neste século, instalaram-se ou estão se instalando sociedades industriais modernas. Inclui portanto não apenas os países capitalistas industrializados, mas também os países comunistas e todos os países subdesenvolvidos que, sob influência da cultura ocidental moderna, estão procurando instalar em seus países sociedades industriais. Antes de examinar este fenômeno nos três planos acima citados (países capitalis-

<sup>9</sup> *Op. cit.*, pp. 66-67.

<sup>10</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>11</sup> *Idem*, *ibidem*.

tas desenvolvidos, países comunistas desenvolvidos, países subdesenvolvidos) é preciso colocar o problema nos termos mais gerais da sociedade industrial moderna.

Por que o conhecimento técnico organizacional estaria se transformando no fator estratégico de produção das sociedades industriais modernas? No plano técnico a resposta é óbvia. O mundo, neste século, vem conhecendo um desenvolvimento tecnológico sem precedentes.<sup>12</sup> O ritmo das descobertas científicas aplicáveis à produção aumenta todos os dias em proporção geométrica. A partir do domínio da eletricidade pelo homem, entramos em um processo de aproveitamento das virtualidades dessa nova fonte de energia que parecem inesgotáveis, não só devido a sua enorme força, mas também devido a sua imensa maleabilidade. A eletricidade fornece diretamente uma quantidade enorme de energia, que multiplica muitas e muitas vezes não só a energia humana e animal do período pré-industrial, mas também a energia mecânica da máquina a vapor, que marcou a Revolução Industrial. Além disso, a eletricidade, graças à sua qualidade de meio extremamente sensível de controle, permitiu o surgimento do motor a explosão, do rádio, da televisão, dos computadores e da própria energia atômica. Nesses termos, enquanto a máquina a vapor marcou a fase mecânica da Primeira Revolução Industrial, a eletricidade definiu a fase eletrônica da Segunda Revolução Industrial.

Este desenvolvimento em ritmo geométrico do conhecimento técnico, a partir do domínio do homem sobre a eletricidade, foi naturalmente tornando esse conhecimento técnico cada vez mais importante dentro do processo de produção. Enquanto nos primórdios da Primeira Revolução Industrial as máquinas eram simples imitações dos

<sup>12</sup> Cf. MURARO, Rose Marie, *A Automação e o Futuro do Homem*, Petrópolis, Vozes, 1969. Nesse livro o desenvolvimento tecnológico e suas conseqüências sobre o mundo moderno são examinados em profundidade.

processos de produções humanas e manuais, e as técnicas produtivas eram extremamente simplificadas, de forma que meros mecânicos de instrução elementar eram capazes de dominá-las, após a Segunda Revolução Industrial as máquinas e o seu controle tornaram-se extremamente complexas. Para construí-las e manejá-las agora não basta o velho mecânico prático, que aprendeu sua profissão no próprio trabalho. Muitas vezes nem mesmo engenheiros formados em cursos superiores são mais suficientes. Para controlar a tecnologia mais moderna são geralmente necessários engenheiros e cientistas altamente especializados, que realizaram um ou mais cursos de pós-graduação. Mas mesmo esses homens não têm condições, sozinhos, de construir ou operar as novas máquinas, tão complexas são elas. Este deverá ser o trabalho de equipes de técnicos.

A diferença fundamental entre a tecnologia «mecânica» da Primeira Revolução Industrial e a tecnologia «eletrônica» da Segunda Revolução Industrial está em que a primeira é apenas longinquamente apoiada no desenvolvimento científico, enquanto que a segunda está inteiramente baseada no desenvolvimento da ciência. Resulta daí uma complexidade muito maior para a tecnologia eletrônica em relação à tecnologia mecânica, cujas bases tradicionais eram ainda predominantes. A esse respeito diz-nos Paulo Bairoch:

«Essa complexidade crescente conduzirá progressivamente a uma ruptura com a técnica tradicional, que chegará a ser verdadeiramente total nos primeiros anos do século XX com a introdução generalizada da eletricidade e do motor a explosão principalmente.»<sup>13</sup>

Embora Bairoch não perceba que é a eletricidade, muito mais do que o motor a explosão, o qual dela depende, o elemento de ruptura, que dá início ao processo revolucionário da Segunda Revolução Industrial, está claro para ele essa ruptura e sua relação com a introdução da eletricidade. Esta terá um papel revolucionário. Não só

<sup>13</sup> BAIROCH, Paul, *Revolución Industrial y Subdesarrollo*, tradução do original francês, México Siglo XXI Editores, 1967, p. 178.

porque irá possibilitar um enorme aumento da produtividade do trabalho e um extraordinário desenvolvimento das técnicas de comunicação, como também porque conduzirá o desenvolvimento tecnológico a uma crescente complexidade. Esta crescente complexidade da tecnologia, exigindo o trabalho de equipes de técnicos e cientistas altamente especializados, está na base da transformação do conhecimento técnico em fator estratégico de produção. O monopólio desse conhecimento por um grupo de técnicos, cuja oferta é naturalmente limitada, apesar de todos os avanços e da massificação da educação nas sociedades industriais, vai naturalmente aumentando o poder desses técnicos.

Além do fato de se tornar cada vez mais complexa, a tecnologia torna-se cada vez mais importante dentro do processo de produção. Da mesma forma que antes e mesmo durante a Revolução Industrial os economistas clássicos que então estabeleciam as bases da teoria econômica tendem a dar um papel secundário ao capital entre os fatores de produção<sup>14</sup>, na medida em que, efetivamente, o trabalho e a terra eram os fatores de produção por excelência na atividade agrícola e artesanal, os economistas neoclássicos do século XIX e da primeira metade do século XX tenderam a dar importância relativamente pequena à tecnologia entre os fatores de produção. Além do caso isolado de Schumpeter, com sua teoria de inovação, uma das únicas exceções a essa tendência foi a de Marx, que não só deu grande importância à acumulação de capital, mas também ao desenvolvimento tecnológico em seu modelo dinâmico da economia capitalista. De um modo geral, porém, os modelos estáticos desenvolvidos pelos economistas clássicos e principalmente neoclássicos,

<sup>14</sup> Esta característica perdurou mesmo entre os economistas clássicos da Revolução Industrial. Grande parte das dificuldades criadas por Ricardo, por exemplo, com sua teoria do valor trabalho, derivam de não ter dado suficiente importância ao capital e particularmente a não ter considerado diferentes relações capital-trabalho em diversas indústrias.

inclusive por seu grande contestatário, Keynes, tendiam a deixar em segundo plano a tecnologia, na medida em que esta se encontrava incorporada nos dois fatores de produção considerados mais importantes: o capital e o trabalho. Além disso, como se tratavam de modelos estáticos, que não consideravam o fator tempo, o desenvolvimento tecnológico tornava-se efetivamente secundário.

A partir da Segunda Guerra Mundial surgiu um redobrado interesse pelo desenvolvimento econômico em todos os setores, inclusive, naturalmente, entre os economistas. Modelos dinâmicos de desenvolvimento começaram a ser formulados. Mas os primeiros modelos, particularmente os de Harrod e Domar, ainda davam à acumulação de capital o papel mais importante no processo de desenvolvimento econômico.

Mais recentemente, porém, em face à evidência da grande importância do desenvolvimento tecnológico no aumento da produtividade, os economistas começaram a se preocupar cada vez mais com o problema. Percebia-se que o desenvolvimento tecnológico era o elemento qualitativo por excelência no processo de desenvolvimento. A diferença entre trabalho não qualificado e trabalho especializado não é meramente de grau. É essencial. A simples acumulação de capital, sem que novas técnicas fossem introduzidas, pouco desenvolvimento provocaria. É a incorporação da nova tecnologia à acumulação de capital que promove o desenvolvimento. Este fato foi inclusive verificado empiricamente por uma série de estudos econométricos realizados, entre outros, por Solow e por Abramovitz, os quais revelaram que a simples acumulação de capital, sem que novas técnicas fossem introduzidas, teria sido responsável por 1/10 a 1/6 do aumento de produtividade ocorrido, devendo os restantes 5/6 a 9/10 do aumento de produtividade ser aplicado através do desenvolvimento tecnológico incorporado nas novas máquinas.<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Cf. SOLOW, Robert, Technical Change and the Aggregate Production Function, em *Review of Economic and Statistics*, agosto de 1957; ABRAMOVITZ, M., Resources and Output Trends, in the United States since 1970, em *National Bureau of Economic Research, Occasional Papers* 52 (1956).

Este reconhecimento da tecnologia como fator de produção importante, e do desenvolvimento tecnológico como principal impulsor do desenvolvimento econômico não surgiu por acaso em meados do século XX. Um século antes esse tipo de análise não poderia normalmente ter ocorrido pelo simples fato de que a tecnologia e o desenvolvimento tecnológico não eram tão importantes naquela época. Estávamos em pleno apogeu do capitalismo. O capital era necessário e efetivamente o fator de produção por excelência e a acumulação de capital, o fator dinâmico do desenvolvimento. Um século mais tarde, porém, as condições econômicas haviam mudado. A tecnologia teve tal desenvolvimento que superou o próprio capital em importância. A introdução da tecnologia eletrônica representou um salto qualitativo decisivo em relação à velha tecnologia mecânica. O aumento de eficiência e de complexidade incorporados nessa nova tecnologia foram tão grandes, que esta se tornou o novo fator relativamente escasso de produção. O conhecimento dessa tecnologia por um número relativamente reduzido de homens conferia a seu trabalho altamente especializado uma importância cada vez maior. A nova tecnologia eletrônica, ou, mais simplesmente, o conhecimento técnico transformava-se no novo fator estratégico de produção.

Não é apenas o conhecimento técnico estrito mas também o conhecimento organizacional que definem o novo fator estratégico de produção. Poderíamos incluir o conhecimento organizacional no conceito de conhecimento técnico. Realmente não há nenhuma diferença essencial entre um e outro. Mas preferimos incluir explicitamente o conhecimento organizacional a fim de podermos salientar devidamente a sua importância.

Entendemos por conhecimento organizacional a tecnologia necessária para administrar as grandes organizações burocráticas modernas, tanto no plano microssocial das

empresas e demais organizações burocráticas, como também no plano macrossocial da administração do Estado moderno. Inclui não só a Economia e a Administração, que constituem seu núcleo operacional, mas também, de um lado, a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, e de outro, as ciências formais, a Matemática, a Estatística, a Contabilidade, a Pesquisa Operacional, que representam, respectivamente, a base social e a base metodológica do conhecimento organizacional.

Uma das transformações essenciais por que passou o mundo moderno, e à qual, freqüentemente, não tem sido dada a importância necessária, é a da emergência da organização burocrática como fenômeno social dominante. É comum falar-se sobre a revolução técnica e científica por que passou o mundo nos últimos cem ou duzentos anos. Maravilhamo-nos ou nos tornamos apreensivos mas em qualquer hipótese sempre temos presente em nossas mentes a extraordinária transformação técnica por que passa o mundo todos os dias. O avião, o rádio, a televisão, o computador, o domínio da energia nuclear, os antibióticos, as explorações espaciais são fenômenos revolucionários que não escapam à observação de ninguém.

Tão importante quanto essa revolução tecnocientífica, porém, está sendo aquilo que chamaremos de Revolução Organizacional. Ambas estão extremamente ligadas. A Revolução Organizacional é em grande parte função da Revolução Tecnocientífica, é sem dúvida um produto da tecnologia eletrônica que tem início em fins do século XIX. Tanto uma como outra fazem parte do processo geral de racionalização, da tentativa sistemática de racionalizar e tornar mais eficiente a produção, que domina o mundo desde a vitória da ideologia racionalista, com a emergência da burguesia e a Revolução Industrial.

Revolução Organizacional é o processo que, nos últimos cem anos, transformou a organização burocrática no tipo de sistema social dominante das sociedades industriais. Durante todo o período pré-industrial, até a Primeira Revolução Industrial inclusive, as organizações burocráticas tinham um papel secundário dentro do sistema social. Prevalciam tipos de sistema social tradi-

cionais, não-rationais, como a tribo, o clã, o feudo, a corte, a unidade de produção familiar, seja ela artesanal, agrícola, ou mesmo industrial dos primeiros tempos, em que a tecnologia era simplesmente mecânica. Na medida em que a tecnologia não o exigia, não se constituíam organizações burocráticas. Há algumas exceções clássicas. No Egito dos faraós e na China dos mandarins chegaram a se constituir burocracias estatais expressivas. A Igreja Católica é um célebre exemplo de burocracia multissecular. Os primeiros estados nacionais, nos séculos XVII e XVIII, e os respectivos exércitos, em uma época mais recente, são também exemplos de burocracias. Mas não só não eram burocracias ainda plenamente definidas, como também constituíam exceções dentro do sistema social maior, todo ele constituído de sistemas sociais menores de base tradicional.

Foi só depois da Segunda Revolução Industrial que o crescimento das unidades de produção determinou o surgimento das grandes empresas burocráticas. As economias de escala que o progresso tecnológico acentuava, com a introdução de inovações como a linha de montagem, a produção em fluxo integrado e a automação, obrigavam as empresas a se tornar cada vez maiores e mais complexas. Por outro lado, o desenvolvimento dos meios de comunicação, coroado com o computador, tornavam viável a administração eficiente de sistemas sociais cada vez maiores. Nesses termos, de um lado a nova tecnologia de produção obrigava o crescimento das empresas, de outro a nova tecnologia de comunicações permitia que essas organizações fossem eficientemente dirigidas. Antes do advento dos meios de comunicações eletrônicas a administração centralizada de grandes organizações era extremamente difícil. O sistema de produção era necessariamente formado por uma infinidade de pequenas unidades de produção independentes. Agora, com a tecnologia eletrônica, tornava-se possível e necessária a concentração da produção em grandes empresas.

Além das empresas, ou seja, do setor da produção, nos demais setores também se desenvolviam organizações burocráticas. Os clubes, as associações de classe, os sin-

dicatos, os partidos políticos, todos produtos da sociedade industrial, também cresciam, também se tornavam complexos, e também conseguiam se manter coesos graças ao desenvolvimento da tecnologia das comunicações.

Finalmente, o próprio Estado também se burocratiza, além de crescer enormemente em importância e poder. Na verdade, não é apenas o Estado que se burocratiza. E' todo o sistema social que tende a burocratizar-se, sob a égide do Estado. Este fora dos primeiros a se burocratizar. As burocracias modernas surgem com os Estados nacionais. Por isso muitas vezes se confunde burocracia com Governo. A partir da tecnologia eletrônica, porém, e principalmente após a Segunda Guerra Mundial, não é mais apenas o Estado que se burocratiza, mas a própria sociedade. Sob a direção do Estado, as relações sociais tendem cada vez mais a ser racionalizadas, ou seja, a burocratizar-se. Tem início um processo de burocratização global da sociedade.

No processo de racionalização de um sistema social é necessário que o mesmo defina objetivos precisos a serem atingidos e determine-se os meios mais adequados, mais coerentes com os fins visados. Os objetivos definidos são em princípio econômicos. Não há uma necessidade lógica de que os objetivos visados sejam econômicos, e há casos, como o das Igrejas, em que o objetivo econômico não é o principal. Historicamente, porém, o que tem caracterizado as burocracias, no mundo racionalista e materialista construído pelo capitalismo e complementado pelo socialismo, é a definição de objetivos econômicos para as organizações burocráticas.

Para a sociedade como um todo se burocratizar necessitava ela, também, de objetivos definidos. Na segunda metade deste século as sociedades modernas, dentro do processo geral de burocratização que assalta o mundo, encontraram um objetivo definido a ser atingido: o desenvolvimento econômico. Até à Segunda Guerra Mundial

o mundo não havia sido despertado para o problema do desenvolvimento econômico. Falava-se em progresso, em aumento de riqueza, mas, de um modo geral, os diversos povos do mundo não haviam tomado uma perfeita consciência das disparidades do desenvolvimento existente, nem se colocado como objetivo dominante aumentar o padrão de vida das populações.

Só a partir da segunda metade deste século o desenvolvimento econômico torna-se objetivo das sociedades. Passa-se, em seguida, a procurar os meios mais eficientes, mais racionais, de alcançar esse objetivo. O planejamento econômico generaliza-se. As próprias sociedades subdesenvolvidas tendem a burocratizar-se, ainda que nem sempre com muito êxito, tendo como objetivo explícito a ser atingido o desenvolvimento econômico, e, como meios, o aumento da produtividade, a acumulação de capital e o desenvolvimento tecnológico, via planejamento econômico, no quadro de governos em geral autocráticos.

Nesses termos, o tipo ideal de burocracia, genialmente desenvolvido por Max Weber no começo deste século, transforma-se, em todos os planos da vida social, na forma dominante de sistema social. A burocracia, ou organização burocrática — definida como um sistema social racional, ou seja, como um sistema social administrado segundo critérios de eficiência, em que são definidos objetivos precisos a serem atingidos e se escolhem os meios mais adequados, mais eficientes para atingir aqueles objetivos — transforma-se na forma histórica de agrupamento social de nosso século.

Ora, uma organização burocrática, na medida em que é um sistema social racional, é uma organização técnica, que só pode ser administrada por técnicos. Para administrar uma organização burocrática de forma eficiente é necessária uma grande soma de conhecimentos técnicos, que vão se tornando monopólio dos administradores profissionais. Por outro lado, para administrar a sociedade como um todo em função do desenvolvimento econômico, é preciso de toda uma outra série de conhecimentos, que vão se tornando progressivamente monopólio dos economistas. Aos administradores profissionais e aos eco-

nomistas, portanto, cabe, cada vez mais, no mundo burocratizado em que vivemos, dirigir as organizações burocráticas e a própria sociedade global em processo de burocratização total.

Nesses termos, administradores e economistas são técnicos tanto quanto um engenheiro especializado em eletrônica, ou um físico, um engenheiro químico ou um biólogo. Ou melhor, muitas vezes cabe ao administrador burocrático o título de técnico muito mais adequadamente do que às profissões que acabamos de citar. O físico, ou o biólogo, por exemplo, podem ser muito mais cientistas do que técnicos, podem estar muito mais preocupados com o desenvolvimento do conhecimento do que com o aumento da eficiência. Em contrapartida, o administrador é sempre um técnico, na medida em que coloca como seu objetivo básico a eficiência, a utilização dos meios mais adequados para realizar determinada tarefa.

Na verdade, quando se nega ao administrador burocrático a qualidade de técnico está-se incidindo em uma confusão que tem duas origens. Em primeiro lugar, imagina-se que o técnico seja necessariamente um especialista. Ora, o administrador não é exatamente um especialista no sentido clássico da expressão. Ele não se especializa em determinado e bem limitado setor do conhecimento. Ele tem, sem dúvida, um conhecimento especializado, ele aprendeu e sabe como administrar organizações. Mas esse conhecimento implica em um arranjo determinado de uma série imensa de conhecimentos, ou, em outras palavras, implica em um conhecimento de uma gama extremamente variada de áreas, todas elas vistas sob um determinado enfoque: o administrativo.

Nesses termos, é comum ouvir-se dizer que o administrador é um especialista em generalidades. Ele deve conhecer bem os princípios básicos das ciências sociais, da Sociologia, da Psicologia e da Economia. Ele deve sentir-se à vontade com a Matemática, a Estatística, a

Lógica, e os métodos formais de tomada de decisão. Ele deve ter uma sólida base com Contabilidade, conhecer Produção, Mercadologia, Finanças, Planejamento Financeiro, Custos, Relações Industriais, Direito Comercial, Tributário e Trabalhista, e, principalmente, deve conhecer a Teoria das Organizações, e compreender como operam as organizações, como se interrelacionam com a tecnologia empregada, com os diversos tipos de mercado em que operam, e com o sistema econômico, político e social em que estão inseridas.

Em segundo lugar, nega-se a qualidade de técnico ao administrador porque se constata que muitos administradores não possuem os conhecimentos acima enumerados, e no entanto ocupam cargos de dirigentes nas organizações. Realmente, dentro das organizações burocráticas não basta apenas capacidade técnica. E' necessário conhecer as regras de como ser bem sucedido em uma organização. E' preciso um certo grau de bajulação e de oportunismo. E' preciso conformar-se aos valores e normas da organização. E' preciso ser flexível. E' preciso saber viver com os outros e principalmente com os chefes. E' preciso ser independente, sem cair nos extremos da arrogância ou do «sim senhor». E' preciso saber adaptar-se aos padrões sociais dos superiores. E' preciso ser ambicioso e calculado. E' preciso ter capacidade de mobilidade social, desligando-se de parentes e amigos que ficaram para trás, e encontrando novas relações no estrato social mais elevado. Enfim, é necessário ter uma série de características de personalidade, que não são necessariamente técnicas.<sup>16</sup>

Além dessas características de personalidade, porém, o administrador profissional deve possuir um conhecimento técnico, que se torna cada vez mais complexo, à medida em que as organizações burocráticas crescem, que as

<sup>16</sup> Sobre a personalidade do administrador bem sucedido há um grande número de estudos. O melhor deles é provavelmente HENRY, William E., A Personalidade do Administrador bem Sucedido, em *Revista de Administração de Empresas*, vol. 4, n. 10 (1964). Originalmente publicado em "The American Journal of Sociology", vol. 54, n. 4 (1949). Este trabalho, baseado em cuidadosa pesquisa, nos dá uma imagem viva e nem sempre favorável da personalidade do administrador bem sucedido.

pressões por maior eficiência aumentam, e que a teoria da administração e das organizações se desenvolve.

Na verdade, negar caráter de técnico ao administrador porque ele deve também possuir certas características de personalidade particulares, as quais nem sempre são as mais recomendáveis do ponto de vista da moral corrente, revela simplesmente uma atitude de idealização da figura do técnico. O técnico é também um homem com as qualidades e defeitos comuns a todos os homens. Imaginar o técnico como uma espécie de super-homem, que só existe em função de seu conhecimento técnico especializado, é uma atitude ideológica muito comum no mundo moderno, a qual deveremos examinar mais adiante, dentro do contexto da ideologia tecnocrática.

No momento, esperamos ter deixado claro que o administrador burocrático é um técnico como qualquer outro. Mais do que isto, que domina um tipo de conhecimento técnico — o conhecimento organizacional — que vai se tornando cada vez mais importante ou estratégico, na medida em que a produção e a própria vida social são realizadas cada vez mais no seio das organizações burocráticas.

Estamos assistindo portanto a um processo histórico de transformação, em que um fator de produção, o capital, vai deixando de ser estratégico, enquanto que outro fator, o conhecimento técnico e organizacional, vai ganhando esse caráter. A tecnologia, incorporada nos demais fatores de produção, sempre existiu. O fator diferenciador da terra, do trabalho e do capital sempre foi a tecnologia. O contínuo e progressivo desenvolvimento tecnológico, porém, implicou em um salto qualitativo. A tecnologia deixou de ser um mero apêndice, deixou de ser uma mera roupagem de que se revestiam a terra, o trabalho e capital, para ganhar uma vida e uma massa própria.

Na verdade, a técnica tornou-se não apenas mais complexa, não apenas mais decisiva no processo de desenvolvimento econômico, não apenas o novo fator estratégico de produção, mas tornou-se o fenômeno dominante da época em que vivemos. A técnica incorporou-se de tal forma na vida do homem moderno a ponto de adquirir um papel preponderante na determinação de nossa própria vida.

Jacques Ellul, em um trabalho notável e pioneiro a respeito do problema, publicado em 1954<sup>17</sup>, mostra como a técnica tomou conta do mundo moderno, transformando-se no principal elemento configurador de nossa civilização.

Temos duas formas alternativas de encarar a técnica. Segundo uma concepção otimista podemos imaginar a técnica como um elemento neutro, que sempre existiu em todo o transcorrer da história, e que é utilizado pelo homem livremente, de acordo com sua própria vontade. Segundo essa alternativa a técnica seria um mero elemento entre o homem e seus instrumentos de produção. Seria a forma pela qual o homem fabrica e utiliza seus meios de produção. Esta técnica estaria sempre evoluindo através da história, mas sob o controle da vontade humana, à qual a técnica estaria subjugada.

A outra alternativa é considerar a técnica como possuindo uma entidade própria, como possuindo uma autonomia em relação ao homem que a cria, e como sendo portadora de características objetivas que, longe de torná-la valorativamente neutra, a transformam em um elemento decisivo no processo da história.

Jacques Ellul opta decisivamente pela segunda alternativa, afirmando:

«Com efeito, a técnica assumiu um corpo próprio, tornou-se uma realidade por si mesma. Não é mais meio e intermediário, mas objeto em si, realidade independente com a qual é preciso contar.»<sup>18</sup>

Não se trata, porém, de uma opção abstratamente tomada. A opção parte de uma análise histórica do pro-

<sup>17</sup> ELLUL, Jacques, *A Técnica e o Desafio do Século*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968. Edição francesa: *La technique de l'Enjeu du Siècle*, 1954.  
<sup>18</sup> *Op. cit.*, p. 65.

blema. Se sempre a técnica existiu, nem sempre ela teve a importância que hoje tem. Inicialmente as técnicas se confundiam com a magia. Todos os atos produtivos das sociedades tradicionais estão carregados de elementos mágicos, conforme já foi exaustivamente demonstrado em estudos antropológicos. Aos poucos, as técnicas foram evoluindo e escapando de suas conotações mágicas. Conservam, todavia, uma característica básica: eram tradicionais. As técnicas de produção transmitiam-se de pais para filhos sem maior crítica. Sua legitimidade estava baseada na tradição, no fato de que as gerações passadas sempre assim haviam agido.

E' só a partir do início da Idade Moderna, com o advento do capitalismo comercial, e particularmente depois da Revolução Industrial, que as técnicas vão perdendo seu caráter tradicional para ganhar características racionais. As técnicas começam, então, a se desenvolver em um ritmo incrivelmente mais acelerado do que no tempo das técnicas mágicas ou das técnicas tradicionais. O desenvolvimento da técnica passa a realizar-se em progressão geométrica.

Nesse momento assistimos àquele fenômeno que Marx e Engels chamaram de mudança de quantidade em qualidade. O simples desenvolvimento quantitativo da técnica implicou, afinal, em uma mudança qualitativa. E em decorrência disto, conforme observa Jacques Ellul:

«O fenômeno técnico atual quase nada mais tem em comum com o fenômeno técnico até os tempos modernos.»<sup>19</sup>

A técnica, através de seu desenvolvimento quantitativo, dá, afinal, um salto qualitativo. Ganha massa e sentido próprios. Universaliza-se, torna-se autônomo em relação aos próprios homens, transforma-se no principal agente configurador da sociedade em que vivemos, progride sempre, de forma necessária e em ritmo geométrico, e, de mera servidora do homem, vai se transformando em sua tirana. Ainda nos termos de Jacques Ellul, que define o problema de forma dramática,

<sup>19</sup> *Idem*, p. 81.

«eis então a espantosa reviravolta a que assistimos: vimos que ao longo de todo o curso da história, sem exceção, a técnica pertenceu a uma civilização; era um elemento da civilização, englobada em uma multidão de atividades não técnicas. Atualmente a técnica englobou todas as civilizações».<sup>20</sup>

E em que termos a técnica engloba toda a civilização? Simplesmente transformando a nossa civilização em uma civilização técnica.

«Isto significa que nossa civilização é construída pela técnica (faz parte da civilização unicamente o que é objeto da técnica), que é construída para a técnica (tudo o que está nessa civilização deve servir a um fim técnico), que é exclusivamente técnica (exclui tudo o que não o é, ou o reduz à sua forma técnica).»<sup>21</sup>

A técnica, portanto, transforma-se não apenas no novo fator estratégico de produção, mas no próprio elemento definidor do mundo em que vivemos. O homem desenvolveu a técnica, criou seu pequeno monstro; este cresceu, tornou-se independente, e acabou engolindo seu próprio criador. Inicialmente a técnica, embora não chegasse a ser um elemento acidental, era um elemento secundário que modificava o trabalho e o capital. O desenvolvimento tecnológico, porém, foi de tal monta, a técnica difundiu-se de forma tão abrangente, a técnica ganhou tal poder sobre os homens, e o desenvolvimento tecnológico ganhou tal autonomia em relação aos próprios homens, que ocorreu o salto qualitativo. A técnica assumiu realidade em si mesma. Tornou-se um fator de produção independente, como o trabalho ou o capital. Ou melhor, tornou-se o fator mais importante, relativamente mais escasso, tornou-se o fator estratégico de produção do nosso tempo. Mais ainda do que isso, a técnica tornou-se o elemento principal a configurar a infra-estrutura econômica, e a superestrutura cultural das sociedades industriais modernas.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 130.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 129.

### III

## *Revoluções Comunistas*

**O** PRIMEIRO CAPÍTULO FOI UMA TENTATIVA DE ANÁLISE teórica. Fizemos uma rápida revisão crítica do materialismo histórico e examinamos a importância do fator estratégico de produção na definição das grandes etapas da história. O segundo capítulo teve caráter mais descritivo ou factual. Mostrou a técnica como um novo fator estratégico de produção. Demonstrou seu caráter perverso, penetrando em todos os setores do mundo moderno e tudo dominando. Procurou deixar claro que nosso conceito de técnica e de técnicos é amplo, incluindo o conhecimento organizacional e, portanto, os administradores profissionais das grandes organizações burocráticas.

Aceitas as premissas dos dois primeiros capítulos, a conclusão necessária a que devemos chegar agora é a de que estamos entrando em uma nova etapa da história: a da tecnoburocracia ou do tecnoburocratismo. Se o fator estratégico de produção é o elemento definidor por excelência das grandes etapas da história, e se este fator está deixando de ser o capital para se tornar o conhecimento técnico ou simplesmente a técnica, devemos obrigatoriamente admitir que estamos entrando em uma nova fase da história.

Entretanto, os argumentos baseados na concepção de uma «necessidade histórica» são extremamente perigosos. Frequentemente são fruto de um determinismo ingênuo. Quase sempre servem para justificar ou dar forças às ideologias daqueles que caracterizam a «necessidade histórica». A previsão da inevitabilidade do advento do socialismo, realizada por Marx, por exemplo, embora não possa ser acusada de fruto de determinismo ingênuo, é, sem dúvida, tradução das aspirações e valores políticos de Marx. O que, certamente, é inevitável, é o desaparecimento do capitalismo, como o de qualquer outro sistema sócio-econômico. Na época em que Marx viveu, porém, ele não tinha condições para prever com acerto qual sistema substituiria o capitalismo. Previu o socialismo e infelizmente errou.

Hoje, um século decorrido, temos muito mais elementos para fazer uma previsão. Ou melhor, uma constatação, já que não se trata exatamente de uma previsão. O processo revolucionário de mudança de fase histórica está em marcha. O capitalismo ainda não desapareceu do mundo, mas está em processo de decadência. As forças da tecnoburocracia estão claramente presentes. São discerníveis a olho nu. Em alguns campos já se tornaram predominantes. Em outros ainda trabalham em uma condição de assessoria. Mas em todos os setores o crescimento de sua influência e poder é inegável.

Devemos distinguir, na análise do processo de emergência da tecnoburocracia, os países capitalistas desenvolvidos, os países subdesenvolvidos e os chamados países socialistas ou comunistas. Examinaremos este problema, neste e nos dois próximos capítulos, em que discutiremos as revoluções comunistas, as revoluções militares e a revolução dos gerentes.

Os países chamados socialistas são simplesmente aqueles em que o capitalismo foi subitamente liquidado através de uma revolução pretendidamente proletária e socialista, mas efetivamente tecnoburocrática. Ao fazermos esta afirmação, estamos tomando como modelo, basicamente, a União Soviética. Sabemos que estas generalizações são perigosas. Por isso, para os demais países, e particularmente para a China, será necessário fazer as devidas alterações à idéia geral que estamos apresentando.

Da mesma forma que a Revolução Francesa tem inicialmente um caráter popular, para em seguida ser empolgada pela burguesia, a Revolução Comunista também teve seu termidor. Foi idealizada por políticos e intelectuais marxistas. Por eles foi liderada. Obteve o apoio dos operários urbanos e de uma grande parcela de camponeses e de soldados. Transformou-se, sem dúvida, em uma revolução eminentemente popular. Parecia, efetivamente, uma revolução socialista. Na verdade, foi uma revolução tecnoburocrática.

Para o socialismo o mundo ainda não estava maduro. Para uma sociedade sem classes, democrática, em que houvessem liberdade e igualdade de oportunidade, a escassez ainda existente no mundo não oferecia condições. A escassez acentuava o natural egoísmo dos homens. O utilitarismo racionalista o sacramentava. E o conflito, institucionalizado pelo capitalismo através da concorrência, ganhava novas conotações na sociedade tecnoburocrática, mas não tinha ainda condições de ser substituído pela cooperação, como requer o socialismo. Este é baseado, por definição, na cooperação entre os homens. Não é possível imaginar um sistema socialista sem um alto grau de cooperação entre todos. Ora, em 1917, como talvez ainda hoje, o mundo não estava ainda preparado para um sistema econômico baseado essencialmente na cooperação.

Para a tecnoburocracia, porém, o mundo estava ficando maduro. O desenvolvimento da revolução soviética é uma clara demonstração desse fato. Inicialmente a revolução

foi liderada por políticos e intelectuais radicais de classe média, cheios de idealismo, que pretendiam em pouco tempo estabelecer a justiça social, a igualdade de oportunidades, a liberdade em uma sociedade sem classes. O controle dos cargos governamentais mais importantes e a administração das empresas foi entregue a esses políticos e intelectuais e aos operários que mais ativamente haviam colaborado com a revolução. Os critérios para a distribuição do poder eram eminentemente políticos. A fidelidade à causa da revolução era o elemento essencial.

A revolução de outubro teve um caráter eminentemente popular. Teve o apoio decidido da classe operária e, no início, da própria classe camponesa. Conforme diz Isaac Deutscher:

«A revolução socialista foi apoiada sinceramente pela classe trabalhadora urbana... Nenhuma classe da sociedade russa e nenhuma classe trabalhadora, em qualquer parte do mundo, atuou com a energia, a inteligência política, a capacidade de organização e o heroísmo com que os operários russos agiram em 1917 e depois, durante a guerra civil.»<sup>22</sup>

Por isso, apesar da liderança de intelectuais e políticos de classe média, a revolução de outubro foi sem dúvida uma revolução proletária. E, uma vez realizada, um grande número de operários assumiu posições-chaves no novo sistema de poder. Tudo indicava que estávamos realmente diante de uma revolução socialista.

Em pouco tempo, porém, o ideal do socialismo foi-se transformando em um mero *slogan*. O primeiro passo nesse sentido foi a criação do partido único. A morte de Lenine e a subida ao poder de um líder autocrático e inescrupuloso como Stalin, apressaram o processo. A revolução continuou a ser celebrada. A tomada do poder

<sup>22</sup> DEUTSCHER, Isaac, *A Revolução Inacabada*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 22. Edição original: *The Unfinished Revolution*, 1967.

pela classe operária continuou a ser afirmada. E enquanto isso, instaurava-se no poder um sistema tecnoburocrático totalitário, em que toda a liberdade era suprimida, em que novos privilégios se constituíam, em que os maiores crimes eram cometidos, em nome da revolução proletária.

Há muitas explicações possíveis para essa traição da revolução de outubro. Entre as explicações correntes, pelo menos quatro devem ser mencionadas. Alguns afirmam que a revolução foi traída porque Lenine morreu prematuramente, sendo substituído no poder por um homem intrinsecamente despótico e imoral como Stalin. A fraqueza desse tipo de afirmação é óbvia. E' fruto de um personalismo histórico ingênuo. Outros preferem generalizar um pouco mais, e atribuir o problema à sede de poder que caracteriza os homens, e ao caráter corruptor do poder. Trata-se ainda de uma visão personalista da história, que geralmente é completada com a afirmação de que esse é o destino de todas as revoluções. Outros ainda, cujas intenções ideológicas são óbvias e não necessitam comentário, afirmam que o resultado do socialismo é necessariamente o totalitarismo burocrático soviético.

Um quarto tipo de argumentação, mais respeitável, atribui o malogro da revolução de 1917 em instaurar um efetivo sistema socialista ao caráter prematuro dessa revolução. A Rússia não estava preparada para a realização de uma revolução socialista. A revolução burguesa mal começara. A classe operária não era ainda numericamente respeitável. O sistema econômico não alcançara ainda um nível de integração e de produção social, a escassez era ainda um fenômeno por demais generalizado, para que houvesse condições para uma revolução socialista. Nas palavras de Isaac Deutscher:

«O marxista vê no pleno desenvolvimento do caráter *social* do processo produtivo a principal e histórica condição prévia do socialismo. Sem isso, o socialismo seria um castelo no ar. Tentar impor o controle social num modo de produção que não é inerentemente social, é tão incongruente e anacrônico quanto a manutenção do controle privado ou seccional sobre um processo produtivo que é social... As formas de socialismo foram forjadas (na União Soviética) antes de existir o conteúdo, a

substância econômica e cultural; e, à medida em que o conteúdo era produzido, as formas deterioravam-se ou eram distorcidas.»<sup>23</sup>

E conclui Isaac Deutscher, resumindo em uma frase a revolução russa:

«No início, as instituições político-sociais criadas pela Revolução erguiam-se muito acima do nível real da existência material e cultural da Nação; depois, quando esse nível subiu, a ordem político-social foi rebaixada pelo peso da burocracia e do stalinismo.»<sup>24</sup>

O argumento do caráter prematuro da revolução soviética é mais aceitável, mas se não for devidamente completado, cairemos no erro em que Isaac Deutscher acabou por incidir: o erro do personalismo de atribuir à burocracia e ao stalinismo a culpa final do não cumprimento dos ideais da revolução de 1917. E' preciso acrescentar ao argumento de Deutscher que, em 1917, a sociedade russa, se não estava madura para o socialismo, estava razoavelmente pronta para o estabelecimento de um regime tecnoburocrático.

Este é o aspecto importante do problema. Quando a revolução soviética foi realizada, o desenvolvimento tecnológico no mundo já havia sido suficientemente poderoso para começar a fazer pender para o lado da técnica, inclusive da técnica burocrática, o papel de fator estratégico de produção. A revolução liquidava com o sistema capitalista, mas continuava às voltas com o problema da escassez e do subdesenvolvimento. Nenhuma sociedade, até hoje, no mundo resolveu o problema da escassez. Nem mesmo a norte-americana. Muito menos a russa em 1917, que, ainda por cima, tivera sua precária economia destruída pela guerra mundial e pela guerra civil.

O vácuo de poder criado pela liquidação do sistema capitalista e feudal devia, portanto, ser preenchido por alguém

<sup>23</sup> *Idem*, pp. 26, 27 e 35.

<sup>24</sup> *Idem*, p. 35.

que fosse capaz de fazer face à escassez existente, administrar a economia do país e promover sua industrialização. Na medida em que a escassez continuava a existir, o problema econômico permanecia dominante. A revolução soviética só poderia substituir efetivamente o capitalismo se fosse capaz de realizar as tarefas dos empresários capitalistas e do estado capitalista relativas à produção de riqueza. O novo sistema deveria administrar a produção social pelo menos com a mesma eficiência que o sistema capitalista. Se possível, com uma eficiência maior.

Ou melhor, toda a formulação teórica dos economistas socialistas mostrava que o sistema econômico capitalista era ineficiente, marcado pela desorganização e o desperdício. Dentro da visão racionalista em que o socialismo, tanto ou mais que o capitalismo, foi concebido, um dos argumentos principais a favor do socialismo era o de que se tratava de um sistema mais eficiente, mais racional, do que o sistema capitalista. Agora que uma revolução capitalista fora realizada, era condição essencial de sua sobrevivência que essas teses se comprovassem.

Ora, a única alternativa para que isso ocorresse, além do próprio capitalismo, era «racionalizar» o sistema social, ou seja, burocratizá-lo. Era montar uma organização burocrática básica — o Partido Comunista — e, a partir desta, organizar a burocracia estatal e as organizações burocráticas produtivas, ou seja, as empresas. E para isto não era mais possível nomear para postos-chaves os políticos, os intelectuais e os operários revolucionários. Estes poderiam ser aproveitados na medida em que fossem tecnicamente capazes, e que fossem capazes de se enquadrar no novo sistema. Em um sistema rígido, inflexível, fechado, em que o conformismo político fosse integral. Em um sistema governado pela eficiência e pelo medo. Ora, os revolucionários são idealistas que, geralmente, não se enquadram nesse tipo de sistema. Não é de estranhar, portanto, que muitos se tenham rebelado. E que tenham sido sumariamente expurgados. E o resultado disto foi o surgimento de uma «nova classe», na expressão de Milovan Djilas, de uma classe de tecnoburo-

cratas, que assumiu o poder de forma oligárquica, suprimiu todas as liberdades, e criou uma série de privilégios para si mesma.

Não são mais os políticos, muito menos a classe operária, que controlam o poder. Este está nas mãos da tecnoburocracia, constituída, fundamentalmente, de administradores profissionais que, adotando o papel de políticos, administram o Partido, o Governo e as empresas. Só são políticos na medida em que são fiéis aos interesses do próprio grupo de tecnoburocratas e na medida em que são capazes de utilizar o jargão político oficial: uma contrafacção do marxismo-leninismo. Essencialmente são burocratas, que são admitidos por seus pares na medida em que possuam as qualidades de um administrador profissional: capacidade decisória, imaginação, capacidade de organização, ambição, necessidade de realização, e ao mesmo tempo um alto grau de adaptabilidade, de conformismo, e uma estrita lealdade ao sistema.

Djilas, em *A Nova Classe*, faz uma análise notável da tecnoburocracia dos países comunistas. Sua crítica é muitas vezes apaixonada e unilateral. Nesses termos, salienta mais o aspecto burocrático do sistema do que o técnico. Evidentemente não percebeu que os dois fenômenos são extremamente similares, confundindo-se em um plano de abstração um pouco mais elevado. Admite porém que, além da lealdade, o burocrata necessita ser capaz. Diz-nos ele a respeito dos critérios para ascensão à nova classe:

«A nova classe está sendo criada com a mais baixa e a mais ampla camada do povo, e transforma-se constantemente... Teoricamente, o caminho para o alto está aberto para todos... A única exigência feita para se percorrer a estrada é a lealdade completa e sincera ao partido ou à nova classe. Ampla na base, ela vai-se tornando cada vez mais estreita à medida em que se aproxima do alto. Não basta desejar subir, é necessário ter capacidade de compreender e aperfeiçoar doutrinas,

ter firmeza na luta contra antagonistas, excepcional destreza e inteligência nas lutas internas do partido e talento para fortalecer a classe.»<sup>28</sup>

Em síntese, a revolução de 1917 falhou em estabelecer um verdadeiro regime socialista porque, uma vez realizada, sua própria condição de sobrevivência era trair-se a si mesma e tornar-se tecnoburocrática. Ela era prematura na medida em que o fator estratégico de produção continuava o elemento fundamental da história, e na medida em que esse fator estratégico estava passando do capital para a técnica. Foi a tecnoburocracia que a matou, mas não se tratou de obra deliberada. Se, ao invés de Stalin houvéssemos tido na União Soviética um outro líder, as coisas poderiam ter sido um pouco diferentes, mas não muito. Uma vez eliminado o capitalismo, o domínio da tecnoburocracia era inevitável.

<sup>28</sup> DJILAS, Milovan, *A Nova Classe*, Rio de Janeiro, Agir, 1958, p. 93.

## IV

### *Revoluções Militares*

**A**S REVOLUÇÕES COMUNISTAS OCORRERAM SEMPRE EM países subdesenvolvidos. Excetuam-se alguns países da Europa Oriental, como a Tchecoslováquia e a Alemanha Oriental, em que a presença soviética, no pós-guerra, foi um fator decisivo, não se podendo, portanto, falar propriamente em revolução. Além das revoluções comunistas, porém, um outro tipo de revolução tem-se tornado cada vez mais freqüente nos países subdesenvolvidos: as revoluções militares. Nossa hipótese é a de que essas revoluções militares, da mesma forma que as revoluções comunistas, são um aspecto da emergência da tecnoburocracia no mundo moderno.

Sem dúvida o militarismo é um fenômeno muito antigo no mundo. A Assíria foi um Estado militarista. Esparta permanece ainda um exemplo de militarismo, ou seja, de domínio político dos militares sobre os civis. A história universal é freqüentemente confundida com a história militar, revelando a importância que, de uma forma ou de outra, sempre tiveram os militares na direção dos negócios públicos. Na América Latina, desde o período da independência, o governo de quase todos os países esteve nas mãos dos militares. O Oriente Médio, dentro da

tradição muçulmana, esteve sempre sob o domínio de califas, cujo poder tinha origem religiosa e militar. Em todos os países do mundo o poder das armas sempre foi extraordinariamente grande, e a influência dos soldados foi sempre decisiva.

Este poder, porém, em regra, não era exercido em nome próprio. O poder militar era um instrumento a serviço do poder tradicional do aristocrata, ou do poder econômico do capitalista. O poder tradicional geralmente se confundia com o poder militar. Eram os senhores de terra, os nobres, os califas, os xás, os mandarins, eles próprios os militares. A carreira militar era a carreira por excelência dos filhos dos senhores tradicionais. Em alguns casos, era a força militar que dava origem à posição aristocrática. E' o caso por excelência dos cavaleiros medievais ou dos samurais. Em outros, o poder militar se justapunha ao poder tradicional, a ele se aliava, como aconteceu com tantos caudilhos, na América Latina, durante o século XIX.

Não é a esse militarismo que estamos nos referindo, quando afirmamos que as revoluções militares da segunda metade do século XX são um aspecto da emergência da tecnoburocracia no mundo. E' sempre necessário lembrar que os fenômenos econômicos, políticos e sociais são eminentemente históricos. Fatos novos, novos instrumentos e técnicas de produção, novas relações de produção estão sempre surgindo, e os fenômenos históricos estão sempre em transformação. Uma transformação decisiva, em relação ao militarismo, e ao papel dos militares na política, ocorreu com o surgimento dos exércitos modernos.

Uma concepção ampla de exército nos levaria a imaginá-lo como tendo origem em tempos imemoriais. Realmente, se definirmos exército simplesmente como um conjunto de homens e armas voltados para a luta armada, sempre houve exércitos no mundo. Entretanto, dentro de uma concepção mais restrita, os exércitos podem ser definidos

como organizações burocráticas permanentemente constituídas de soldados profissionais, treinados para a guerra, obedecendo a uma hierarquia definida e a regulamentos escritos, formais e impessoais. Dentro dessa concepção burocrática do exército, este é um fenômeno recente, que tem origem particularmente na Prússia de Frederico, o Grande, no século XVIII, e que depois, já no período do capitalismo, durante o século XIX, se generaliza pelas demais nações do mundo. Nas palavras de Morris Janowitz:

«Oficiais mercenários existiam no século XVI e formas rudimentares de profissionalismo eram claramente discerníveis no século XVIII; contudo não se pode falar do aparecimento de uma profissão militar integrada senão depois de 1800.»<sup>26</sup>

Dentro dessa concepção, os exércitos profissionais aparecem como um instrumento dos estados nacionais, que surgem na Europa, a partir das monarquias absolutas, com o objetivo de assegurar a ordem interna e realizar as guerras defensivas ou agressivas que atendessem aos interesses da burguesia capitalista que então se ia transformando na nova classe dominante. Os exércitos, portanto, são fruto da emergência do capitalismo, da mesma forma que as monarquias absolutas e os estados nacionais o foram. Visavam as três instituições combater o sistema feudal, e assegurar condições para o desenvolvimento das burguesias nacionais.

Os exércitos surgem, desta forma, nos países capitalistas avançados. No século passado, na medida em que esses países vão adotando uma ideologia liberal, ao exército é reservado um papel essencialmente não-político. Aos militares são reservadas funções essencialmente militares. Aos políticos e aos capitalistas é reservado o controle político da sociedade.

Esta concepção, que subordina os militares aos políticos e aos capitalistas, ainda permanece nas democracias liberais dos países ocidentais, embora, na segunda metade

<sup>26</sup> JANOWITZ, Morris, *O Soldado Profissional*, Rio de Janeiro, Edições GRD, 1967, p. 14. Primeira edição norte-americana: 1960.

do século XX, seja cada vez menos verdadeira. Foi correta durante o século passado e a primeira metade deste século, mas nos próprios países desenvolvidos capitalistas de tradições liberais mais arraigadas a influência dos militares é cada vez maior.

Foi, portanto, com o capitalismo que surgiram os exércitos modernos. Foi com o capitalismo que se generalizou a figura do soldado profissional e que o poder político foi separado do militar. Antes do capitalismo, o poder tradicional estava intimamente relacionado com o poder militar. Os militares eram os próprios aristocratas. Com o capitalismo, os militares vão sendo recrutados cada vez mais na classe média.<sup>27</sup> Os militares não mais se confundem nem com os aristocratas, nem com os capitalistas.

Nos países subdesenvolvidos, já neste século, começam a se organizar os exércitos profissionais. Na África, na Ásia, na América Latina começam a surgir exércitos profissionais. Na América Latina, por exemplo, segundo Jacques Lambert, o primeiro exército profissional a se estruturar é o do Chile, em torno de 1880.<sup>28</sup> Mais ou menos na mesma época, em parte como resultado da Guerra do Paraguai, surge como organização burocrática efetiva do exército brasileiro, que até então era força inexpressiva em comparação com as milícias representadas pela Guarda Nacional, as quais representavam as oligarquias locais.<sup>29</sup>

Os exércitos não surgem necessariamente como organizações burocráticas independentes. No Brasil, por exemplo, foi necessário cerca de meio século para que o

<sup>27</sup> Cf. LAMBERT, Jacques, *Les Interventions Militaires dans la Politique en Amérique Latine*, em *La Role Extra-Militaire de l'Armée dans le Tiers Monde*, Paris, PUF, 1966, p. 355; HALPERN, Manfred, *Middle Eastern Armies and the New Middle Class*, em *The Role of the Military in Underdeveloped Countries*, Princeton University Press, Princeton 1962, p. 278, e JANOWITZ, Morris, *op. cit.*, p. 18.

<sup>28</sup> Cf. LAMBERT, Jacques, *op. cit.*, p. 352.

<sup>29</sup> Cf. SODRÉ, Nelson Werneck, *História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, pp. 127 a 143.

exército se organizasse em forma de uma burocracia. A vocação burocrática dos exércitos, a partir do modelo prussiano, porém, é irreversível. A maior eficiência obtida tanto na guerra quanto na paz por um exército disciplinado, com uma hierarquia definida, regulamentos e uma carreira precisamente estabelecida, constituído de oficiais profissionais, formados em academias militares, torna-se tão evidente, que não é possível imaginar outro modelo de exército.

Esta vocação burocrática dos exércitos modernos se acentua com a tecnificação da guerra. Todo o imenso desenvolvimento tecnológico que vem ocorrendo no século XX reflete-se diretamente na técnica militar. Na verdade, grande parte da pesquisa e do desenvolvimento da ciência, no nosso tempo, se deve aos interesses militares. O desenvolvimento da pesquisa atômica e da pesquisa em veículos espaciais são dois exemplos significativos da motivação militar do desenvolvimento científico contemporâneo.

Ora, na medida em que a guerra se tecnifica, torna-se cada vez mais necessária a burocratização dos exércitos. Burocracia é um sistema social administrado por especialistas, ou seja, por administradores tecnicamente competentes. A crescente complexidade da tecnologia militar exige oficiais cada vez mais treinados, uns como especialistas propriamente ditos, outros como administradores generalistas; todos como técnicos profissionais. Além disso, os exércitos modernos são cada vez maiores, o que, novamente, aponta na direção da organização burocrática. Quando um sistema social cresce muito, é praticamente condição de sua sobrevivência que se burocratize.

Seja portanto pelo caráter da vida militar, afeita à disciplina, à hierarquia, às rotinas e aos regulamentos, seja pela crescente complexidade tecnológica dos armamentos e das táticas militares, seja pelo tamanho cada vez maior dos exércitos, sua vocação burocrática é indiscutível.

A organização burocrática dos exércitos modernos nos países desenvolvidos, especificamente nos Estados Unidos, foi objeto de uma ampla pesquisa realizada por

Morris Janowitz.<sup>20</sup> Mostra-nos Janowitz como o exército norte-americano, inicialmente aristocrático e tradicionalista, foi se transformando em uma vasta empresa burocrática. As elites militares, inicialmente recrutadas entre a classe alta superior, foi aos poucos mudando sua base de recrutamento para a classe média.<sup>21</sup> Por outro lado,

«as novas tarefas das forças armadas exigem que o oficial profissional desenvolva cada vez mais as qualificações e orientações comuns aos administradores e dirigentes civis... um amplo segmento na instituição militar assemelha-se a uma burocracia civil no que se refere a problemas de pesquisas, desenvolvimento e logística».<sup>22</sup>

Nos países subdesenvolvidos não foi realizada pesquisa com a mesma profundidade, mas o caráter burocrático dos exércitos é claro. O modelo de exército adotado é sempre o dos países desenvolvidos. Missões militares norte-americanas, francesas, inglesas, alemãs, soviéticas, encarregam-se de implantar nesses países a tecnologia militar moderna. Além disso, a utilização de armamentos modernos condiciona a modernização das organizações militares dos países subdesenvolvidos.

Ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos, porém, os exércitos, nos países subdesenvolvidos, antecedem, ao invés de serem o resultado da modernização da economia destes países. Nos países industrializados já vimos que os exércitos foram fruto do capitalismo, foram resultado do processo de industrialização e burocratização que vai atingir toda a sociedade. Nos países subdesenvolvidos o exército é freqüentemente a primeira organização burocrática moderna a se estabelecer. E' geralmente a mais estruturada e eficiente das organizações burocráticas. Talvez devido àquela vocação burocrática,

<sup>20</sup> JANOWITZ, Morris, *O Soldado Profissional*.

<sup>21</sup> *Idem*, p. 18.

<sup>22</sup> *Idem*, pp. 16 e 17.

intrínseca aos exércitos modernos, e certamente em função dos armamentos e do treinamento que recebem dos países desenvolvidos, o fato é que tem sido muito mais fácil organizar em forma burocrática moderna um exército do que outras organizações. Nas palavras de Lucian W. Pye:

«Em comparação com os esforços que foram realizados para desenvolver, por exemplo, administrações civis e partidos políticos, parece que é de certa forma mais fácil criar exércitos modernos em sociedades transicionais do que outras formas de estruturas sociais modernas.»<sup>33</sup>

Este processo de modernização ou burocratização dos exércitos nos países subdesenvolvidos pode ter sido mais ou menos lento, dependendo das origens dos mesmos e da forma pela qual foram desenvolvidos. Com a Segunda Guerra Mundial, porém, o processo de burocratização dos exércitos nos países subdesenvolvidos recebeu um imenso impulso. Na mesma época, e concomitantemente com a liberação do jugo colonial de um grande número de países africanos e asiáticos, o desenvolvimento econômico, ou seja, a modernização e a industrialização dos países periféricos torna-se seu objetivo político número um. Uma série de fatores, que não cabe aqui discutir, transformam o desenvolvimento econômico, a partir da segunda metade do século XX, na aspiração fundamental de todos os países do mundo, inclusive os países subdesenvolvidos.

Temos, assim, dois fenômenos que ocorriam ao mesmo tempo, a partir da Segunda Guerra Mundial: de um lado os exércitos se transformavam na organização burocrática mais desenvolvida e moderna dos países subdesenvolvidos; de outro, esses países passavam a aspirar, antes de mais nada, o desenvolvimento econômico. O resultado da conjugação desses dois fatores são as revoluções militares, é a tomada do poder, em quase todos os países subdesenvolvidos da África, da Ásia e da América Latina, pelas oligarquias militares.

<sup>33</sup> PYE, Lucian W., *Armies in the Process of Political Modernization, em The Role of Military in Underdeveloped Countries*, op. cit., p. 74.

Para citarmos apenas alguns países, revoluções militares são realizadas, no pós-guerra, no Egito, na Síria, no Iraque, no Sudão, na Argélia, na Tailândia, na Indonésia, na Coreia, no Paquistão, no Senegal, no Congo, no Togo, no Tchad, na Nigéria, no Brasil, na Argentina, no Paraguai, na Bolívia, no Peru.

Em relação aos países latino-americanos poder-se-ia objetar que este não é um fato novo. Intervenções militares sempre houve na América Latina. Dentro do processo de burocratização e profissionalização dos exércitos, que estivemos examinando, porém, é preciso distinguir as intervenções do passado, muitas vezes realizadas por caudilhos e não propriamente pelos exércitos, ou então por um exército ainda não burocratizado, que simplesmente servia aos interesses das oligarquias rurais, das mais recentes, especialmente das intervenções ocorridas no Brasil e no Peru, que têm um caráter tecnoburocrático definido.

Em todos esses países a tomada do poder pelos militares é, eminentemente, um capítulo da emergência das tecnoburocracias ao poder. Os militares, na medida em que estão organizados burocraticamente, na medida em que são administradores profissionais ou especialistas nas mais variadas atividades não só militares mas também civis, eles se constituem em uma tecnoburocracia. Inicialmente, aceitando o modelo liberal proposto pelos países desenvolvidos, o poder é entregue aos políticos e às oligarquias econômicas locais de caráter tradicional e/ou capitalista. Em breve, porém, os militares percebem que essas oligarquias políticas e econômicas estão despreparadas para o exercício do poder, além de não possuírem bases populares. Na verdade, nem a população está preparada para a democracia, nem as elites revelam capacidade para conduzir democraticamente o país no caminho do desenvolvimento econômico. Os militares, por sua vez, além de reunirem capacidade técnica e organizacional, na medida em que fazem parte de uma organização burocrática moderna, têm ainda o poder das armas. Daí para a revolução militar tecnoburocrática e para o estabelecimento de um regime autoritário é um passo.

As ditaduras militares tecnoburocráticas se espalham assim, rapidamente, pelos países subdesenvolvidos. Os militares aumentam o poder político não só em nome de seu poder e sua competência militar, mas em nome de sua competência civil. Isto não significa que os grupos civis não tenham necessariamente competência para gerir-se por conta própria. Em um país como o Brasil, por exemplo, a primeira revolução militar do tipo que estamos aqui analisando ocorreu em 1930. Mas logo os militares devolveram o poder aos civis. Em 1964, quando o poder civil e o esquema político estabelecido trinta e quatro anos atrás entra em crise, e se estabelece um vácuo de lideranças civis no país, os militares, agora plenamente tecnoburocráticos, assumem o poder com ânimo definitivo.

Os militares possuem competência técnica não apenas nas áreas militares mas também civis. Na medida em que são administradores profissionais, têm condições de aplicar seu conhecimento técnico na administração dos mais variados tipos de organizações burocráticas. O caráter generalista, não especializado, do administrador está presente também no militar profissional que é treinado para administrar a organização militar. Além disso, os militares, antes mesmo de ocorrer uma revolução militar, já começam a ser chamados para uma grande variedade de tarefas no setor civil. Conforme observa Jacques Lambert:

«Nos países subdesenvolvidos que têm falta de administradores profissionais, os exércitos são chamados para desempenhar funções de todos os tipos, no campo econômico ou político. Os administradores públicos e de empresas privadas são pouco numerosos e freqüentemente mal preparados; nos termos em que foi assinalado em vários relatórios, o exército é a instituição que mais rapidamente adquire uma estrutura sólida e bem enquadrada e os oficiais recebem freqüentemente uma formação técnica.»<sup>24</sup>

Nesses termos, antes mesmo de assumirem o controle político do país, os militares já começam a ocupar um grande número de cargos na administração civil, nas

<sup>24</sup> LAMBERT, Jacques, *op. cit.*, Introdução, p. 14.

empresas públicas e mesmo nas empresas privadas. Não ocupam esses cargos simplesmente porque os políticos e homens de negócio querem agradar o poder militar, como pretendem os antimilitaristas mais extremados, mas também, senão principalmente, porque têm uma competência básica para executar essas tarefas, na medida em que foram treinados em uma organização burocrática moderna.

Assumindo essas funções civis, os militares já vão, por sua vez, treinando e adquirindo experiência. No momento em que se sentem suficientemente fortes, não só no plano militar, mas também no plano administrativo, e que verificam que seus ideais burocráticos de racionalidade e eficiência não estão sendo seguidos pelo poder civil, seja porque ele representa os interesses de oligarquias tradicionais (caso do Brasil em 1930, do Peru, de todo o Oriente Médio), seja porque o sistema político civil entrou em crises de bases sociais (o Brasil de 1964 é o paradigma deste caso, que tem também excelente ilustração na Indonésia, com a deposição de Sukarno), nesse momento os militares realizam uma revolução tecnoburocrática militar. Seu natural desejo de poder é um ingrediente na motivação revolucionária. Mas o elemento essencial é a crença tecnoburocrática dos militares profissionais de que, assumindo autoritariamente o poder, imprimirão à economia e à política do país maior organização, mais segurança e maior eficiência.

Essas revoluções se revestem de feições direitistas ou esquerdistas, na medida que revelam uma atitude mais ou menos condescendente para com o capitalismo interno e externo. Assim, o Egito, a Argélia ou o Peru seriam exemplos de revoluções militares de esquerda, enquanto que o Brasil de 1964, a Argentina de pós-Perón, ou a Indonésia de Suharto são exemplos de revoluções militares de direita. Na verdade, porém, essa distinção entre esquerda e direita, no caso destas revoluções, é muito pouco significativa. As semelhanças entre si são muito

maiores do que as distinções. Todas elas tendem a ser ditatoriais, tendem a colocar a segurança interna e o desenvolvimento econômico como principais objetivos, tendem a ser modernizantes e eficientistas; tendem a colocar nos postos econômicos e políticos chaves profissionais competentes; são, em outras palavras, tecnoburocráticas, antes que de esquerda ou de direita.

Na verdade, a classificação entre esquerda e direita, na qual continuam a insistir os analistas e cientistas políticos, adapta-se mal às posições dos militares, como, aliás, à de todos os tecnoburocratas. Conforme observa Arnaldo Pedroso d'Horta em relação aos militares.

«Os militares, não estando incrustados na organização econômica como uma classe com interesses específicos, podem passar, indiferentemente, da direita para a esquerda e da esquerda para a direita.»<sup>35</sup>

Isto não significa que os militares, como os tecnoburocratas em geral, não tenham interesses econômicos. Eles os têm. Mas, dependendo das circunstâncias, esses interesses poderão tanto ser atendidos em um regime em que a classe capitalista seja mantida quanto em outro em que a mesma seja suprimida ou reduzida.

As revoluções militares da segunda metade do século XX, nos países subdesenvolvidos, ao contrário do que acontecia anteriormente, são, portanto, eminentemente tecnoburocráticas. São um dos sintomas mais claros e decisivos da emergência ao poder em todo o mundo da tecnoburocracia.

Os novos militares, ao assumirem o poder, o fazem com o objetivo definido de estabelecer no país uma ordem mais moderna e mais eficiente. Julgam-se o único grupo organizado e detentor da tecnologia moderna no país subdesenvolvido em que realizam sua revolução. O General Edgardo Mercado Jarrin, chanceler do Peru, por exemplo, em sua visita ao Brasil em 1971, declarou textualmente em uma entrevista:

<sup>35</sup> PEDROSO d'HORTA, Arnaldo, Lima, Ano III, em *O Estado de São Paulo*, 17 de junho de 1971.

«Os militares peruanos chegaram à conclusão, em certo momento, de que eram os únicos detentores da moderna tecnologia. Seus equipamentos eram modernos e financiados por países desenvolvidos. No entanto, o resto da população não acompanhava esses progressos das forças armadas. Foi então que os militares se lançaram a um movimento para estender os benefícios do desenvolvimento aos civis peruanos.»<sup>88</sup>

Isto não significa que os militares pretendam assumir todos os cargos importantes assim que assumem o poder. Podem perfeitamente chamar para auxiliá-los técnicos civis. Foi o que fizeram, por exemplo, no Brasil, a partir de 1964. Um grande número de técnicos, principalmente economistas e engenheiros, foi chamado para participar do poder, enquanto que políticos, homens de negócios, líderes sindicais, estudantes e religiosos, na medida em que não possuíam uma origem tecnoburocrática como os militares e os técnicos civis, eram excluídos do poder.

Finalmente, é preciso deixar claro que os militares, assumem o poder não apenas em função de sua competência técnica, mas também como um simples resultado de sua força militar e de sua vontade de poder. Sob esse aspecto, o militar, assim como o tecnoburocrata comunista, usa de sua competência técnico-profissional como uma justificativa para a sua tomada do poder. Na medida em que eles controlam o novo fator estratégico de produção — a competência técnica e organizacional — eles tendem a assumir o poder político. Mas, na medida em que eles não são os únicos a dispor dessa competência, na medida em que passam inclusive a surgir grupos de tecnoburocráticos conflitantes, o simples e velho desejo de poder, somado à força das armas, tornam-se elementos importantes. A competência técnica e organizacional é agora o elemento decisivo, caracterizando o poder militar como tecnoburocrático. Mas, obviamente, tanto nas revoluções militares como nas revoluções comunistas que examinamos anteriormente, e nas revoluções gerenciais dos países capitalistas, a tecnoburocracia não aparece em sua forma pura.

<sup>88</sup> Cf. *O Estado de São Paulo*, 25-3-1971.

## V

### *Tecnoburocracia e Capitalismo*

**F**INALMENTE, DEPOIS DE EXAMINARMOS AS REVOLUÇÕES comunistas e as revoluções militares, devemos examinar a emergência da tecnoburocracia nos países capitalistas avançados. Nosso modelo, para essa análise, serão os Estados Unidos, embora ela seja em grande parte válida para os demais.

O tema deste capítulo contém em si mesmo uma contradição — tecnoburocracia e capitalismo — que expressa bem o que vem ocorrendo nessa área. Paradoxalmente os países tecnologicamente mais avançados são aqueles em que a tecnoburocracia fez menos progressos. Através de um desses típicos saltos a que a história está sujeita, os países comunistas e os países subdesenvolvidos estão instaurando regimes tecnoburocráticos, em substituição a sistemas capitalistas que ainda não tinham tido tempo de se delinear e estruturar. Em certos casos, uma etapa capitalista definida não chegou sequer a se constituir quando uma revolução tecnoburocrática assumiu o poder. Enquanto isso, nos países em que o capitalismo já é maduro, o avanço tecnoburocrático é muito mais lento. As resistências do sistema capitalista são muito mais fortes. Além disso, a ideologia liberal tem raízes profundas, especialmente nos países anglo-saxões, dificultando ainda mais a emergência da tecnoburocracia, cuja ideologia tem caráter eminentemente autoritário.

Não obstante, foi nos países capitalistas avançados, e particularmente nos Estados Unidos, que a tese da tecnoburocracia foi inicialmente levantada. A primeira colocação significativa da questão foi realizada por Berle e Means na célebre pesquisa que realizaram em 1929 sobre as grandes empresas norte-americanas e sobre controle do seu capital.<sup>37</sup> Nesse trabalho, logo em seu primeiro capítulo, os autores colocam a tese básica do livro: o sistema de propriedade está em transição. Com a concentração do capital em grandes sociedades anônimas e com a democratização do capital, distribuído entre milhares e milhares de acionistas, o sistema industrial capitalista entrou em uma fase de profundas transformações. As empresas deixam de ser controladas por indivíduos ou pequenos grupos, nos termos do capitalismo individualista do século XX. Separa-se o controle das empresas de sua propriedade. O controle das empresas vai passando para um grupo de administradores profissionais, enquanto a propriedade é dividida entre acionistas ausentes.

Em seguida os autores analisam o processo de separação do controle e da propriedade das empresas, que pode ser resumido nos seguintes termos: Ocorreu nos Estados Unidos um extraordinário movimento de concentração do poder econômico. Na época em que a pesquisa foi realizada as 200 maiores empresas controlavam 49% de toda a riqueza das companhias norte-americanas. Para que essa concentração fosse possível, foi necessário recorrer à poupança de um número crescente de pessoas. Daí a dispersão da propriedade de ações, de forma que, entre 4.367 companhias, os seus administradores possuíam 10,7% das ações ordinárias e 5,8% das ações preferenciais. Em muitas empresas nenhum acionista possuía mais

<sup>37</sup> BERLE JR., Adolf A., e MEANS, Gardiner, *The Modern Corporation and Private Property*, Nova York, Mac Millan, 1950. Primeira edição em 1932. Para os dados abaixo, consultar as pp. 3, 28, 51, 67 e 94. Deve-se assinalar que antes do estudo de Berle e Means a emergência da tecnoburocracia já havia sido revista. Entre os primeiros a adotarem esta posição merece especial menção Max Weber, que afirmava em 1924: "No momento é a ditadura dos funcionários e não a dos trabalhadores que está a caminho". Em *Der Socialismus*, citado por H. H. Gerth e C. Wright Mills em *From Max Weber*, Oxford University Press, 1958, Nova York, p. 50.

do que um por cento do capital. Em vista disto, separou-se o controle da propriedade. Os autores apresentam, então, cinco tipos de controle das empresas e classificam as 200 empresas pesquisadas segundo esses tipos. Teríamos assim que 44% das empresas estariam sob o controle de administradores profissionais; 21% sob o controle legal (sistema de pirâmide, ações sem direito a voto, ações com poder de voto maior do que as outras, etc.); 23% sob o controle da minoria do capital; 5% sob o controle da maioria, e 6% sob o controle praticamente total de um ou alguns indivíduos. A linha divisória entre o controle por administradores profissionais e o controle por minoria foi arbitrariamente estabelecida em 20% do controle do capital.

Com base nesses dados concluíam os autores que estava ocorrendo nos Estados Unidos um extraordinário processo de concentração do capital nas mãos de umas poucas grandes empresas, ao mesmo tempo em que o capital dessas empresas se democratizava, que os seus proprietários perdiam poder, e que este ia cada vez mais se concentrando nas mãos de administradores profissionais (tecnoburocratas, de acordo com nossa terminologia). Separava-se, assim, o controle e a propriedade das empresas. Estas se burocratizavam. Os capitalistas perdiam poder. E na conclusão de seu trabalho afirmavam já em 1932 Berle e Means:

«E' concebível — na verdade parece quase essencial para que o sistema das grandes sociedades anônimas sobreviva — que o controle das grandes empresas venha a se colocar nas mãos de uma tecnocracia perfeitamente neutra, a qual equilibraria as reivindicações dos diversos grupos da comunidade e atribuiria a cada um uma parte do fluxo de renda à base de uma política de caráter público ao invés de basear-se na cupidez privada.»<sup>33</sup>

O caráter ideológico da posição de Berle e Means, independentemente de seu valor científico, é evidente. Alguns cientistas sociais liberais procuravam ver o fim do capitalismo e o estabelecimento de uma sociedade mais justa e racional a partir da tomada pacífica do poder por uma tecnocracia neutra. Percebendo que o ca-

<sup>33</sup> *Idem*, p. 356.

pitalismo teria necessariamente que desaparecer, preferiam vê-lo substituído paulatinamente por um sistema dominado por técnicos e administradores profissionais. O tecnocratismo tornava-se assim o herdeiro do capitalismo. Mais do que isto, tornava-se a consequência lógica do êxito do desenvolvimento capitalista. Era o capitalismo que se tornava mais racional; eram os capitalistas que entregavam a direção de suas empresas a administradores profissionais competentes. Era a ideologia tecnoburocrática que se esboçava.

Antes, porém, que a ideologia tecnoburocrática tivesse tempo de definir-se, surge uma idéia pioneira que iria colocar pela primeira vez de forma clara e precisa o problema da revolução tecnoburocrática. Em 1941, enquanto a Segunda Guerra Mundial ocorria, James Burnham publica um livro extraordinário, que teria enorme repercussão e causaria profundas irritações: *The Managerial Revolution*. Nesse livro Burnham apresenta-nos um grande quadro da revolução tecnoburocrática, ou gerencial, segundo seus termos, por que o mundo estava passando. Diz-nos ele que, em relação ao futuro do sistema capitalista, podemos adotar três teorias alternativas: a de que o capitalismo deverá permanecer para sempre, a de que o capitalismo será substituído pelo socialismo, e, finalmente, a de que o capitalismo será substituído pela sociedade gerencial. Depois de analisar e descartar as duas primeiras alternativas, Burnham opta pela terceira. Segundo essa teoria — a teoria da revolução gerencial — nós vivemos em um período de transição social, política, econômica e cultural extremamente rápida e profunda.

«Essa transição *parte* de um tipo de sociedade que nós temos chamado de capitalista ou burguesa para um tipo de sociedade que nós chamaremos *gerencial*... O que está ocorrendo nessa transição é uma luta em busca de dominância social, poder e privilégio, em busca da posição de classe dominante, travada pelo grupo social ou classe dos *administradores* (gerentes).»<sup>39</sup>

<sup>39</sup> BURNHAM, James, *The Managerial Revolution*, Bloomington, Indiana University Press, 1960, p. 71. Primeira edição: 1941.

Burnham havia sido trotskista militante, conhecia o método histórico-dialético marxista, e o emprega sistematicamente. Mas rompera com o trotskismo, e adota, em seu livro, uma posição de independência pessoal, que irritaria a todas as correntes. Desagradaria aos capitalistas conservadores, porque previa o fim de seu sistema. Aborreceria aos socialistas de todos os matizes na medida em que previa o tecnocratismo e não o socialismo como substituto do capitalismo. Irritaria os ideólogos em emergência da tecnoburocracia porque, embora prevendo sua vitória, não lhes revelava nenhuma simpatia.

De fato, já então Burnham colocava os tecnoburocratas das sociedades capitalistas modernas na desagradável companhia dos facistas, nazistas e stalinistas. Para Burnham, o facismo e o leninismo-stalinismo são manifestações da revolução gerencial tanto quanto a paulatina tomada do poder, nos Estados Unidos, pelos administradores profissionais. Na verdade, os dois primeiros casos, marcados pela centralização do poder e pelo totalitarismo, seriam situações mais acabadas de sociedade gerencial do que a norte-americana, em que o capitalismo ainda continuava vigente, ainda que em processo de decadência.

O livro de Burnham suscitou uma enorme discussão. Os ideólogos da tecnoburocracia, defensores intransigentes do sistema político e social norte-americano, concordaram com a tese central do livro, deram boas-vindas à revolução gerencial, mas indignaram-se com a colocação em um mesmo barco da tomada do poder pelos administradores profissionais nos Estados Unidos e pelos nazistas e stalinistas, respectivamente na Alemanha e na União Soviética. Era-lhes impossível conceber a hipótese de que, em última análise, os três movimentos tinham profundos traços em comum: eram governos de tecnoburocratas, originários da classe média, que se propunham racionalizar e tornar mais eficiente o sistema social.

Sem dúvida os gerentes norte-americanos jamais se aproximaram do totalitarismo e do desrespeito aos direi-

tos individuais que marcaram o nazismo e o stalinismo. Mas a história recente tem mostrado que mesmo um governo marcado por profundas tradições democráticas, como o norte-americano, quando começa a ser dominado por uma tecnoburocracia, seja civil e/ou militar, é capaz de cometer violências contra a própria democracia, em nome da eficiência e da segurança nacional.

Já os intelectuais de esquerda receberam a tese de Burnham de forma totalmente negativa. Recusaram-se, totalmente, a aceitar a tese de que a revolução gerencial estava ocorrendo nos Estados Unidos. Nesse sentido, passaram a recusar a validade das conclusões da pesquisa de Berle e Means, contrapondo-a a outras pesquisas. Um dos líderes dessa posição, nos Estados Unidos, foi Paul Sweezy, que cita um estudo realizado em 1940 por Goldsmith e Parmelee, baseado em pesquisa realizada pela *Securities and Exchange Commission*, segundo a qual,

«em cerca de 140 das 200 companhias (as maiores companhias não financeiras dos Estados Unidos), o número de ações em mãos de um só grupo de interesses era bastante grande para justificar, juntamente com outras indicações, tais como a representação na gerência, a classificação de tais companhias como estando mais ou menos definitivamente sob controle dos proprietários». <sup>40</sup>

A este dado Paul Sweezy acrescenta a observação de que, entre as empresas menores, a proporção das empresas sob controle dos proprietários deve ser muito maior. Por outro lado, acrescenta, os administradores profissionais,

«embora possuindo uma *proporção* reduzida de ações, quase sempre são proprietários de quantidades *absolutamente* grandes

<sup>40</sup> GOLDSMITH, Raymond W., PARMELEE, Rexford C., *The Distribution of Ownership in the 200 Largest Non-Financial Corporations*, INEC, Investigaçãõ sobre a Concentraçãõ do Poder Econõmico, *Monografia* n. 29, Government Printing Office, 1941. Citado por SWEETZ, Paul, *Ensaio sobre Capitalismo e Socialismo*, Rio de Janeiro, Zahar, 1965, p. 45.

das mesmas, de modo que seus interesses mostram-se, em grande parte, idênticas ao do grupo proprietário». <sup>41</sup>

E concluiu citando a revista *Fortune* que, depois de analisar os resultados da pesquisa realizada pela *Securities Exchange Commission*, afirma:

«Está claro que a idéia de propriedade absenticista, como geralmente interpretada, é uma grande fábula.» <sup>42</sup>

Em outro trabalho publicado no mesmo livro, Sweezy, tomando também as 200 maiores empresas não financeiras dos Estados Unidos e os 50 maiores bancos, realizou em 1939 um estudo, a convite do National Resource Committee, sobre os grupos de interesse na economia norte-americana. A conclusão a que chegou foi que aquelas 250 empresas, que controlavam grande parte dos ativos industriais (34%), de utilidade pública (75%) e ferroviários (95%) dos Estados Unidos, eram em última análise controladas por apenas oito grupos de interesse: Grupo Morgan-First National, Grupo Rockefeller, Grupo Kuhn-Loeb, Grupo Mellon, Grupo de Chicago, Grupo Du Pont, Grupo de Cleveland e Grupo de Boston. <sup>43</sup>

A conclusão da esquerda, reproduzida sistematicamente em todos os textos em que intelectuais de esquerda analisam o capitalismo contemporâneo e suas tendências, é a de que a separação da propriedade e do controle das empresas, a revolução gerencial, a emergência da tecnocracia, a superação do sistema capitalista, que aos poucos vai sendo substituído pelo tecnoburocratismo, são simplesmente mitos. O controle das empresas continua nas mãos dos grandes proprietários, que continuariam a se constituir na classe dominante por excelência dos países ocidentais industrializados.

<sup>41</sup> SWEETZ, Paul, *A Ilusão da Revolução dos Gerentes*, em *Ensaio sobre Socialismo e Capitalismo*, Zahar Editores, 1965, Rio de Janeiro, p. 46. Artigo publicado originalmente em *Science & Society*, edição de inverno de 1942.

<sup>42</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>43</sup> SWEETZ, Paul, *Grupos de Interesse na Economia Norte-Americana*, em *Ensaio sobre Socialismo e Capitalismo*, op. cit., pp. 159 a 198.

A esquerda adota, assim, uma posição equivocada de um significativo imobilismo, que se choca profundamente com a concepção dinâmica da história em que pretendidamente deveriam basear-se. Para fundamentar sua posição, fazem apelo a pesquisas, as quais, às vezes, têm o condão de sugerir exatamente o oposto ao que estão procurando provar. Ralph Miliband, por exemplo, analisa uma pesquisa recente realizada por Robert Sheehan, a qual indicaria que, das 500 maiores empresas norte-americanas, 150 ainda continuariam sob controle de indivíduos ou famílias.<sup>44</sup> Com base nesses 30% que ainda estariam nas mãos dos proprietários capitalistas, Robert Sheehan comenta:

«A evidência que 30% das 500 maiores empresas industriais são claramente controladas por indivíduos identificados ou por grupos familiares... sugere que colocar de lado o tradicional proprietário norte-americano constitui um ligeiro exagero e que o muito propagado triunfo da organização está longe de ser total.»<sup>45</sup>

Entretanto, se este contra-ataque constitui, por si só, uma admissão da revolução tecnoburocrática em marcha nos Estados Unidos, a observação seguinte é definitiva a respeito. O critério de controle usado foi, segundo Sheehan e Miliband, muito conservador. Foram considerados sob controle de um indivíduo ou de uma família as empresas em que um acionista ou um grupo de acionistas representando uma família possuísem 10% ou mais de ações.

Ora, não vamos discutir aqui percentagens. Admitimos que em muitos casos é possível controlar uma empresa com menos do que 10% de suas ações. Este fato é conhecido. Mas fica ao mesmo tempo claro que o processo de substituição dos proprietários pelos administradores, nos Estados Unidos, já alcançou grande profundidade.

<sup>44</sup> MILIBAND, Ralph, *Professor Galbraith And American Capitalism*, em *Economics: Mainstream Readings and Radical Critiques*, editado por David Marmelstein e Robert Lekachman, Nova York, Random House, 1970, p. 534.

<sup>45</sup> *Idem, ibidem.*

Apenas 30% das 500 maiores empresas norte-americanas ainda estariam sob controle de proprietários capitalistas, desde que aceitemos que bastam 10% das ações de uma empresa para controlá-la.

Finalmente, temos uma pesquisa que nos parece definitiva, ao ilustrar não só o grande poder e autonomia já alcançados pelos administradores profissionais nos Estados Unidos, mas também o caráter dinâmico, com tendência sempre a tornar-se mais acentuado desse processo de emergência da tecnoburocracia. Robert J. Lerner realizou em 1963 uma pesquisa visando atualizar os dados da pesquisa original de Berle e Means, já citada, realizada em 1929. Para distinguir, entre as 200 maiores empresas norte-americanas, qual o tipo de controle existente, adotar os mesmos critérios de Berle e Means. Foi apenas um pouco mais conservador em estabelecer a distinção entre controle por minoria e controle por administradores profissionais. Berle e Means estabeleceram que, se nenhum grupo possuísse mais de 20% das ações de uma empresa, essa empresa seria considerada como sendo controlada por administradores profissionais. Lerner baixou uma linha divisória para 10%. Não obstante, essa modificação, porém os resultados que obteve revelaram um enorme aumento do número de empresas controladas por administradores profissionais. Vimos que em 1929, 44% das empresas eram controladas por administradores profissionais. Em 1963 essa porcentagem havia aumentado para 84,5%. Em contrapartida, os demais tipos de controle haviam sido drasticamente reduzidos. Nenhuma empresa mais era propriedade de um ou alguns indivíduos, contra 6% em 1929; 2,5% das empresas eram controladas por maioria, 9% por minoria de ações e 4% por artifício legal, contra, respectivamente, 5%, 23% e 21% em 1929, além de 1% em situação indefinida. “

Estes dados são impressionantes. Sempre será possível argumentar que, mesmo com menos de 10% das ações

\* LARNER, Robert J., *Ownership and Control in 200 Largest Nonfinancial Corporations, 1929 e 1963*, em *American Economic Review*, setembro de 1966, pp. 777-787.

de uma empresa, é possível a um grupo capitalista controlá-la. Em um caso, na pesquisa acima citada, isto foi verificado, e a empresa foi considerada como sendo controlada pela minoria e não por administradores profissionais. Entretanto, mesmo que admitamos que a pesquisa superestime um pouco o número de empresas controladas por administradores profissionais, ela certamente subestima a mudança havida, ao ter baixado a linha divisória de 20% para 10%. E, apesar disto, a mudança foi radical. O aumento do número de empresas controladas por administradores profissionais foi tão expressivo, que se transforma em um poderoso argumento a favor da tese de que a revolução dos gerentes, ou a emergência da tecnoburocracia está ocorrendo em ritmo acelerado.

Apesar destes dados, porém, os cientistas sociais de esquerda continuam a adotar uma firme posição contra a idéia da tecnocracia. Paul Sweezy, como um de seus grandes líderes, deu a tônica básica da crítica. Os gerentes, os administradores profissionais, os técnicos detêm uma certa soma de poder. Mas são meros auxiliares, meros assessores dos capitalistas. Servem o capital antes de qualquer outra coisa. E disto tiram benefícios pessoais. Não têm, porém, poder real, nem representam o processo de liquidação do sistema capitalista. Afirma Paul Sweezy:

«Os gerentes são os assalariados mais bem pagos sob o capitalismo. Seu descortino e objetivos estão inteiramente ligados aos de seus superiores e sua maior ambição é a de se tornarem genuínos funcionários do capital, seja como donos ou como administradores. Em suma, acham-se inteiramente despreparados, por treino e posição social, para adotar uma posição histórica independente.»<sup>47</sup>

<sup>47</sup> SWEETZ, Paul M., *A Ilusão da Revolução dos Gerentes*, op. cit., p. 63. Sobre o assunto ver também o trabalho clássico de C. Wright Mills, *Marx para Gerentes*, em *Poder e Política*, Zahar Editores, 1965, Rio de Janeiro. Esse artigo foi publicado em 1942, mais ou menos na mesma época em que Sweezy escreveu seu trabalho, ambos criticando o livro de James Burnham, *The Managerial Revolution*, já citado.

No mesmo sentido, afirma Robert Fossaert:

«Esta tecnocracia não existe de fato: não se trata de uma classe dominante a um passo de desalojar a burguesia. Existem certamente os tecnocratas, enquanto técnicos aptos a dirigirem o aparelho do Estado ou a economia. Estes, entretanto, não podem aparecer enquanto permanecer incontestado o domínio da burguesia: ela os assimila, integrando-os em seus negócios, em seus interesses, em suas famílias.»<sup>48</sup>

A mesma tese foi defendida por Carlos Estevam Martins, que publicou recentemente artigo cujo título já é altamente indicativo de seu conteúdo: «Tecnocracia ou Tecnoassessoria».<sup>49</sup> Nesse artigo, depois de restringir o conceito de técnico de maneira bastante radical, excluindo administradores e militares, o autor faz uma análise ampla e rigorosa do problema, procurando demonstrar que: a) os tecnocratas simplesmente assessoram o poder capitalista, burocrático ou militar existente; b) os tecnocratas não são escolhidos de acordo com critérios de competência, mas de acordo com o grau de «parentesco ideológico»; c) as decisões freqüentemente não são tomadas de acordo com bases técnicas; d) a tecnocracia não constitui um agrupamento social específico. E conclui:

«Por falta de *tecnocratas*, até onde se sabe, nenhum governo morreu ou morrerá à míngua. Sejam quais forem os objetivos perseguidos pela elite governamental, sejam quais forem os meios que ela julgue conveniente empregar para a consecução do que tem em mira, sempre existe, na quantidade e na qualidade desejada, uma oferta satisfatória de especialistas ansiosos por construir por suas próprias mãos a fachada tecnocrática que a elite governamental deseja exhibir aos olhos do grande público.»<sup>50</sup>

Posição semelhante é tomada pelos marxistas, quando analisam o problema da tecnocracia e da revolução dos gerentes. Jean Meynaud resume a posição dos marxistas:

<sup>48</sup> FOSSAERT, Robert, *Um Novo Capitalismo?*, tradução de "L'Avenir du Capitalisme", cap. VII, 1961, em *Perspectivas do Capitalismo Moderno*, organizado por Lutz Pereira, Rio de Janeiro, Zahar, 1971, p. 48.

<sup>49</sup> MARTINS, Carlos Estevam, *Tecnocracia ou Tecnoassessoria*, em *Revista de Administração de Empresas*, vol. 10, n. 3 (1970).

<sup>50</sup> *Idem*, p. 66 (grifo do autor).

«Segundo eles, a colocação em evidência dessa categoria tem por objetivo estabelecer uma cortina de fumaça ao abrigo da qual os dirigentes capitalistas manipulam em proveito próprio a vida nacional. Em resumo, a proclamação da «era dos organizadores» tem por objetivo dissimular a fase monopolística do capitalismo.»<sup>51</sup>

E o próprio Jean Meynaud, que não é marxista, mas prefere adotar uma atitude prudente em relação ao problema, recusa-se a aceitar a tese de que os tecnocratas estão assumindo o poder nas sociedades capitalistas. Seu poder e influência têm crescido muito. Sua ascensão tem provocado profundas mudanças dentro do sistema capitalista, mas este continua vigente. Nos termos de Meynaud:

«Sem dúvida, o capitalismo moderno sofreu numerosas modificações em relação às práticas antigas: entretanto, se os métodos de recrutamento do círculo dirigente sofreram transformações notáveis, nem a unidade nem a homogeneidade desse grupo me parecem seriamente comprometidas — as diferenças de comportamento observadas, sem ser negligenciáveis, são em média de ordem simplesmente tática.»<sup>52</sup>

Esta discussão sobre a realidade ou não da revolução tecnoburocrática ainda não terminou e provavelmente ainda serão necessárias algumas décadas para que termine. A velha esquerda tem bons motivos para recusar a tese.

Em primeiro lugar, uma revolução tecnoburocrática, a tomada paulatina mas firme do poder por um grupo de técnicos — especialistas, administradores e militares burocratizados — provenientes da classe média, contraria profundamente a análise política (não o método) de Marx, tão claramente expressa no «O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte». Analisando a tentativa de aliança, contra a grande burguesia, de pequenos burgueses e ope-

<sup>51</sup> MEYNAUD, Jean, *La Technocratie, Mythe ou Réalité?*, Paris, Payot, 1964, p. 161.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 170.

rários, através do Partido Social Democrático, em 1848, Marx mostra que a classe média tende a ser idealista e alienada em sua ação política, na medida em que seus interesses subordinam-se aos da grande burguesia. Mostra ainda como a classe capitalista e seu representante, Luís Bonaparte, se apóiam na classe média. Nas palavras de Marx:

«Com a autoridade executiva que se tornou um poder independente, Bonaparte considera sua missão «salvaguardar a ordem burguesa». Mas a força dessa ordem burguesa está na classe média.»<sup>53</sup>

Em segundo lugar, esta é em geral uma tese conservadora. E' efetivamente uma forma pela qual os ideólogos do *status quo* pretendem que o sistema econômico e social capitalista está pacificamente evoluindo, em um sentido de maior racionalidade, maior eficiência, maior justiça social. Muitas vezes é realmente um mero disfarce do sistema capitalista ainda vigente em muitas áreas.

Em terceiro lugar, a velha esquerda repudia a tese tecnoburocrática porque, efetivamente, ela tem sido muitas vezes exagerada. Berle e Means de um lado e Burnham de outro incorreram neste erro. Burnham, como o lançador pioneiro da hipótese da revolução tecnoburocrática, levou-a até às suas últimas conseqüências. Entusiasmou-se pela idéia do ponto de vista intelectual, embora não tivesse nenhum entusiasmo pela mesma do ponto de vista moral. Berle e Means e todos os ideólogos da sociedade capitalista ocidental (Peter Drucker em *The New Society*<sup>54</sup>, Fourastié e Laleuf em *Revolução no Ocidente*<sup>55</sup>, Andrew Hacker em *The Corporation Take Over*<sup>56</sup>, entre muitos outros) também se tornaram defensores decididos da tese da revolução tecnoburocrática, na medida em que a identificam o capitalismo monopolista do século

<sup>53</sup> MARX, Karl, *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*, São Paulo, Editora Escrita, 1968, pp. 51-57 e 141.

<sup>54</sup> DRUCKER, Peter F., *The New Society, An Anatomy of Industrial Order*, Nova York, Harper & Brothers, 1950.

<sup>55</sup> FOURASTIÉ, Jean e LALEUF, André, *Revolução no Ocidente*, tradução de *Revolução à l'Ouest*, Lisboa, Livraria Clássica, 1961.

<sup>56</sup> HACKER, Andrew, *The Corporation Take-Over*, Nova York, Doubleday, 1965.

XX. Na verdade, praticamente todos os intelectuais norte-americanos, exceto os marxistas, passaram a adotar a tese da revolução tecnoburocrática. Uns mais decididamente, outros menos. Muitas vezes usando outros nomes, como «sociedade industrial», «sociedade de consumo em massa», e mesmo a expressão genérica de «mundo moderno». Na verdade, porém, sob a liderança principalmente de Adolf Berle, que depois de seu clássico livro com Gardner Means, já citado, publicou uma série de trabalhos políticos que definem a ideologia oficial norte-americana (em especial, *Power Without Property* e *The American Economic Republic*<sup>87</sup>), os intelectuais norte-americanos conservadores ou liberais têm adotado a tese da revolução tecnoburocrática em uma atitude tipicamente ideológica, que, naturalmente, revolta os marxistas. A revolução dos gerentes é vista como um bem, como um aperfeiçoamento. Por outro lado, a velha ideologia capitalista liberal em plena decadência, não tem meios, por si só, de justificar o sistema vigente. A ideologia tecnoburocrática torna-se assim um meio de justificar o *status quo*. A extensão já alcançada pela revolução tecnoburocrática é então tanto exagerada quanto exaltada. A análise científica dá lugar à análise ideológica.

E' certo que já começam a surgir intelectuais que defendem a tese de revolução tecnoburocrática, mas não demonstram entusiasmo por ela. Pelo contrário, a criticam. Como já vimos, Burnham encontra-se nessa categoria desde os anos quarenta. Mais recentemente esta posição vem sendo generalizadamente adotada pela nova esquerda. Galbraith, por exemplo, em *O Novo Estado Industrial*, já revela uma posição amargamente crítica em relação à tecnoestrutura. Theodore Roszak, um dos porta-vozes da contracultura e do novo pensamento radical norte-americano, é ainda mais decidido em sua crítica. Em *The Making of a Counter Culture*<sup>88</sup>, a tecnocracia é vista como a marca distinta de nosso tempo e como o inimigo número um a ser combatido pelos jovens, pela

<sup>87</sup> BERLE, Adolf A., *Power Without Property*, Nova York, Harcourt, 1959, e *The American Economic Republic*, Nova York, Harcourt, 1963.

<sup>88</sup> ROSZAK, Theodore, *A Contracultura*. Petrópolis, Editora Vozes, 1972.

nova esquerda, pelo movimento *underground*, pela contracultura. A tecnocracia está em toda parte, domina toda a nossa vida e todas as nossas consciências. Nas suas palavras,

«a tecnocracia não é produto exclusivo do velho diabo capitalista. Antes é o produto de um industrialismo maduro em processo de acelerada transformação. A procura do lucro poderia ser eliminada; a tecnocracia continuaria no poder. O problema chave que nós temos que resolver é o paternalismo dos técnicos dentro de um sistema sócio-econômico inextricavelmente preso à técnica». \*\*

Esta posição, porém, que ao mesmo tempo admite a ocorrência de uma revolução tecnoburocrática e a crítica considerando-a um mal ou um perigo, é em geral incompreensível para o intelectual da esquerda tradicional e para o marxista ortodoxo. Estes dois personagens, que normalmente se confundem, são em grande parte também vítimas da ideologia tecnoburocrática, que tanto criticam. O marxismo e o socialismo do século XIX são ambos frutos do racionalismo, cuja expressão mais pura e perfeita, no século XX, é o tecnoburocratismo. O representante da esquerda tradicional é antes de mais nada um defensor do racionalismo econômico que domina o mundo desde a Renascença. Nesses termos, ele se sente profundamente atraído pelo ideal tecnoburocrático de uma sociedade racional e eficiente, dirigida de acordo com os padrões estabelecidos pela capacidade técnica. Nesses termos, admitir a revolução tecnoburocrática é admitir que algo de bom está acontecendo para o sistema capitalista de forma espontânea e pacífica. E' renunciar à revolução socialista. Em última análise, é para ele sinônimo de adesão ao sistema capitalista. Logo, já que intelectual da esquerda tradicional é incapaz de criticar a tecnocracia, a qual se enquadra perfeitamente em seu ideal racionalista, seu único recurso é negar sua existência. Ele nega terminantemente a existência de um poder tecnocrático, reduz o mais possível o significado da revolução tecnoburocrática, na medida em que é incapaz de criticá-la,

\*\* *Idem.*

na medida em que aceitar sua existência significa a ela aderir.

Entretanto, tudo indica que a discussão em torno da existência ou não da revolução tecnoburocrática nos países capitalistas avançados tenderá cada vez mais perder o sentido na medida em que essa revolução avançar. Não há dúvida que ela está longe de estar terminada. Já vimos que, paradoxalmente, é nos países capitalistas avançados que ela se encontra mais atrasada. Já vimos também que os seus ideólogos tendem a exagerar-lhe a profundidade já alcançada. É indiscutível, porém, que em todos os setores da vida econômica, social e política o poder tecnoburocrático avança em passos rápidos.

O capitalismo continua vigente. A classe capitalista continua no poder. Mas não é mais a única a dele participar, e provavelmente não é mais a mais importante. Nos termos de Wright Mills, a elite do poder diversificou-se. Aos velhos capitalistas juntaram-se os administradores profissionais de empresas, os militares, os políticos e os funcionários burocráticos. No seio da própria classe capitalista o que ocorreu, segundo Mills, foi a participação dos administradores que, juntamente com os grandes proprietários, transformaram-se nos «ricos associados»:

«O que ocorreu, segundo penso, foi a reorganização das classes proprietárias, juntamente com os funcionários de altos salários, formando um novo mundo associado de privilégios e prerrogativas... Os ricos associados, portanto, compreendem os membros dos 400 metropolitanos, dos ricos nacionais que possuem enormes fortunas americanas, bem como os altos dirigentes das grandes empresas. A classe dos donos, numa época em que a propriedade se divide em vários, transformou-se na classe dos ricos associados, e associando-se consolidou seu poder e atraiu para sua defesa novos homens, de substância mais executiva e mais política.»<sup>60</sup>

<sup>60</sup> MILLS, C. Wright, *A Elite do Poder*, tradução de *The Power Elite*, Rio de Janeiro, Zahar, 1962, pp. 182-183.

Mills, portanto, embora ainda incluindo-se entre os que negam a revolução tecnoburocrática, já admitia em 1956 que o capitalismo estava sofrendo profundas transformações. Aos proprietários juntavam-se os administradores, no controle do sistema econômico e de seus privilégios. No plano mais amplo da política, porém, Mills, depois de recusar a simplificação marxista de que o poder está exclusivamente nas mãos dos homens de empresa, e a simplificação liberal, de que esse mesmo poder está nas mãos dos políticos<sup>61</sup>, cria a expressão «elite de poder». E a define:

«Seus membros estão espalhados por todo o país, é uma coalizão de generais no papel de diretores de empresas, de políticos fantasiados de generais, de dirigentes econômicos agindo como políticos, de servidores públicos que se tornam majores, de vice-almirantes que são também assistentes de um funcionário de gabinete, que é, por sinal, um autêntico membro da elite dominante. Nem a idéia de uma classe dominante, nem de uma simples ascensão monolítica de políticos burocratas, nem de uma «igrejinha militar» é adequada. A elite do poder compreende a coincidência, por vezes difícil, do poder econômico, militar e político.»<sup>62</sup>

Mills, portanto, embora negando-a, encontra-se próximo da tese da revolução tecnoburocrática. Se houvesse percebido que o fator novo que une administradores privados, administradores públicos e militares é o conhecimento técnico e organizacional, teria detectado a revolução tecnoburocrática. Teria percebido que nos países ocidentais industrializados o sistema é ainda capitalista, mas esse capitalismo desfigura-se rapidamente, tendendo a transformar-se em uma tecnoburocracia. Os administradores entram em um processo de cooptação com os proprietários, com eles se identificam, a eles servem, mas acabam começando a defender seus próprios interesses, que não são exatamente iguais aos dos capitalistas. Por

<sup>61</sup> *Idem*, p. 332.

<sup>62</sup> *Idem*, pp. 332-333.

outro lado o poder dos militares, dos economistas e dos administradores públicos cresce rapidamente, à medida em que o Estado aumenta enormemente de importância e amplia suas funções (o que é essencial para o poder tecnoburocrático afirmar-se), à medida em que o planejamento econômico, ainda que às vezes disfarçado, se generaliza, à medida que a política econômica torna-se de crucial importância para a sobrevivência dos governos, à medida em que os exércitos não só se burocratizam, mas também crescem espantosamente de tamanho, dentro da economia de guerra, que define o sistema misto tecnoburocrático-capitalista da segunda metade do século XX.

A revolução tecnoburocrática é portanto uma realidade — uma realidade pouco animadora, pouco otimista, mas uma realidade. Ela não se completou ainda. O velho capitalismo ainda resiste e os novos tecnoburocratas não têm pressa nem interesse em exterminá-lo. Como fez a burguesia com o feudalismo durante séculos, preferem conservadoramente com ele conviver e dele tirar benefícios, nos locais em que ele é forte. Mesmo nos países subdesenvolvidos, em que o capitalismo é muito mais frágil, os tecnoburocratas tendem a preservá-lo. Só os comunistas, por motivos óbvios, não o fizeram. O capitalismo, porém, não é o inimigo da tecnoburocracia. É simplesmente seu antecessor, sua matriz. A tecnoburocracia é fruto do capitalismo. Sabe que acabará por exterminá-lo e por estabelecer seu próprio sistema de poder e privilégio. Mas, reformista, muito mais que revolucionária, prefere ir devagar.

## VI

### *Técnicos e Tecnoburocracia*

JÁ ESTAMOS AGORA EM CONDIÇÕES DE CHEGAR A ALGUMAS definições a respeito de técnicos e de tecnoburocracia. Uma lógica de tipo cartesiano provavelmente recomendaria que as definições fossem colocadas no início do livro. Deliberadamente, porém, deixamos as definições para o final. Adotamos sistematicamente um método histórico, analisamos os problemas dentro da dinâmica da história, de forma que as definições, os conceitos básicos, fossem surgindo naturalmente. Dessa forma os conceitos ganham vida e significado, ao invés de se restringirem a definições abstratas, que pouco ou nenhum sentido fazem quando desligadas de um contexto econômico, político e social historicamente situado.

Já deve estar claro neste momento que nosso conceito de técnico é amplo. São técnicos os indivíduos que procuram racionalizar os métodos de produção. São técnicos aqueles que possuem um conhecimento sistematizado e aprofundado a respeito de uma técnica qualquer e utilizam esse conhecimento de forma profissional. Esse conhecimento pode ter sido obtido exclusivamente através da experiência, mas em regra terá por base um processo de treinamento formal qualquer de nível universitário ou para-universitário. O conhecimento técnico deve, portanto,

ter um nível de sofisticação razoavelmente elevado. Caso contrário não teremos como distinguir o técnico de um operário.

A técnica distingue-se da ciência na medida em que esta está preocupada com o desenvolvimento do conhecimento geral, independentemente dos custos envolvidos, enquanto que a técnica preocupa-se com o modo mais eficiente de se realizar uma determinada tarefa. A técnica é por definição operacional, prática, visa resultados máximos com um mínimo de esforço. A ciência tem como principal objetivo a verdade; para a técnica o critério básico é o da eficiência. Para satisfazer esse critério a técnica certamente irá buscar subsídios na ciência, além de desenvolver sistemas de conhecimentos específicos à própria técnica.

Da mesma forma que a técnica se distingue da ciência, o técnico se distingue de um cientista, aquele preocupado com a eficiência, este com a verdade. Constitui, portanto, um erro identificar os cientistas com os técnicos. Um cientista pode também ser um técnico. Mas esta será a exceção. Por isso, não tem o menor sentido pretender refutar a tese da revolução tecnoburocrática com a demonstração de que os cientistas ainda estão muito longe do poder político. De fato, estão. Mas não são eles os técnicos por excelência.

Há muito mais técnicos do que cientistas. Entre os técnicos não só se incluem os que são capazes de manipular máquinas e matérias-primas de forma mais eficiente (os engenheiros), mas também os que dirigem outros homens. Os administradores profissionais, os economistas e os militares profissionais incluem-se nessa categoria. Há uma tendência de alguns analistas de não considerar tais profissões técnicas. Mas um administrador profissional, por exemplo, é muito mais tipicamente um técnico do que um cientista, na medida em que sua preocupação fundamental é a eficiência.

A legitimidade de um técnico lhe é conferida em face ao seu suposto conhecimento técnico. Ora, principalmente entre os administradores civis ou militares, há muitos casos de incompetência, de conhecimento e capacidade administrativa insuficientes. Isto significa que eles deixam de ser técnicos? De forma alguma. Eles continuam técnicos na medida em que têm como objetivo a eficiência e como legitimação de seu cargo sua pretendida competência. Dentro da mesma linha de raciocínio, não importa que sua carreira não tenha sido feita exclusivamente em função de sua competência técnica. Outros critérios são adotados, os quais, desde que não se tornem, como regra, dominantes, não roubam ao administrador ou ao militar seu caráter de técnico. Entre os demais critérios, o da antiguidade, típico das burocracias, principalmente das mal administradas, a confiança pessoal, o conformismo, a lealdade, a habilidade em viver e sobreviver dentro de uma organização são os mais típicos.

Sem dúvida, sabemos que existe uma tendência por parte de muitos autores de distinguir os técnicos dos burocratas dentro das organizações modernas. Técnicos seriam os engenheiros, os pesquisadores, os «engenheiros sociais», sempre especialistas, enquanto que os burocratas seriam os administradores. Melhor ainda, técnicos seriam os eficientes, enquanto que burocratas os ineficientes... Esta posição é expressa, embora não adotada, por Jean Meynaud:

«Diversos especialistas e práticos desejam que se distinga o tecnocrata, que se caracterizaria por uma preocupação pela administração técnica ótima e por uma visão desinteressada do bem público, do burocrata, que teria por único critério a defesa de seus interesses de carreira e se caracterizaria por hábitos desmoralizantes quanto ao nível de eficiência (fuga às responsabilidades, recusa à inovação, papelada...).»<sup>92</sup>

<sup>92</sup> MEYNAUD, Jean, *op. cit.*, p. 57.

Esta posição adota uma concepção vulgar de burocracia, que nada tem a ver com o modelo clássico de Max Weber, ao identificar burocracia com suas disfunções. Burocracia é simplesmente um sistema social racional, um sistema social impessoal, hierárquico, dirigido por administradores profissionais, segundo critérios de eficiência. Suas disfunções, seus desvios são a papelada, a recusa à inovação, o apego aos regulamentos.

Além disto, esta posição revela claramente uma posição ideológica tecnocrática. O tecnocrata é colocado em oposição ao burocrata, para que suas qualidades positivas sejam realçadas. Para nós, porém, esta distinção é inaceitável: tecnocratas e burocratas são identificados. O máximo que poderíamos admitir é a existência de uma certa distinção entre especialistas, que seriam os técnicos estritamente, e generalistas, que seriam os administradores ou burocratas. Esta distinção, porém, parece-nos dispensável no nível de abstração em que estamos trabalhando. E' inadmissível, porém, admitir uma classificação valorativa, identificando os especialistas e administradores eficientes como técnicos, e os ineficientes como burocratas.

Colocado o problema nesses termos, está claro que o conceito de técnico não tem sentido valorativo. Não há nenhuma conotação positiva ou negativa na figura do técnico. As conotações positivas ficam por conta da ideologia tecnoburocrática, que examinaremos mais adiante. Na medida, porém, em que esta ideologia está profundamente difundida, será provavelmente difícil para muitos compreender esta posição. O técnico tem uma imagem eminentemente positiva no mundo moderno. Muitas vezes ele é confundido com o cientista. Sempre ele é identificado com a razão, a lógica, a neutralidade ideológica e a eficiência. Dentro dessa perspectiva, colocá-lo no mesmo plano de um administrador, ou, o que é pior, de um burocrata (não obstante ambos os termos sejam praticamente sinônimos, com a única diferença que administradores são os burocratas que ocupam posições superiores) parecerá provavelmente chocante.

Da mesma forma, incluir entre os técnicos os incompetentes, os carreiristas, poderá parecer estranho. E realmente será estranho para todos os que estiverem influenciados pela ideologia tecnoburocrática — ou seja, para a grande maioria. Na realidade, porém, na medida em que estamos tentando realizar uma análise científica e não ideológica de um tipo sociológico determinado — o técnico — e não de um ser idealizado em nossas fantasias e aspirações, não haverá nada de estranho em admitir a existência de técnicos incompetentes e carreiristas. O que define o técnico é o papel que lhe é atribuído em um sistema social qualquer e, mais especificamente, em uma organização burocrática. Se esse papel é técnico, se dele se espera competência profissional, eficiência, racionalidade, aquele que o estiver desempenhando será um técnico, não obstante todas as suas limitações pessoais.

Finalmente, devemos situar o técnico socialmente. Em regra ele pertence à classe média. O acesso à categoria de técnico por parte da classe baixa é ainda muito reduzido na maioria dos países capitalistas. Uma tecnoburocracia, portanto, dentro de um país que ainda conserva muitas de suas feições capitalistas, inclusive os próprios capitalistas, é um governo de classe média. Em um país comunista, em que o capitalismo foi eliminado, não tem muito sentido falar-se em classe média. Nesse caso os tecnoburocratas, dentro de um conceito bastante amplo de classe social, que se confunde com o de estrato social, constituiriam a classe alta.

A origem social na classe média dos administradores profissionais tem sido objeto de um grande número de pesquisas. Nós mesmos participamos de uma pesquisa no Brasil, em que pôde ser verificado que cerca de 72,5% dos diretores das empresas do Grande São Paulo tinham origem na classe média superior (22,5%), média (30%)

ou inferior (20%). Entre os demais, 20% tiveram origem na classe alta e apenas 7,5% na classe baixa.”

Não se deve, portanto, imaginar que o advento de sociedades tecnoburocráticas implique em uma mobilidade social muito maior, muito menos em igualdade de oportunidade. Sem dúvida há um aumento significativo de mobilidade, quando comparado com um sistema capitalista puro, mas esse aumento não chega a influenciar de forma ponderável as oportunidades de acesso da classe baixa.

Os critérios de acesso, embora técnicos, continuam influenciados por condicionantes familiares e sociais. Especialmente estas últimas continuam importantes. O técnico deve ser capaz de assimilar os padrões de comportamento da classe alta, caso queira subir. Quem já pertencer a essa classe alta ou à classe média superior, terá, portanto, muito mais facilidade de acesso do que um indivíduo originário da classe baixa. Pesquisas recentes realizadas nos países comunistas, por exemplo, revelam claramente este fato. À medida que a tecnocracia consolida seu poder nesses países, a mobilidade social reduz-se.

Este fato é reforçado pela circunstância de que os tecnoburocratas que se encontram na cúpula têm contactos mais freqüentes com os membros de sua própria classe social, resultando daí maiores oportunidades para os seus próprios filhos. Finalmente, é importante lembrar que o acesso às posições tecnoburocráticas depende essencialmente do nível de educação formal recebido. Ora, os filhos da classe alta e da classe média têm ainda muito mais oportunidades educacionais, apesar de todos os progressos que têm sido realizados nesse setor, tanto nos países capitalistas como nos comunistas.

“ PEREIRA, Lutz Carlos Bresser, *Mobilidade e Carreira dos Dirigentes das Empresas Paulistas*, tese de doutoramento para a Universidade de São Paulo, mimeografada. Nesse trabalho realizei um levantamento das demais pesquisas sobre o assunto.

O conceito de tecnoburocracia decorre do de técnico. Tecnoburocracia é o governo dos técnicos. É o sistema político em que o poder está nas mãos dos técnicos, sejam eles economistas, engenheiros, administradores públicos e privados ou militares profissionais. Colocada nesses termos, tecnoburocracia seria um tipo de oligarquia: a oligarquia dos técnicos. Opõe-se, portanto, a outros sistemas políticos, particularmente à democracia.

Realmente, a tecnoburocracia é por natureza antidemocrática. O técnico assume o poder não em função da vontade do povo, expressa através do voto, mas em nome de sua competência técnica e organizacional. Suas decisões, uma vez no governo, não são tomadas em função da consulta ao povo, mas em função de sua pretendida racionalidade. Os critérios de racionalidade são, naturalmente, definidos pela própria tecnoburocracia, na medida em que apenas os técnicos se consideram com capacidade para isso. A população em geral é considerada, por definição, incapaz de tomar decisões de natureza técnica. Ora, em um mundo em que tudo foi reduzido à técnica, o governo dos povos é também um problema técnico, é um problema a ser decidido por economistas, administradores profissionais e militares tecnicamente capazes.

O político, a rigor, não tem função. Pode ser mantido, seja por tradição, seja por conveniência, seja porque os ideais democráticos ainda fazem algum sentido. Mas, sempre que possível, ele irá sendo desmoralizado, acusado de incompetente, de demagogo, de desonesto. E seu poder será sistematicamente reduzido, à medida em que emerge a tecnoburocracia.

Mas não são apenas os políticos que vão perdendo a função à medida que emerge a tecnoburocracia. Todas as instituições políticas próprias de uma democracia vão perdendo sentido. Se as decisões são técnicas não há mais razão para partidos políticos. A opção por um partido único é uma consequência lógica. Da mesma forma, a função da imprensa deixa de ser informar e discutir

problemas para se transformar em meros instrumentos da administração tecnoburocrática que domina o Estado. Esta administração necessita comunicar e explicar suas decisões técnicas ou pretendidamente técnicas (é indiferente) à população. À imprensa cabe essa função. Não tem sentido, portanto, liberdade de imprensa, a qual, da mesma forma que a multiplicação dos partidos políticos e das alternativas ideológicas, só poderia servir de obstáculo à racionalidade das decisões técnicas.

Dentro do sistema tecnoburocrático uma regra básica para a administração dos negócios públicos é o segredo. Apenas os tecnoburocratas devem ter acesso às informações necessárias às decisões políticas. A discussão aberta dos problemas, além de ineficiente, põe em risco a segurança. Nos países totalitários comunistas essa regra é absoluta. Entretanto, em países de sólidas tradições democráticas, como os Estados Unidos, por exemplo, a tendência ao segredo e à exclusão do povo nas decisões mais importantes também é manifesta, como o caso da publicação de documentos secretos da guerra do Vietnã, em 1971, pelo *The New York Times*, deixou claro. Nos países ocidentais industrializados, porém, uma indicação de que a tecnoburocracia ainda não se tornou, definitivamente, o sistema dominante, é o fato de que nem o segredo total, nem o partido único, nem a censura à imprensa foram instaurados.

Tecnoburocracia é para nós sinônimo de tecnocracia. Preferimos a primeira palavra em primeiro lugar porque expressa melhor o sistema que pretendemos definir, incluindo expressamente entre os técnicos os administradores burocráticos civis ou militares. Além disso, a expressão tecnoburocracia não possui as conotações ideológicas positivas que vem ganhando o termo tecnocracia em um mundo dominado cada vez mais pela ideologia racionalista tecnoburocrática. No mundo atual, «técnico» e «bom»

vão se tornando quase sinônimos. Defender a tese da emergência da tecnocracia no mundo moderno, como um fenômeno histórico a ser cientificamente analisado, significa para quase todos a mesma coisa que adotar uma posição favorável a que essa emergência da tecnocracia definitivamente se concretize. Na medida em que a grande maioria da humanidade, na sociedade industrial moderna, vai sendo dominada pela ideologia tecnoburocrática, confunde-se a defesa de uma hipótese científica sobre a emergência da tecnocracia com a sua defesa política. Burnham, por exemplo, foi vítima dessa confusão. Por haver definido e defendido a hipótese da revolução dos gerentes, conclui-se que era politicamente um defensor do novo sistema.

Preferimos, portanto, uma expressão, além de mais completa, ideologicamente menos perigosa, como tecnoburocracia. Não é, naturalmente, a expressão idealmente neutra que seria desejável. Tecnoburocracia tem uma conotação negativa, na medida em que a expressão burocracia é vulgarmente confundida com ineficiência e papelada. Entretanto, se entendermos por burocracia o tipo puro ou ideal de sistema social e de dominação política classicamente definidos por Max Weber, não haverá razão para quaisquer confusões a respeito. Tecnoburocracia será, claramente, um sistema político em que o poder estará situado nas mãos de técnicos burocráticos. E' um sistema político administrado segundo critérios de racionalidade ou eficiência. E' um sistema político no qual o poder é legítimo na medida em que suas origens sejam ou pretendam ser técnicas. Nas palavras de Jacques Billy, que tenta nos fornecer uma definição de tecnocracia ou tecnoburocracia:

«Pode ser qualificado de tecnocracia o exercício, no domínio da economia, da indústria e do comércio, no nível do Estado ou da grande empresa, do poder de organização e de decisão o mais geral por parte de um pequeno grupo de homens de formação técnica, que aceitam a disciplina hierárquica e geralmente se situam sob a autoridade de um chefe.»<sup>66</sup>

<sup>66</sup> BILLY, Jacques, *Les Techniciens et le Pouvoir*, Paris, Presses Universitaires de France, 1963, p. 14.

Colocado o problema nesses termos, tecnoburocracia não é simplesmente um sistema político, é também, e essencialmente, um sistema econômico. Caso contrário não poderíamos ter afirmado que, depois da etapa do capitalismo, está surgindo a tecnoburocracia, e não o socialismo.

Nossa hipótese é a de que a tecnoburocracia é ou tende a ser um sistema econômico tanto quanto o capitalismo o é, o feudalismo o foi, e o socialismo o seria. Enquanto sistema econômico talvez fosse melhor denominá-lo tecnoburocratismo ou então tecnoestrutura, como o fez Galbraith. Tecnoburocratismo é um bom nome, e poderemos usá-lo eventualmente, mas, em geral, ficaremos com tecnoburocracia também para expressar o sistema econômico.

Para entendermos esta afirmação de que a tecnoburocracia é, em termos tipo ideal, não apenas um sistema político, mas também um sistema econômico, devemos recordar em duas palavras os conceitos de capitalismo e de socialismo. Capitalismo não é simplesmente um sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção, da mesma forma que socialismo não é, simplesmente, o sistema econômico em que os bens de produção estão nas mãos do Estado ou são coletivos. Capitalismo é, além disso, um sistema econômico baseado em pequenas e médias empresas, podendo haver apenas em um ou outro setor em grandes empresas. E' um sistema econômico controlado essencialmente pela concorrência, pelo sistema de preços determinado no mercado. E' um sistema econômico em que o Estado é relativamente fraco economicamente e pouco intervém na economia. E' finalmente um sistema econômico em que o poder político está principalmente nas mãos da classe capitalista, já que não é possível distinguir, a não ser para fins de análise, o sistema econômico do político, dada sua total independência.

Em contrapartida, o socialismo é muito mais do que o simples controle pelo Estado ou mesmo por cooperati-

vas dos meios de produção. E' muito mais do que um sistema econômico planejado. Na verdade, é perfeitamente viável se visualizar um sistema econômico socialista baseado em cooperativas ou empresas coletivas, em que o controle da economia repouse tanto ou mais no sistema de preços do que em um sistema de planejamento. O socialismo é muito mais do que isto. O socialismo não é necessariamente uma utopia, mas é certamente um ideal a ser atingido. Se não fizermos distinção entre socialismo e comunismo, a qual, aliás, é dispensável no nível de generalização em que estamos discutindo o problema, socialismo é a sociedade sem classes. E' a sociedade em que a igualdade de oportunidade e a liberdade foram definitivamente instaladas. Poderá haver uma fase de transição. Para os marxistas haverá uma ditadura do proletariado, durante um certo tempo. Inicialmente se distribuirão os bens de acordo com a capacidade de cada um, depois de acordo com sua necessidade. Socialismo é sinônimo de um sistema econômico baseado na justiça social e no oferecimento de oportunidade de realização pessoal para todos. Socialismo é incompatível com ditadura, totalitarismo, privilégios, domínio de uma classe de tecnoburocratas. Até hoje, insistimos, socialismo é um ideal, não uma realidade historicamente observável.

Tecnoburocracia é a realidade econômica para a qual tende o capitalismo e na qual se desvirtuaram as tentativas de socialismo. Tecnoburocracia, do ponto de vista econômico, é o sistema do grande Estado burocrático e das grandes empresas burocráticas. As grandes empresas poderão ser públicas ou privadas. Isto não faz muita diferença. Serão sempre monopolistas ou oligopolistas. O capitalismo monopolista é a fase de transição entre o capitalismo e a tecnoburocracia. A tecnoburocracia é o sistema econômico baseado no planejamento e na administração racional. O planejamento será realizado não só ao nível do grande Estado, mas também ao nível das grandes empresas, e geralmente, também, ao nível dos grandes exércitos burocráticos. Ao sistema de preços poderá ser reservado um papel, mas será cada vez mais secundário.

O objetivo principal a ser alcançado não será mais o lucro máximo, como na sociedade capitalista, mas a produção máxima. Para o Estado e para a sociedade em geral, produção máxima significa desenvolvimento econômico, significa consumo, significa eficiência. Desenvolvimento econômico, consumo cada vez maior, eficiência são três palavras chaves do sistema tecnoburocrático. Para a empresa, produção máxima significa crescimento, ou seja, aumento da quantidade de bens e serviços produzida e vendida, aumento da quantidade de capital e de trabalho sob o controle da empresa, aumento do poder e do prestígio de seus administradores. Nas sociedades ainda capitalistas, como a norte-americana, o lucro vai se tornando secundário. É um mero meio para se atingir o crescimento. É sempre considerado a longo prazo. É estritamente planejado. Não permite à empresa aproveitar-se especulativamente de condições favoráveis do mercado para maximizar o lucro, como pressupõe o sistema capitalista puro. E nos momentos excepcionais em que o lucro e o crescimento entram em conflito, o primeiro é sempre sacrificado em favor do segundo. Nas sociedades em que a propriedade privada foi abolida, o lucro é definitivamente secundário. Teve uma certa reabilitação recentemente, mas se constitui em uma entre outras medidas de eficiência. A produção máxima é claramente o grande objetivo a ser atingido.

Não nos entenderemos sobre as características e o funcionamento da economia tecnoburocrática. Não só porque foge à área de interesse desse estudo, que é eminentemente política, mas também porque as características econômicas da tecnoburocracia ainda estão pouco definidas e estudadas. Galbraith, em *O Novo Estado Industrial*, e Robin Marris, em *The Economic Theory of Managerial Capitalism*<sup>\*\*</sup>, estão entre os que melhor estudaram o problema, na fase de transição do capitalismo monopolista para a tecnoburocracia. A teoria econômica ortodoxa, de bases neoclássicas e keynesianas, continua a ignorar

<sup>\*\*</sup> Cf. MARRIS, Robin, *The Economic Theory of Managerial Capitalism*, Nova York, The Free Press of Glencoe, 1969.

o problema e a montar seus modelos abstratos do sistema econômico capitalista baseados na concorrência perfeita, enquanto que os economistas como Sweezy, Baran, Tsuru, embora reconhecendo a existência do capitalismo monopolista, continuam a adotar um esquema conceptual do século XIX para analisar os problemas deste século.

Para nós, no momento, basta ficar claro que a tecnoburocracia é o sistema econômico do grande Estado burocrático e das grandes empresas burocráticas. E' o sistema econômico do planejamento, da produção em massa, da eficiência administrada, do consumo em massa. E' o sistema dos economistas, dos engenheiros e dos administradores profissionais, por eles dirigido e a eles principalmente beneficiando. E' um sistema baseado no privilégio dos tecnoburocratas e no consumo em massa de toda uma população manipulada através dos meios de comunicação em massa modernos. E' um sistema em que as grandes empresas e o Estado determinam o que vai ser produzido em massa, em função de seus planos e das pesquisas de mercado realizadas, e em seguida manipulam os desejos dos consumidores através da propaganda. E' o sistema econômico de uma sociedade industrial altamente tecnificada, em que os métodos de produção foram ou estão sendo todos automatizados. E' um sistema econômico muito mais eficiente e produtivo do que os anteriores, embora possa esconder em seu seio ainda muitas ineficiências.

## VII

### *A Ideologia Tecnoburocrática*

**A** TECNOBUROCRACIA, MAIS DO QUE UM SISTEMA ECONÔMICO e um sistema político, é um sistema cultural, entendida esta última expressão em seu sentido mais amplo. Cultura é o produto de toda atividade humana. É o produto do trabalho, da arte e da inteligência dos homens através dos tempos e em cada momento. Cultura abrange a atividade econômica, política, lúdica, artística, científica, religiosa e ideológica do homem. A cultura da sociedade industrial moderna já é em grande parte e tende a ser cada vez mais uma cultura tecnoburocrática. Não é apenas o sistema econômico que é tecnoburocrático, apoiado nas grandes empresas, no grande Estado, e no seu planejamento. Não é apenas o sistema político que é tecnoburocrático, na medida em que vai sendo dominado por tecnoburocratas. Toda a sociedade se tecnoburocratiza. Valores, crenças, artes, diversões, vão ganhando conotações tecnoburocráticas cada vez mais definidas.

A tecnoburocracia representa a cristalização das idéias e das ações racionalizadoras que definem o mundo moderno. É o resultado e o resumo de toda a grande revolução tecnológica, econômica e social que se vem realizando no mundo desde a Revolução Comercial e particularmente desde a Revolução Industrial, sob a égide de um racionalismo utilitarista.

Nas palavras de Theodore Roszak, que escreveu um notável trabalho sobre a tecnocracia ou tecnoburocracia,

«por tecnocracia eu entendo a forma social em que a sociedade industrial atinge o pico de sua integração organizacional. É o que o homem-padrão ideal usualmente tem em mente quando fala de modernização, racionalização, planejamento».<sup>41</sup>

Entendida nesses termos, a tecnoburocracia identifica-se com a civilização ocidental moderna. Embora essencialmente dinâmica, porque baseada no desenvolvimento tecnológico, ela também se identifica com o *status quo*, com a preservação e aperfeiçoamento da cultura vigente, seja em sua forma pretendidamente capitalista, ou em sua forma pretendidamente socialista.

Já examinamos nos capítulos anteriores a emergência da tecnoburocracia e suas características econômicas, políticas e sociais básicas. Examinaremos agora sua ideologia que, naturalmente, serve para legitimar aquelas relações econômicas, políticas e sociais correspondentes.

O primeiro postulado da ideologia tecnoburocrática é o de que ela própria não é ideológica. Na segunda metade do século XX estamos afinal chegando à era do fim da ideologia. As ideologias da esquerda e da direita perdem sentido, na medida em que lhes faltam bases técnicas e científicas. Não há razão, dizem os tecnoburocratas, para ficarmos perdendo nosso tempo com discussões estéreis entre ideologias. As ideologias, sejam quais forem elas, liberalismo ou intervencionismo, nacionalismo ou colonialismo, totalitarismo, espiritualismo, igualitarismo, fascismo, são todas expressões emocionais e irracionais. Traduzem interesses e paixões. Não são científicas, não são técnicas.

Ora, dizem os tecnoburocratas, hoje não é mais possível esse tipo de comportamento político. Hoje o desenvolvimento da ciência e das técnicas já foi tão grande, que é possível governar os países segundo critérios técnicos e científicos. Técnicos ideologicamente neutros,

<sup>41</sup> ROSZAK, Theodore, *A Contracultura*, Petrópolis, Vozes, 1972.

utilizando exclusivamente critérios técnicos e científicos, sempre que possível quantitativamente demonstráveis, estão à disposição para tomar ou assessorar as decisões. Governar não é um problema político, é um problema técnico. E' a análise racional e precisa dos problemas econômicos e sociais, com a utilização das técnicas disponíveis, que vai nos dizer o que se deve fazer. Discutir, por exemplo, se devemos distribuir mais ou menos a renda, se o grau de liberdade deve ser maior ou menor, se tal atividade econômica deve ser gerida pelo Estado ou por proprietários privados, se o voto deve ser distrital ou não, se a moeda deve ser desvalorizada ou não, se as artes devem ser mais ou menos estimuladas, se a educação deve ser paga ou gratuita, são todos problemas que podem ser resolvidos segundo critérios técnicos.

Percebendo o desmascaramento das ideologias que o método histórico-dialético de análise marxista possibilitou, os tecnocratas, muito sabiamente, propõem-se a não adotar qualquer ideologia. Ora, é evidente que este tipo de posição não é aceitável. Suas bases são tão ou mais ideológicas do que quaisquer outras. A simples afirmação de que qualquer problema político pode e deve ser resolvido tecnicamente já é uma proposição ideológica. A afirmação de que chegamos ao tempo do fim da ideologia é eminentemente ideológica. Afinal que critérios adotarão os tecnoburocratas para tomar suas decisões técnicas? Pretenderão tomar decisões sem levar em consideração valores, sem considerar objetivos a serem atingidos? Obviamente não. Importa, portanto, determinarmos os fundamentos da ideologia tecnoburocrática.

Um fator que possibilitou algum êxito à tentativa dos tecnoburocratas de se considerarem ideologicamente neutros e de proporem o fim da ideologia, é o caráter extraordinariamente difundido da ideologia tecnoburocrática. Ela penetra todos os setores da vida moderna. Ela se adapta às velhas ideologias em luta, com elas se confunde, nelas se instila. Mais do que isto, ela as coopta. Capitalistas ou comunistas da segunda metade do século XX, esquerdistas da velha esquerda ou conservadores, são, sem o perceber, vítimas ou defensores (não importa)

da ideologia tecnoburocrática. Esta está de tal forma difundida, é de tal forma perversiva, alcançou um tal grau de consenso, em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, capitalistas ou comunistas, ocidentais ou orientais, desde que esses países tenham sido atingidos e influenciados pelos valores da sociedade industrial moderna, que pode passar despercebida.

Uma análise um pouco mais cuidadosa do problema, porém, porá a nu a ideologia tecnoburocrática. Isto, porém, só será possível se formos, ao mesmo tempo, capazes de criticá-la. Será muito difícil detectar a ideologia tecnocrática, se não dispusermos de critérios para analisá-la a partir de um ponto de observação externo a ela.

A tecnoburocracia é fruto do racionalismo. E' a sua expressão mais perfeita. E' a sua forma acabada. A ideologia tecnoburocrática é em primeiro lugar e acima de tudo racionalista. Cumpre, portanto, antes de mais nada, definir o que entendo por racionalismo.

Racionalismo é a filosofia dominante em todo o mundo moderno. Tem sua origem na filosofia grega de Aristóteles, mas encontra realmente seu primeiro e grande arauto em Descartes. A partir do grande filósofo francês do início do século XVII, praticamente todos os grandes filósofos, até o fim do século XIX, são racionalistas. Sejam Bacon, Hobbes ou Locke na Inglaterra, seja Spinoza na Holanda ou Voltaire e Condorcet na França, sejam Kant, Hegel, Marx e Nietzsche na Alemanha ou William James nos Estados Unidos, todos, ainda que muitas vezes distantes da filosofia de Descartes, têm em comum uma visão racionalista do mundo.

O racionalismo é a filosofia que coloca toda a legitimidade do conhecimento na razão. Opõe-se à tradição e à revelação, como outras possíveis fontes de conhecimento. Mais do que acreditar que tudo pode ser compreendido, que todos os mistérios do mundo poderão ser resolvidos através do uso da razão humana, através da

pesquisa e da análise científica, o racionalismo deposita todas as esperanças do mundo no desenvolvimento da razão humana.

Não podemos fazer agora uma análise aprofundada do racionalismo. Basta termos em mente que está intimamente relacionado com a emergência da burguesia e do sistema capitalista no mundo moderno. O capitalismo, sendo um sistema econômico mais racional do que o feudal, necessitava, para tornar-se dominante, da legitimação de ideologias racionalistas, como são o liberalismo e o individualismo.

O capitalismo é mais racional na medida em que conceituamos ato racional como o ato deliberado, visando um objetivo definido, e adotando os meios mais adequados para se atingir aquele objetivo. Colocado o problema nesses termos, o capitalismo comercial é muito mais racional do que o sistema feudal, na medida em que define o lucro como sendo o objetivo a ser deliberadamente atingido pela atividade econômica.

O capitalismo industrial, por sua vez, apresenta um progresso em relação ao capitalismo comercial, na medida em que define o critério de eficiência ou de produtividade máxima, dentro de um sistema de concorrência, como o meio mais adequado, mais racional, para se atingir o fim visado. Não é por outra razão que os grandes ideólogos do capitalismo, os enciclopedistas franceses, os economistas liberais, a partir de Adam Smith, os grandes pensadores liberais do século XIX, como Stuart Mill e Tocqueville, são todos racionalistas.

Mas também é eminentemente racionalista a crítica de Marx. O socialismo proposto por Marx recebe sua legitimidade do fato de pretender ser ainda mais racional do que o capitalismo industrial. Mais racional porque mais justo, mas, principalmente, porque mais eficiente, na medida em que o objetivo não é mais o lucro, mas a produção máxima, na medida em que o critério básico para se alcançar essa produção máxima é a eficiência através da administração e do planejamento ordenado e racional, e não através da concorrência, muitas vezes caótica e irracional.

Nesses termos, ainda que proposto pelos filósofos, como, aliás, é natural, a origem do racionalismo é basicamente econômica. Deriva dos interesses em legitimar uma sociedade moderna, industrial, em oposição a uma sociedade tradicional. Provavelmente por esse motivo, o racionalismo, entendido não mais agora na forma em que cada pensador isolado o defendeu, mas na forma em que se tornou a ideologia dominante das sociedades industriais modernas — ou seja, da sociedade tecnoburocrática — é um racionalismo de bases essencialmente econômicas, é um racionalismo utilitarista.

O utilitarismo característico do racionalismo tecnoburocrático é claramente verificável através do objetivo político básico visado pela tecnoburocracia: a eficiência. O primeiro e mais importante objetivo a ser alcançado por um sistema tecnoburocrático é a eficiência econômica, é a maximização dos resultados em relação aos recursos produtivos empregados, é o aumento da produtividade de trabalhadores, administradores, máquinas e cursos naturais. Para o tecnoburocrata, ato racional e ato eficiente são sinônimos. Se ato racional é o ato coerente com os fins visados e se ato eficiente é o que maximiza resultados em relação a um determinado esforço realizado, ato racional e ato eficiente são sinônimos para a ideologia tecnoburocrática. O critério de racionalidade de um ato está em sua eficiência econômica, em sua utilidade.

Esta crença está tão profundamente arraigada na sociedade moderna, que parece difícil imaginar uma outra concepção de racionalidade. A eficiência econômica, a maximização da produção de bens e serviços, dada uma quantidade limitada de recursos produtivos, resume toda a aspiração por racionalidade do mundo moderno. E traduz o sentido materialista desse mundo. Os objetivos econômicos são, na prática, colocados acima de todos os demais. É difícil para o homem comum e particularmente para o tecnoburocrata imaginar que possam haver outros

valores, eventualmente maiores, a serem atingidos, como a liberdade, o amor, a beleza, a verdade, a justiça, a realização pessoal.

O grande critério para a ação tecnoburocrática é a eficiência. O grande objetivo a ser alcançado através da eficiência é o desenvolvimento econômico, é o aumento da produção por habitante. Não importa se a renda resultante seja distribuída com maior ou menor justiça. A distribuição da renda só é significativa na medida em que ela contribua ou não para o próprio desenvolvimento econômico. Nesses termos, uma distribuição equalitária da renda será provavelmente ineficiente e portanto condenável. Da mesma forma, uma concentração excessiva da renda dificultará a criação de um mercado interno, sendo também indesejável. Para cada situação econômica e social deverá haver uma distribuição ótima, ou seja, eficiente, da renda, que permita maximizar a taxa de desenvolvimento econômico.

Isto não significa que a ideologia tecnoburocrática das sociedades industriais modernas não admita outros valores. Ela os admite, mas os subordina à eficiência e ao desenvolvimento econômico. Esta subordinação, porém, não é feita de maneira expressa. O tecnoburocrata detesta discutir valores. Faz parte de sua ideologia ter horror às ideologias. De uma forma sutil e tipicamente tecnoburocrática, porém, sem jamais afirmar que estes valores são mais importantes do que aqueles, ou vice-versa, ele coloca todos na dependência da eficiência e do desenvolvimento econômico. O método é simples. Resume-se em afirmar que todos os demais objetivos políticos que o homem possa pretender alcançar dependem do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento é a variável independente que irá determinar não apenas o nível de bem-estar, mas também o grau de liberdade, o grau de segurança, o grau de justiça social, o grau de beleza existentes em uma sociedade. Democracia só seria possível em sociedades industriais avançadas. A igualdade de oportunidade aumenta à medida em que aumenta o nível de desenvolvimento econômico. A beleza do ambiente depende das obras arquitetônicas e de ajardinamento. As

artes desenvolvem-se na medida em que haja desenvolvimento econômico.

Para provar essas hipóteses, análises parciais de regressão são realizadas, e altos índices de correlação são obviamente alcançados. As teses tecnoburocráticas ganham, assim, foros de proposições científicas. Pretende-se que, através daqueles métodos estatísticos, foram estabelecidas relações de causa e efeito definidas. Ciência e ideologia se confundem.

O desenvolvimento econômico torna-se assim o grande objetivo político a ser atingido. Ora, desenvolvimento significa modernização, industrialização, racionalização. Desenvolvimento é aumento de eficiência, é aumento de produtividade. Por outro lado, eficiência é a característica distintiva do técnico. Já vimos que técnico é o profissional que age segundo critérios de eficiência. É a eficiência de sua ação como especialista ou como administrador que legitima sua posição como técnico. Técnicos e desenvolvimento dão-se assim os braços, através da eficiência. O técnico torna-se o principal agente do desenvolvimento. O único elemento da sociedade capaz de planejar e executar esse desenvolvimento com eficiência. É assim a ideologia tecnoburocrática ganha uma perfeita lógica interna e torna-se um poderoso instrumento para a tomada do poder pela tecnoburocracia.

Além da eficiência e do desenvolvimento econômico, que formam o coração da ideologia tecnoburocrática, temos outros elementos importantes a serem considerados.

Em primeiro lugar, a ideologia tecnoburocrática enfatiza a mudança. Conforme observa Rose Marie Muraro, ela parte de um princípio básico: o de que a tecnologia é o grande fator revolucionário de nosso tempo. Nas suas palavras:

«O século XX está assistindo à mais fantástica revolução da história da humanidade. Não é uma revolução política, social

ou econômica, mas uma revolução global — a revolução do homem — desencadeada e acelerada pelo desenvolvimento da técnica.»<sup>68</sup>

A técnica é portanto revolucionária. A técnica provoca mudanças. Essas mudanças são bem recebidas pela ideologia tecnoburocrática, e na medida em que aumentar a eficiência implica necessariamente na introdução de novas técnicas.

Em contrapartida, porém, a ideologia tecnoburocrática é conservadora. Trata-se de um novo tipo de conservadorismo. De um conservadorismo reformista. Não de um conservadorismo imobilista. O tecnoburocrata só admite um tipo de revolução: a revolução técnica. Ele pode assumir o poder através de uma revolução política ou de um golpe de Estado. Mas uma vez no poder, ele não se disporá a realizar uma revolução econômica e social. Ele prefere fazer reformas. É certo que nos países comunistas as revoluções econômicas e sociais foram profundas. Mas já vimos que, inicialmente, as revoluções comunistas não eram tecnoburocráticas. O verdadeiro tecnoburocrata prefere não revolucionar as estruturas sociais e econômicas de um país em que assumiu ou está assumindo o poder. Revolução significa desordem, insegurança e, portanto, ineficiência. Por isso é preferível ser moderadamente conservador. Se a estrutura for capitalista, continuará capitalista. Se for socialista, continuará socialista. O tecnoburocrata não se importa. Está seguro de que, através de suas reformas, através da adoção de critérios técnicos de planejamento e administração, ambos os sistemas caminharão a longo prazo em uma mesma direção. E poderão ser ambos eficientes.

Em terceiro lugar, a ideologia tecnoburocrática enfatiza a segurança. Este valor é particularmente ressaltado pelas tecnoburocracias militares, cuja própria razão de ser é

<sup>68</sup> MURARO, Rose Marie, *A Automação e o Futuro do Homem*, Petrópolis, Vozes, 1969, p. 23.

a segurança. O militar é um profissional da segurança e tudo a ela subordina. Mas a segurança não é essencial apenas para as tecnoburocracias militares. Os tecnoburocratas políticos também a estimam. A segurança é uma pré-condição da eficiência do sistema. Sem ordem, sem segurança, não pode haver governo racional, é impossível alcançar a eficiência. Além disso, a ênfase na segurança é um meio de garantir o poder autocrático dos tecnoburocratas. E de justificar a montagem de todo um sistema de polícia interna dentro do país, que passa a fiscalizar velada ou abertamente as atividades de todos.

Em outras palavras, a segurança, transformada em objetivo político de primeira grandeza, abre caminho para uma outra característica básica de ideologia tecnoburocrática. Ela é eminentemente autoritária. Já vimos que a tecnoburocracia não se coaduna com a democracia. Tecnoburocracia é, por definição, um tipo de oligarquia. E' natural, portanto, que sua visão do mundo seja autoritária. Ela parte do princípio de que a legitimação do poder político está no conhecimento técnico, na competência. Ora, o sistema democrático nem sempre garante a tomada do poder pelos tecnicamente mais competentes. Além disso, o tecnoburocrata foi formado em organizações burocráticas, rigidamente hierarquizadas, em que a autoridade vem sempre de cima para baixo. Inverter o processo, como pretende a democracia, parece-lhe evidentemente irracional.

Liberdade é para o tecnoburocrata sinônimo de disciplina, de licença, de desordem. Liberdade é um luxo que pode ser sempre postergado em nome da eficiência e da segurança. E' um objetivo longínquo, que só poderá ser alcançado depois que o desenvolvimento econômico e a ordem social foram alcançados. Conforme observa Mihajlo Mihajlov:

«Se o objetivo é o progresso técnico-científico, e a liberdade constitui apenas um mero instrumento, então não é tão difícil imaginar a convergência dos dois sistemas (capitalista e socialista) para um misto das sociedades pintadas por Orwell em 1984 e por Huxley em *Admirável Mundo Novo*.»<sup>99</sup>

<sup>99</sup> MIHAJLOV, Mihajlo, O Progresso Científico Contraria a Liberdade?, em *O Estado de São Paulo*, 8 de agosto de 1971.

Outra característica que está na base da ideologia tecnoburocrática é a crença de que todos os problemas são técnicos e podem ser tecnicamente resolvidos.<sup>70</sup> Esta crença fundamenta-se em uma visão do mundo tipicamente tecnoburocrática segundo a qual existiria uma lógica interna imanente às coisas e às situações, que tornaria o mundo essencialmente harmônico. O mundo, para o tecnoburocrata, é um sistema ou um conjunto de sistemas em que cada elemento tem uma função, um papel. O papel do técnico é compreender esses sistemas — sistemas naturais, como o organismo humano, sistemas mecânicos, como uma máquina, sistemas sociais, como uma família ou uma empresa —, é entender suas interdependências, e fazê-los funcionar suave e eficientemente. Os conflitos, as contradições, os desarranjos são meros defeitos técnicos dos sistemas, são disfunções, que podem ser tecnicamente resolvidos. Nas palavras de Henri Lefebvre:

«Nessa vasta ideologia, fica subentendido que as sociedades e os grupos que as constituem, como os seres vivos e os «seres» em geral, têm necessidade de um princípio interno que os mantém na existência. Esse princípio de coesão e de coerência, estrutura latente ou em vias de aparecimento, é a única coisa importante. A desestruturação? E' a ameaça, o lado mal a ser abolido com urgência, o mal.»<sup>71</sup>

Esta visão do mundo que, no campo das ciências sociais, influencia particularmente a sociologia funcionalista de Parsons, a antropologia estruturalista de Levi-Strauss, e toda a teoria econômica neoclássica, caracteriza-se, antes de mais nada, por uma visão conservadora e mecanicista do mundo, que tem suas origens na Mecânica de Newton. A harmonia imanente ao sistema planetário é transplantada para todos os demais sistemas, e particularmente para os sistemas sociais. Nestes, porém, a harmonia não

<sup>70</sup> Cf. ROSZAK, Theodore, *A Contracultura*.

<sup>71</sup> LEFEBVRE, Henri, *Posição: Contra os Tecnocratas*, São Paulo, Editora Documentos, 1969, p. 62. Original francês: *Position: Contre les Technocrates*, 1967.

é automática. Depende de homens que sejam capazes de fazer o sistema funcionar corretamente. Depende dos engenheiros sociais do mundo moderno, dos tecnoburocratas em suma.

Henri Lefebvre chamou a essa visão do mundo de «novo eleatismo», para salientar seu caráter imobilista e conservador.<sup>12</sup> Na verdade, a ideologia tecnoburocrática não é imobilista, na medida em que ela valoriza a mudança técnica e a decorrente mudança social. E', todavia, uma ideologia que não admite a história nem as contradições. Nesses termos, é uma ideologia que repudia a dialética e uma visão histórica do processo social. Nesta ideologia,

«acaba-se com a história, declarando que ela não teve nem orientação, nem sentido, ou então mostrando que o sentido é atingido com o reino da racionalidade técnica».<sup>13</sup>

Finalmente, dentro de seu materialismo vulgar e de sua onipotência expressa na afirmação de que todos os problemas são técnicos e podem ser tecnicamente resolvidos, a ideologia tecnoburocrática valoriza o consumo. A eficiência e o desenvolvimento econômico são os seus objetivos básicos. O consumo em massa é a forma pela qual ela aliena o restante da população. A tecnoburocracia é um sistema de dominação. E' um sistema de privilégio. Necessita, portanto, de bons argumentos para justificar sua dominação. O consumismo, a valorização do consumo pessoal, e o fornecimento de meios econômicos para que esse consumo seja realizado, são elementos essenciais de seu sistema de legitimação.

A sociedade industrial moderna é uma sociedade de consumo em massa. Produz-se em massa, deve-se consumir em massa: o terceiro carro, o segundo televisor, aparelhos eletrônicos cada vez mais sofisticados, mais um telefone, roupas e mais roupas, divertimentos. A felicidade

<sup>12</sup> *Idem*, pp. 53-67.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 64.

está em consumir. A medida da realização pessoal de cada um está em sua capacidade de consumo. Tudo se resolverá na medida em que mais bens forem produzidos, que maior for o consumo.

O consumismo está, naturalmente, intimamente relacionado com os demais aspectos da ideologia tecnoburocrática. Por um lado, há uma necessidade econômica básica. Depois da análise econômica keynesiana ficou claro que o consumo, mais do que a poupança, é essencial para o equilíbrio das economias industriais modernas. De nada adianta maximizar a eficiência, produzir em massa, se não for para, em última análise, consumir esses bens. Esse consumo poderá ser postergado, como fizeram os comunistas, mas acabará sendo necessário. Por outro lado, reduzindo-se todas as aspirações humanas ao consumo, torna-se mais fácil aplicar o postulado básico da ideologia tecnoburocrática de que todos os problemas são técnicos e podem ser tecnicamente resolvidos.

Em resumo, a ideologia tecnoburocrática valoriza a própria técnica e os técnicos, valoriza a eficiência, o desenvolvimento econômico, e o consumo em massa resultante. A ideologia tecnoburocrática acredita no planejamento econômico e na administração racional. A ideologia tecnoburocrática é, antes de mais nada, fruto de um racionalismo econômico utilitarista e efficientista. Ela valoriza a segurança, a ordem e a autoridade, que são essenciais para a eficiência. Em contrapartida, desvaloriza a liberdade, a justiça social, a beleza, ou, quando os valoriza, os transforma em decorrência da eficiência. Liberdade e justiça social, especialmente, são consideradas perigosas. Poderão ser sempre sacrificadas em nome da segurança e da eficiência.

## VIII

### *Da Tecnocracia à Revolução*

**E**STAMOS AGORA EM CONDIÇÕES DE CONCLUIR ESTE PRIMEIRO ensaio. Através de seus diversos capítulos, vimos como a sociedade industrial moderna tende a se tornar tecnoburocrática. Ao invés de caminhar em direção ao socialismo, como previa Marx e como é o desejo ou a aspiração da grande maioria daqueles que nutrem sentimentos generosos e desinteressados em relação ao futuro da humanidade, o mundo moderno vai sendo dominado pela tecnoburocracia.

A técnica, inclusive a técnica organizacional, tornou-se, no mundo moderno, o novo fator estratégico de produção. O seu controle, por parte de técnicos dos mais variados matizes, vai transferindo para os mesmos o poder econômico e o poder político. Mais do que isto, vai criando um novo sistema político, um novo sistema econômico, um novo sistema cultural — o sistema tecnoburocrático. Através das revoluções comunistas e das revoluções militares, nos países subdesenvolvidos, a tecnoburocracia já é em grande parte vitoriosa. Seu progresso é mais lento nos países capitalistas avançados, onde o sistema capitalista e os ideais liberais estão mais arraigados. Mesmo nesses países, porém, já podemos falar hoje em uma sociedade e uma cultura tecnoburocrática.

A tecnoburocracia é, na verdade, a cristalização, senão a consumação dos ideais racionalistas da sociedade industrial moderna. Representa o auge do racionalismo econômico que caracteriza a Civilização Ocidental, a par-

tir do momento em que, com a Renascença e a Revolução Comercial, tem início a Idade Moderna. A tecnoburocracia é, portanto, uma cultura, entendida agora esta palavra em seu sentido mais amplo. E' uma civilização. E' a soma dos recursos materiais e da tecnologia moderna, da organização econômica, política e social e da correspondente visão de mundo. E' a expressão da forma atendida na segunda metade do século XX pela Civilização Ocidental.

Não vamos fazer neste livro a análise e a crítica dessa civilização mais do que já fizemos. Preferimos remeter o leitor ao crítico provavelmente mais autorizado e mais penetrante da sociedade industrial: Herbert Marcuse. Façamos, na segunda parte deste livro, quando analisamos a revolução estudantil, um exame da obra de Marcuse. No momento, é importante observar que sua crítica de sociedade industrial moderna é impiedosa. Mostra-nos ele como essa sociedade é, antes de mais nada, totalitária. Diz-nos o mestre da escola de Frankfurt:

«Em virtude do modo pelo qual organizou a sua base tecnológica, a sociedade industrial contemporânea tende a tornar-se totalitária. Pois «totalitária» não é apenas uma coordenação política terrorista da sociedade, mas também uma coordenação técnico-econômica não terrorista, que opera através da manipulação das necessidades por interesses adquiridos.»<sup>14</sup>

Esta manipulação é realizada através da propagação de uma ideologia consumista, que valoriza o consumo como sinônimo de felicidade, e do emprego de uma variedade de técnicas, que vão desde os métodos de comunicação em massa, do *marketing*, da propaganda, das relações públicas até à utilização de instrumentos de ajustamento pessoal e grupal, como as relações humanas, a psicanálise, a psicoterapia de grupo, o treinamento de sensibili-

<sup>14</sup> MARCUSE, Herbert, *Ideologia da Sociedade Industrial* (original em inglês: *One-Dimensional Man*, 1966), Rio de Janeiro, Zahar, 1967, pp. 24-25.

dade. Todas essas técnicas, embora possam ser e são muitas vezes instrumentos de liberdade, transformam-se facilmente, na sociedade tecnoburocrática, em instrumentos de ajustamento e de conformismo. E o resultado, nas palavras de Rose Marie Muraro, é dramático:

«A democracia tecnológica é pois o sistema mais totalitário da humanidade.»<sup>75</sup>

Esse totalitarismo aberto e total, como nas sociedades comunistas, ou disfarçado e parcial, como nas sociedades capitalistas avançadas (ficando uma posição intermediária para os regimes militares tecnoburocráticos), é exercido em nome do racionalismo, em nome da eficiência, da segurança, da ordem e do bem-estar. Em nome desses mesmos valores, as sociedades tecnoburocráticas armam-se em proporções jamais conhecidas e realizam as guerras mais sangrentas da história da humanidade; lançam bombas atômicas, realizam a guerra química e a bacteriológica, praticam o genocídio; impõem a sua vontade tanto com a força da persuasão tecnológica e da pressão econômica, quanto com a força dos tanques e das bombas de napalm; utilizam o desperdício como norma, poluem a natureza em proporções jamais imaginadas, constroem uma sociedade tensa e neurótica.

Em outras palavras, as sociedades tecnoburocráticas modernas praticam a irracionalidade em nome da racionalidade. Ou, nas palavras de Marcuse:

«Podemos dizer que a racionalidade da sociedade reside em sua própria loucura, e que a loucura da sociedade é racional na medida em que é eficaz e que entrega mercadorias.»<sup>76</sup>

Em outras palavras, conforme observou Marcuse em uma outra oportunidade, um dos aspectos mais perturbadores da civilização industrial desenvolvida é o «caráter racional de sua irracionalidade».<sup>77</sup> O racionalismo eco-

<sup>75</sup> MURARO, Rose Marie, *A Libertação Sexual da Mulher*, Petrópolis, Vozes, 1970, p. 48.

<sup>76</sup> MARCUSE, Herbert, *La Liberación de la Sociedad Opulenta*, em *Ensaio sobre Política y Cultura* (publicado originalmente em *The Dialectics of Liberation*, 1968), Barcelona, Ariel, 1969, p. 136.

<sup>77</sup> MARCUSE, Herbert, *Ideologia da Sociedade Industrial*, p. 29.

nômico utilitarista, que domina a civilização ocidental desde o fim do período feudal, alcança seu auge na sociedade tecnoburocrática. Bentham, ao identificar o racional como útil, estava simplesmente expressando uma ideologia utilitarista que se tornaria dominante, e estava abrindo o caminho para o reino da eficiência, medida em termos de produção. Nas palavras de Daniel Bell:

«O utilitarismo forneceu uma nova definição de racionalidade: não o domínio da razão, mas o domínio da mensuração.»<sup>78</sup>

No momento em que o racionalismo é reduzido à utilidade econômica, à eficiência, estão abertas as portas para a sua própria degradação. O racionalismo torna-se irracional. E esta irracionalidade multiplica-se quando à razão da eficiência são adicionadas as razões do poder e da segurança. Neste momento, a sociedade tecnoburocrática da segunda metade do século XX começa a se aproximar dos modelos criados pela ficção científica mais pessimista. *O Admirável Mundo Novo* de Huxley, *1984* de Orwell, *Colossus* de Jones, *Fahrenheit* de Bradbury, tornam-se visões proféticas de uma sociedade tecnoburocrática racional em sua irracionalidade e intrinsecamente totalitária.

Essa sociedade, dominada pela razão econômica, de bases tecnológicas, tudo subordina a essa mesma razão efficientista. Ainda nas palavras de Marcuse:

«No período contemporâneo, os controles tecnológicos parecem ser a própria personificação da Razão para o bem de todos os grupos e interesses sociais — a tal ponto que toda contradição parece irracional e toda ação contrária parece impossível... O universo totalitário da racionalidade tecnológica é a mais recente transmutação da idéia de razão.»<sup>79</sup>

A mesma idéia é colocada pelos outros dois grandes representantes da escola de Frankfurt, Horkheimer e Adorno:

<sup>78</sup> BELL, Daniel, *Work and Its Discontents*, Boston, Beacon Press, 1956, p 1.  
<sup>79</sup> MARCUSE, Herbert, *Ideologia da Sociedade Industrial*, pp. 30 e 125.

«A racionalidade técnica hoje é a racionalidade do próprio domínio, é o caráter repressivo da sociedade que se auto-aliena.»<sup>80</sup>

Em outras palavras, a sociedade tecnoburocrática transforma-se em um sistema de dominação repressivo, na medida em que se auto-aliena em função de um conceito utilitarista de racionalidade.

Esse processo de alienação configura-se já no sistema capitalista. Marx o analisou em sua «teoria da alienação». Com o desenvolvimento do capitalismo a sociedade se organiza para a produção de mercadorias, nas quais o importante não é o valor de uso, mas o valor de troca. Esta produção de mercadorias torna-se tão importante, que passa a dominar todas as relações sociais. Ocorre então o processo de reificação ou coisificação das relações sociais. As relações sociais passam a ser realizadas no mercado, de forma impessoal. Significativas são as mercadorias e sua troca, não as pessoas. O valor de troca das mercadorias, ao qual os homens se alienam, torna-se dominante em relação à vida humana. O próprio trabalho é transformado em uma mercadoria, a ser trocada no mercado como qualquer outra. A vida humana torna-se, assim, não apenas dominada pela produção de mercadorias, mas transformada ela própria em uma mercadoria.

Dentro dessa perspectiva, as mercadorias ganham caráter de fetiche. Nos termos de Marx:

«Uma mercadoria parece, à primeira vista, qualquer coisa trivial, que se compreende por si mesma. Nossa análise mostrou que, ao contrário, é uma coisa muito complexa, cheia de sutilezas metafísicas e de argúcias teológicas... uma simples relação social determinada entre homens (a produção de mercadorias) reveste-se para eles da forma fantástica de uma relação de coisas entre elas.»<sup>81</sup>

<sup>80</sup> HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodore W., *A Indústria Cultural, O Iluminismo como Mistificação de Massas* (publicado originalmente em 1947) em *Teoria da Cultura de Massas*, organizado por Luiz Costa Lima, Rio de Janeiro, Saga, 1969, p. 158.

<sup>81</sup> MARX, Karl, *Le Capital*, Paris, Editions Sociales, 1950, pp. 83-85.

E resulta daí que entramos em uma fase da história, em que o homem se aliena às mercadorias, além de nelas se confundir; entramos

«em um período da história social em que a produção e suas relações dominam o homem, ao invés de serem por ele dominadas.»<sup>22</sup>

Esta análise, conforme observou Fritz Pappenheim, influenciou poderosamente a obra de Tönnies e sua teoria da *Gemeinschaft* e da *Gesellschaft*. A sociedade, em termos históricos, tenderia a mudar da *Gemeinschaft*, ou seja, de um tipo de sociedade natural em que as relações sociais não são deliberadas, para um tipo de sociedade contratual, individualista e racionalista, a *Gesellschaft*, em que os homens estão separados entre si, cada um está só e isolado, e existe uma profunda tensão entre todos.<sup>23</sup>

A visão de Tönnies, ainda que marcada pelo individualismo filosófico, nos ajuda a compreender o mundo moderno. Mas é a partir da teoria original da alienação de Marx que podemos compreender a alienação essencial da sociedade tecnoburocrática. No capitalismo, o homem se alienava à mercadoria, através da reificação das relações sociais, da transformação do próprio trabalho em uma mercadoria, e da atribuição às mercadorias de características misteriosas de fetiche. Na tecnoburocracia esta alienação se refina. Além de alienar-se à mercadoria, o homem aliena-se também à técnica, ou seja, ao método de produzir a mercadoria. Reifica a técnica, atribuiu-lhe massa e valor intrínsecos, e a ela se subordina.

Através desta reificação e absoluta valorização da técnica, que também ela agora ganha caráter de fetiche, o homem moderno da sociedade tecnoburocrática se auto-aliena. Uma ideologia racionalista utilitarista, que identifica o racional como o útil e como o eficiente, subordina todos os demais valores humanos — a liberdade, o amor, a beleza, a justiça, a igualdade de oportunidade — aos

<sup>22</sup> *Idem*, p. 92

<sup>23</sup> Cf. PAPPENHEIM, Fritz, *A Alienação do Homem Moderno*, São Paulo, Editora Brasillense, 1967, pp. 39-80 (original em inglês: *The Alienation of Modern Man*).

valores maiores da eficiência e da técnica. E dentro desse processo de alienação, todo o progresso material alcançado, todo desenvolvimento técnico e científico ocorrido, a invés de contribuírem para a auto-realização de cada um, geram angústia e incerteza em cada um, repressão e manipulação no todo.

O quadro é, pois, pessimista. O otimismo racionalista da segunda metade do século XIX está morto. As guerras, os genocídios, a confusão ideológica, a angústia e a incerteza de um mundo intrinsecamente alienado à técnica encarregaram-se de acabar com esse otimismo. Bertrand Russell, na introdução à sua autobiografia, resumiu de forma vivencial esta transformação:

«A última metade de minha vida foi vivida numa das épocas mais dolorosas da história da humanidade, durante a qual o mundo se tornou pior, e as grandes vitórias do passado, que se afiguravam definitivas, revelaram-se apenas temporárias. Quando eu era moço, o otimismo vitoriano era um estado de espírito generalizado. Pensava-se que a liberdade e a prosperidade se expandiriam gradualmente através do mundo por meio de um processo metodicamente ordenado. Esperava-se também que a crueldade, a tirania e as injustiças continuariam a diminuir.»<sup>84</sup>

Se o pessimismo substitui o otimismo no mundo moderno, isto não significa que o homem moderno esteja fatalisticamente se entregando a seu destino de objeto alienado da técnica e do racionalismo utilitarista.

Muito pelo contrário, na segunda metade do século XX, uma grande revolução se esboça — a primeira grande revolução desde o início da Idade Moderna —, a revolução da contracultura. Esta revolução ainda está nos subterrâneos, ainda não definiu plenamente seus objetivos (se é que um dia o fará), mas já é uma revolução em marcha. E se for vitoriosa, terá sido muito mais revolu-

<sup>84</sup> RUSSELL, Bertrand, *Autobiografia*, Postscriptum publicado em *Manchete*, 28 de fevereiro de 1970, por ocasião da morte do autor, aos 92 anos.

cionária do que qualquer outra revolução ocorrida a partir do momento que o racionalismo burguês e depois tecnoburocrático tomaram conta do mundo.

Se a tecnoburocracia é um sistema cultural, que engloba e leva às últimas conseqüências tanto o capitalismo quanto o comunismo soviético e as revoluções militares nos países subdesenvolvidos, a reação contra essa cultura, contra essa civilização da técnica e do racionalismo utilitarista só pode ser uma contracultura.

Esta expressão «contracultura» foi utilizada por Theodore Roszak, que, em seguida, define o sentido geral dessa nova cultura:

«Nada mais é necessário do que a subversão da visão científica do mundo, com seu arraigado comprometimento a um tipo de consciência cerebral e egocêntrica. Em seu lugar deverá surgir uma nova cultura na qual as capacidades não intelectivas da personalidade — aquelas capacidades que tiram força de um esplendor visionário e da experiência de comunhão humana — se tornem os árbitros do bom, do verdadeiro e do belo.»<sup>85</sup>

Esta contracultura, baseada na juventude, poderá implicar, segundo Roszak, em uma revolução tão importante quanto a que separou a racionalidade greco-romana do mistério cristão. E nos ajuntaríamos, também tão importante quanto a revolução que separou a cultura medieval feudal e cristã da cultura moderna, inicialmente capitalista, depois tecnoburocrática, mas em ambos os casos racionalista e utilitarista.

Observa Roszak que os antagonismos a uma visão técnica e científica do mundo não constituem novidade. Teosofistas, fundamentalistas, espiritualistas, ocultistas, satanistas não representam nada de especialmente novo.

«O que é novo é que uma rejeição radical dos valores científicos e tecnológicos aparecesse tão perto do centro de nossa sociedade, ao invés de nas margens sem importância. São os jovens de classe média que estão conduzindo essa política de consciência, e eles estão fazendo-o com audácia, persistência e agressividade...»<sup>86</sup>

<sup>85</sup> ROSZAK, Theodore, *A Contracultura*.

<sup>86</sup> *Idem*, p. 51.

Esta revolução estoura em toda parte. E' uma revolução recente que tem início nos anos sessenta, embora possam ser encontrados antecedentes seus anteriormente. E' uma revolução de jovens, apoiados em alguns intelectuais radicais, como Marcuse, que souberam ver o mundo dinamicamente e que não quiseram comprometer-se com concepções burocráticas do marxismo. E' a revolução dos estudantes, dos *hippies*, da nova esquerda. E' a revolução do *underground*, da música jovem, da contestação vivencial, mais do que politicamente atuante. Colateralmente, é a revolução feminista, é a revolução sexual, é a revolução dos negros dos Estados Unidos, é a revolução da Igreja Católica. Inicialmente, foi a revolução dos *beatniks* nos Estados Unidos e dos existencialistas, na França.

Não é objetivo deste livro fazer uma análise completa desta contracultura revolucionária. Nesta primeira parte examinamos a emergência da tecnoburocracia, ou seja, do novo sistema de dominação, da nova cultura que não tomou ainda plenamente o poder e já representa o *status quo*. Na segunda e na terceira parte deste livro examinaremos dois aspectos da revolta contra esse *status quo*: diretamente no caso da revolução estudantil e indiretamente no caso da revolução na Igreja Católica. Agora basta-nos uma visão geral da formação dessa contracultura, que tem nos jovens da segunda metade do século XX seus principais agentes.

Quando examinarmos a revolução estudantil veremos que esse fenômeno não é superficial, muito menos representa um mero conflito de gerações. E' um fenômeno histórico profundo, que tem raízes em uma série de fatos novos, que as transformações tecnológicas dos últimos cem anos trouxeram em seu bojo: a massificação estudantil, a revolução na educação, a dissolução na família patriarcal, o desenvolvimento dos meios de comunicação em massa.

E' importante agora definir apenas as linhas básicas desta revolução jovem. Herbert Marcuse, em entrevistas concedidas entre o dia 5 e o dia 9 de maio de 1968, em Paris, afirmava a respeito dos estudantes:

«Creio que os estudantes se rebelam contra todo o nosso modo de vida, que eles repudiam as vantagens desta sociedade tanto quanto seus males, e que aspiram a um modo de vida radicalmente novo: a um mundo onde a concorrência, a luta dos indivíduos uns contra os outros, o engano, a crueldade, o massacre já não tenham razão de ser.»<sup>87</sup>

O mesmo Marcuse, logo em seguida, fala sobre os *hippies*:

«Olhem os *hippies* — Sua rebelião está dirigida contra uma moral puritana, contra uma sociedade norte-americana, onde as pessoas se lavam dez vezes por dia, e que, ao mesmo tempo, mata e incendeia no Vietnã com toda pureza.»<sup>88</sup>

A revolta, portanto, é contra toda a sociedade tecnoburocrática, que muitas vezes ainda se confunde com o sistema capitalista. E' uma revolta antes de mais nada moral. E' uma revolução de consciências. E' uma revolta contra a tendência da história, se a virmos de um ponto de vista determinista. E' uma revolta baseada na transformação das consciências, na criação de novos valores, na vivência de um novo estilo de vida. E' uma revolta que só poderá ser vitoriosa se rejeitar o determinismo do fator estratégico de produção. Porque é uma revolta que coloca a produção de bens materiais em segundo plano.

E' uma revolta total, que rejeita a civilização ocidental em bloco, em nome de uma liberdade integral e de uma vida nova. As frases, durante a revolta de maio de 1968, na França, são significativas:

«E' proibido proibir.»

«Mudar a vida. Transformar a sociedade.»

«A emancipação do homem será total ou não será.»

«Meus desejos são a realidade.»

<sup>87</sup> MARCUSE, Herbert, *La Imaginación al Poder*, Buenos Aires, Ediciones Insurrexit, 1969, p. 57.

<sup>88</sup> *Idem*, p. 61.

«Construir uma revolução é também romper todas as cadeias interiores.»

«A imaginação toma o poder.»

«Queremos as estruturas a serviço do homem e não o homem a serviço das estruturas. Queremos ter o prazer de viver e nunca mais o mal de viver.»<sup>88</sup>

E' uma revolta em que uma minoria de jovens toma uma atitude revolucionária em relação à vida. Essa atitude pode ser politicamente ativista como é o caso dos estudantes, dos *yppies*, e da nova esquerda, ou pode ser politicamente não ativa, como é o caso dos *hippies* e de muitos intelectuais e artistas, que de uma forma ou de outra estão ligados ao *underground*. Pode sofrer profundas influências das religiões orientais, especialmente do budismo e do zen-budismo, e pode ao mesmo tempo estar marcada pelo marxismo. E' muitas vezes contraditória, indefinida e frágil. Mas é sempre radical. Nos termos de um dos líderes do movimento jovem nos Estados Unidos, Jerry Rubin:

«Quem afinal quer ser bem sucedido na América hoje? O movimento *hippie-yppie-SDS* (Students for a Democratic Society) é um movimento «branco-preto». A economia americana não necessita mais de jovens brancos e pretos. Nós somos lixo. Nós realizamos nosso destino na vida rejeitando o sistema como ele nos rejeita.»<sup>89</sup>

Esta rejeição radical do sistema tecnoburocrático, que muitos ainda identificam com o capitalismo, é expresso de maneira mais dramática ainda por um dos líderes do movimento dos Panteras Negras nos Estados Unidos, Eldridge Cleaver:

«O que nós temos que compreender acima de tudo é que o nosso inimigo, e o que de fato nós estamos lutando contra, não é um determinado presidente de universidade ou diretor de ginásio, ou um conselho de educação, mas é contra toda a estrutura social.»<sup>91</sup>

<sup>88</sup> Cf. *La Imaginación al Poder*, op. cit., pp. 77-97.

<sup>89</sup> RUBIN, Terry, An Emergency Letter to My Friends, em *Countdown 1*, New American Library, 1970, p. 170.

<sup>91</sup> CLEAVER, Eldridge, Revolution and Education, em *Countdown 1*, op. cit., p. 158.

Esta revolução está aí. Teve início em Berkeley, nos Estados Unidos. Seus grandes momentos foram a revolta de maio de 1968, na França, e o festival de Woodstock, em 1969, nos Estados Unidos. E' ainda uma revolução de uma minoria. E' uma revolução de países desenvolvidos, que já chegaram a um razoável nível de abundância material, embora esteja tendo profundas influências nos países subdesenvolvidos. E' uma revolução a longo prazo, que só agora está começando. E', de qualquer forma, uma revolução que sofre sistematicamente o perigo de ser cooptada pelo sistema tecnoburocrático, e a ele se integrar, como uma espécie de folclore.

Para terminarmos esta primeira parte do livro, resta-nos responder a quatro perguntas sobre a revolução jovem que pretende criar uma nova cultura no mundo moderno: Poderá ela ser vitoriosa sem dominar um novo fator estratégico de produção? Não será ela inviável para os países subdesenvolvidos? Quais serão seus princípios básicos? Qual o destino do socialismo neste contexto?

A primeira questão só será difícil de responder se aceitarmos um determinismo mecanicista, que faça a história necessariamente determinada pelas condições materiais da existência. Em outras palavras, se nos mantivermos em um marxismo ortodoxo, que acredita ser a liberdade a consciência da necessidade histórica. Para o marxista ortodoxo, o homem pode e deve agir sobre a história. Mas não pode ir contra ela. Não pode ignorar as condicionantes materiais de sua própria vida.

Não aceitamos esse determinismo marxista. O próprio Marx, embora sem abandonar seu determinismo básico, já admitia que o homem iria, através dos tempos, ganhando cada vez maior poder sobre sua história. Sua visão, porém, era otimista. Permanecendo preso às condicionantes materiais, o homem caminharia necessariamente para um mundo cada vez melhor: para o socialismo e o comunismo.

Vimos neste trabalho que, adotando basicamente mas não ortodoxamente o método histórico-dialético, concluímos pelo inverso. A história conduz o homem para um mundo que, se não for pior, é pelo menos tão mau quanto o capitalista: a tecnoburocracia.

Entretanto, hoje mais do que nunca, o homem tem uma oportunidade de liberdade. A filosofia existencialista, que coloca o homem como um ser intrinsecamente livre e responsável por suas ações não surgiu por acaso neste século. Embora ela tenha uma base filosófica abstrata, na medida em que se apóia na precedência da existência sobre a essência, no existir antes de ser definido, e na gratuidade básica da vida humana, ela é claramente situada em um momento histórico dado: no século XX, em um momento de crise e descrença no racionalismo, e ao mesmo tempo em um momento em que o desenvolvimento da educação e dos sistemas de comunicação, inclusive a própria imprensa, ampliavam de forma nunca imaginada o debate ideológico entre os homens.

Tínhamos, assim, ao mesmo tempo, um mundo dominado por diversas filosofias individualistas, que ignoravam as condicionantes materiais da história, e de outro lado, por filosofias deterministas, entre as quais a principal era a marxista. Nenhuma dessas soluções era evidentemente aceitável, especialmente quando não mais apenas ideologias, sistemas de legitimação da ordem estabelecida, dominavam o plano das idéias, mas também, utopias, sistemas de contestação dessa mesma ordem, passavam a disputar a primazia nesse mesmo plano.<sup>22</sup>

O existencialismo surge nesse momento. E Sartre em particular, embora aceitando boa parte dos condicionantes materiais sobre a vida humana, nos termos pretendidos pelos marxistas, postula a liberdade existencial do homem:

«Que significa dizer que a existência precede a essência? Significa que o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e que só depois se define... Assim, não há natureza

<sup>22</sup> Cf. MANHEIM, Karl, *Ideologia e Utopia*, Porto Alegre, Editora Globo, 1956 (original alemão: *Ideologie und Utopie*).

humana, visto que não há Deus para a conceber. O homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após esse impulso para a existência; o homem não é mais que o que ele faz.»<sup>93</sup>

Daí resulta a liberdade e a responsabilidade básica do homem. Liberdade e responsabilidade que, vistas sob uma perspectiva histórica, aumentam cada dia, à medida em que a educação se desenvolve, que os meios de comunicação crescem, que as ciências, e especialmente as ciências sociais, fazem-nos compreender melhor as condicionantes de nossa vida social. Depois de Marx, de Freud, de Max Weber, de Keynes, entre muitos outros, é evidente que o homem conhece muito melhor os processos sociais e psicológicos a que está sujeito. E pode ser livre e responsável.

E' nessa hipótese de liberdade e responsabilidade que está baseada a viabilidade da contracultura, da revolução jovem.

Será essa revolução prematura para os países subdesenvolvidos? Não necessariamente. Ela é sem dúvida um produto das sociedades tecnoburocráticas avançadas, em que já existe um certo grau de abundância. Mas é certo que hoje vivemos em um mundo integrado. Já vimos que a tecnoburocracia saltou etapas e se instalou solidamente em países subdesenvolvidos, através de revoluções militares ou comunistas. Por outro lado, o subdesenvolvimento é um sistema de dependência global, estrutural, que só existe em função do desenvolvimento. E está sempre sofrendo profundas influências do sistema central. As técnicas, as ideologias, e as utopias são rapidamente transplantadas. O consumismo domina tanto a população norte-americana quanto boa parte da brasi-

<sup>93</sup> SARTRE, Jean Paul, *O Existencialismo é um Humanismo*, Lisboa, Editorial Presença, sem data, p. 242 (original francês: *L'Existentialisme est un Humanisme*).

leira, que tem um mínimo de condições de consumir produtos de mercado. As revoltas estudantis romperam com quase tanto vigor nos países subdesenvolvidos que nos desenvolvidos. O fenômeno *hippie* é ainda pouco definido, mas já começa a se manifestar nesses países.

Não há, portanto, razão para acreditar que será necessário que os países subdesenvolvidos antes se industrializem e aumentem seu padrão de vida, para, só depois, poderem assistir à emergência de uma contracultura. Especialmente através de um processo de transplantação cultural, ela poderá também surgir nos países subdesenvolvidos.

Mas, com o surgimento da contracultura, a que ficam reduzidos os ideais da velha esquerda? Que outros ideais podem substituí-lo? Pode-se falar em um novo e em um velho socialismo? As respostas a essas perguntas são hoje muito confusas. Daremos a elas, portanto, uma resposta pessoal muito breve. Este é um livro de análise crítica, não de propostas morais.

A perspectiva ingênua da realização automática do socialismo através da mera supressão da propriedade privada dos meios de produção é naturalmente abandonada. A socialização dos meios de produção continua, sem dúvida, um pressuposto da revolução jovem e da nova esquerda, mas não é nem a mais importante nem a mais urgente das transformações. Se realizada sem que as demais mudanças ocorram, o mais provável é que teremos facilitado o caminho de uma revolução totalitária tecnoburocrática, como aconteceu na União Soviética.

Na medida em que esta socialização dos meios de produção for sendo realizada, porém, parece hoje indiscutível a necessidade de um processo de descentralização econômica, em que os mecanismos de mercado se alieem aos do planejamento, no controle da economia. A colocação de todo o poder sobre as empresas nas mãos de um órgão planejador central, além de ineficiente, facilita sobretudo a tomada ou a manutenção no poder por parte dos tecnoburocratas. Isto não significa que pretendamos voltar a um sistema de pequenas empresas. Na maioria dos setores industriais e financeiros e mesmo em

amplos setores comerciais, estas empresas tornaram-se inviáveis, em função das economias de dimensão. As empresas terão portanto que ser grandes. Mas não precisarão ser monopólios. Serão geralmente oligopólios obrigados a concorrer entre si, sob a vigilância do Estado. O controle das empresas será coletivo. Não será estatal. Um sistema baseado na autogestão será provavelmente o caminho a seguir.

O essencial desta revolução, porém, não será a transformação das relações de produção, cujas linhas gerais acabamos de descrever. Se esta revolução pretende mudar o rumo da história, se pretende deslocar do poder a tecnoburocracia, apesar de o fator estratégico de produção continuar a ser técnica, se esta revolução depende do exercício, por parte do homem, de sua liberdade e de sua responsabilidade existencial, ela terá que ser uma revolução de consciências — uma profunda revolução ideológica.

Esta revolução será, em primeiro lugar, uma revolução crítica. Ela terá que partir da crítica radical da sociedade capitalista e/ou tecnoburocrática vigente. E dirigirá suas armas contra um inimigo principal: o racionalismo utilitarista e eficientista.

Com base nesse pressuposto, alguns intérpretes imaginam que a revolução seria contra o racionalismo puro e simplesmente. E realmente esta análise parece correta, quando examinamos as tendências místicas dos *hippies* e a revalorização das religiões, especialmente das religiões orientais que, ao contrário do cristianismo, não sofreram sequer a influência do racionalismo greco-romano; ou quando vemos os jovens recorrerem a experiências alucinatórias com drogas, em uma tentativa de fuga à realidade e à razão, muito mais do que em um esforço real pela liberação interior.

Estas atitudes fazem, sem dúvida, parte da reação contra a ordem estabelecida e contra o racionalismo vigente.

Não creio, todavia, que prevalecerão. São os exageros da antítese, que não encontrarão abrigo na síntese futura. Esta, depois de criticar radicalmente o racionalismo vigente, provavelmente proporá um novo racionalismo. Se o homem caminhou da tradição e da revelação para a razão, como fonte de conhecimento e de poder, não creio que agora esteja disposto a dar um passo atrás, já que não há outras alternativas para ele senão a tradição, a revelação e a razão.

Dentro do racionalismo, porém, as alternativas existem. E a alternativa historicamente adotada do utilitarismo eficientista não é aceitável pela revolução jovem. Uma nova conceituação de racionalismo é necessária.

O racionalismo é, em primeiro lugar, uma filosofia que acredita na razão humana. O novo racionalismo também acreditará na razão humana como principal fonte de conhecimento e de poder. Mas não será tão otimista quanto os velhos racionalistas. Não acreditará no reino dos céus sobre a terra simplesmente devido ao desenvolvimento técnico e científico. Porque sabe que esse desenvolvimento poderá perfeitamente servir para o estabelecimento de um sistema de dominação mais rígido e totalitário que os anteriores. O novo racionalismo acredita na razão, mas a qualifica. A razão não é boa em si mesma. Ela será boa ou má, dependendo da forma em que ela for utilizada, dependendo dos objetivos que forem estabelecidos e dos meios que forem adotados.

O racionalismo estabelece objetivos para a ação social e procura os meios mais adequados para atingir esses objetivos. O velho racionalismo utilitarista identificou os objetivos sociais com os objetivos econômicos de maior lucro, maior bem-estar, maior produção de bens, e identificou os meios adequados com a eficiência ou produtividade econômica. Todos os demais objetivos foram subordinados ou tornados dependentes desses objetivos econômicos. O novo racionalismo repudia essa falsa hierarquia de objetivos. Não despreza os objetivos econômicos e a eficiência econômica, mas os considera apenas uns entre outros objetivos. E certamente não os mais importantes.

Muito mais importante, entre os objetivos a serem alcançados, é o da liberdade. Não apenas a liberdade política ou econômica. Mas a liberdade total, a liberdade interior de cada um. A liberdade que nasce e tem seu único limite na liberdade dos outros. A liberdade na comunhão, a liberdade dentro da comunidade dos amigos e companheiros de trabalho. A liberdade que se funda no respeito mútuo e na responsabilidade de cada um, dentro de um quadro jurídico em que direitos humanos estejam solidamente assegurados.

Adotado o objetivo da liberdade como principal, o novo racionalismo deverá procurar definir, dentro de um processo de *práxis*, os meios mais adequados a serem utilizados para atingir esse objetivo. Nesse processo, jamais poderá ser admitido que convirá sacrificar hoje a liberdade, em nome da eficiência e do bem-estar, porque depois será mais fácil recuperar a liberdade perdida.

Da mesma forma, o novo racionalismo colocará outros objetivos pelo menos tão válidos quanto os objetivos econômicos: a justiça, a beleza, a verdade, o amor, a igualdade de oportunidade. São objetivos que valem em si mesmos para o novo racionalismo, e que não podem ser subordinados a qualquer outro. São objetivos que, juntamente com a liberdade e um certo grau de bem-estar econômico mínimo, garantem a auto-realização de cada um dentro da sociedade.

Esta, portanto, será uma revolução profunda, que modificará não apenas as relações de produção, mas também e principalmente as consciências de cada um. Sem a revolução das consciências não haverá revolução alguma. O nome do novo regime a ser instaurado poderá ser socialismo, apesar dos abusos de que esse nome tem sido vítima, seja por parte da velha esquerda, seja principalmente por parte da tecnoburocracia comunista. Mais importante do que o nome, porém, é o sentido dessa revolução. Como qualquer outra revolução, seu sentido é eminentemente utópico. A transformação das consciências, a liberação interior do homem, não são objetivos facilmente alcançáveis. Não são objetivos alcançáveis com um golpe de Estado, nem mesmo com uma revolução

armada. Esta última alternativa, em certos casos extremos de totalitarismo, terá que ser tentada. Nas sociedades razoavelmente abertas, porém, elas certamente não serão necessárias nem indicadas. Não se mudam consciências com a força das armas.

O uso da guerra para estabelecer a paz, o emprego do terrorismo e da violência para impor a liberdade, o uso do ódio para estabelecer o amor dificilmente serão bem sucedidos. Quando vitoriosos politicamente, os novos governantes tenderão afinal por implantar, eles próprios, a guerra em lugar da paz, o totalitarismo em lugar da liberdade, o ódio em lugar do amor.

Esta revolução será provavelmente lenta. Sofrerá tropeços. Exigirá paciência, dedicação, amor, confiança. Não tem, em hipótese alguma, seu êxito assegurado. E', todavia, um caminho a ser seguido, que toda uma juventude generosa e cheia de audácia já começou a trilhar.